



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL UFPE/UESPI

JOSAFÁ RIBEIRO DOS SANTOS

**AGRICULTURA CAMPONESA E SUSTENTABILIDADE EM ASSENTAMENTOS  
RURALS: um estudo de caso do Quilombo e do Mocambo, no Estado do Piauí**

RECIFE

2014

JOSAFÁ RIBEIRO DOS SANTOS

**AGRICULTURA CAMPONESA E SUSTENTABILIDADE EM ASSENTAMENTOS  
RURAIS: um estudo de caso do Quilombo e do Mocambo, no Estado do Piauí**

Tese apresentada à Coordenação do Curso de Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves.

RECIFE  
2014

Catálogo na fonte  
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

S237a Santos, Josafá Ribeiro dos.

Agricultura camponesa e sustentabilidade em assentamentos rurais: um estudo de caso do Quilombo e do Mocambo, no Estado do Piauí / Josafá Ribeiro dos Santos. – 2014.

209 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2014.

Inclui Referências e apêndices.

1. Geografia. 2. Assentamentos humanos. 3. Agricultura sustentável. 4. Sustentabilidade. 5. Agricultura camponesa. I. Gonçalves, Cláudio Ubiratan (Orientador). II. Título.

918 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-274)

JOSAFÁ RIBEIRO DOS SANTOS

**AGRICULTURA CAMPONESA E SUSTENTABILIDADE EM ASSENTAMENTOS  
RURALS: um estudo de caso do Quilombo e do Mocambo, no Estado do Piauí**

Tese apresentada à Coordenação do Curso de  
Doutorado em Geografia da Universidade Federal  
de Pernambuco (UFPE) como requisito parcial para  
obtenção do grau de Doutor.

Orientação: Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves.

Aprovada em: 24/11/2014

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Noeli Pertile (Examinadora Externa)  
Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Mônica Cox de Brito Pereira (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Larissa Mies Bombardi (Examinadora Externa)  
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Bertrand Roger Guillaume Cozic (Suplente interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edvaldo Carlos De Lima (Suplente externo)  
Universidade Federal de Pernambuco

## **AGRADECIMENTOS**

Aos professores(as) de Geografia do PPGeo-UFPE, que permitiram uma maior socialização do conhecimento durante o Curso de Doutorado na UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), em especial o Professor Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves (Orientador desta Tese) e os(as) professores(as), Dr. Caio Maciel, Dr. Alcindo Sá, Dra. Mônica Cox, Dra. Alexandrina Luz e Dr. Jan Binton. O diálogo estabelecido durante as disciplinas possibilitou a abertura de caminhos metodológicos e teóricos para a construção desta Tese.

Aos companheiros(as) Luan, Suan, Girlan, Antoniele, Saulo, Renata, Fabiano, Mercedes que, durante os campos realizados nas disciplinas contribuíram para o advento de importantes diálogos sobre a complexidade do rural brasileiro, especialmente o modo de vida camponês. Aos companheiros(as) Jorge Martins, Liége Moura, Waldirene Lopes e Irlane Gonçalves pela capacidade de socialização do conhecimento da Geografia ao longo de vários anos de convivência.

À compreensão de Maria Lúcia (esposa), Felipe e Mateus (filhos) pela constante ausência.

## RESUMO

O espaço agrário brasileiro vem passando, de forma acelerada, por profundas transformações socioeconômicas e ambientais impulsionadas, principalmente, pelos processos de modernização da agricultura, perceptíveis a partir da segunda metade do século XX. Por esta razão, alteraram-se, rigorosamente, as relações de produção no campo devido à incorporação intensiva das relações capitalistas de produção nas atividades agrárias, principalmente na agricultura. Com isso, intensificaram-se os conflitos sociais no espaço agrário entre as diversas comunidades camponesas e o tripé capital internacional-nacional-Estado. Os camponeses, com seu patrimônio (a terra) e seu mundo social consolidado historicamente, passaram a desenvolver novos arranjos na organização social, econômica, política e ecológica para se reinventar enquanto categoria social. Por isto, justifica-se esta Tese: Agricultura Camponesa e Sustentabilidade em Assentamento Rurais: Um estudo de caso do Quilombo e do Mocambo no Estado do Piauí. No Piauí, a luta camponesa não ocorre de forma homogênea e sim, de acordo com as particularidades históricas de cada região ou território. A origem dos assentamentos Quilombo e Mocambo, localizados no Norte do Estado, está ligada a resistência de famílias de posseiro na luta pela posse da terra e pela reforma agrária. A participação das entidades como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos municípios de José de Freitas e Altos (STr) e Comissão Pastoral da Terra (CPT). A origem das famílias atuais são remanescentes do início do século XX. A agricultura camponesa praticada nesses assentamentos e outras atividades, ligadas à pecuária e ao extrativismo da amêndoa do babaçu apresentam traços culturais herdados de várias gerações. A relação das famílias com os bens naturais manifesta-se em um contexto que prolonga a vida das famílias e da própria natureza. A produção agrícola é basicamente para o autossustento das famílias enquanto a produção de caprinos e suínos, criados extensivamente, quando comercializado, contribui com a melhoria da renda das famílias.

**Palavras-chave:** Agricultura Camponesa. Sustentabilidade em Assentamentos

## ABSTRACT

Brazilian agrarian space has been undergoing, in an accelerated manner, profound socioeconomic and environmental changes driven primarily by the modernization of agriculture, noticeable from the second half of the twentieth century. For this reason, it has been changed, rigorously, the relations of production in the countryside due to intensive incorporation of capitalist production relations in agrarian activities, especially in agriculture. With this, it was intensified the social conflicts in the agricultural space between the various rural communities and the international-national-state capital tripod. The peasants, with their heritage (the earth) and their historically consolidated social world are developing new arrangements in the social, economic, political and ecological organization, to reinvent themselves as a social category. Therefore, this thesis is justified: Peasant Agriculture and Sustainability in Rural Settlement: A Case Study of Quilombo and Mocambo in Piauí state. In Piauí, the peasant struggle does not occur homogeneously but, according to the historical particularities of each region or territory. The origin of the settlements Quilombo and Mocambo, located in the north of the state, is on the strength of squatter families in the struggle for land and agrarian reform. The participation of organizations such as the Workers Central (CUT), the Federation of Agricultural Workers (FETAG), the Rural Workers Union of municipalities of Jose de Freitas and Altos (STR) and the Pastoral Land Commission (CPT). The origin of today's families is holdovers from the early twentieth century. The peasant agriculture practiced in these settlements and other activities related to livestock and the extractions of babassu nut have inherited cultural traits of various generations. The ratio of families with natural goods manifests itself in a context that extends the life of families and nature itself. Agricultural production is primarily for families' self-support, while producing goats and pigs, which are raised extensively, when sold, contribute to the improvement of family income.

**Key-words:** Peasant Agriculture. Settlement Sustainability.

## RESUMEN

El espacio agrario brasileño viene pasando, de forma acelerada, por profundas transformaciones socioeconómicas y ambientales impulsadas, principalmente, por los procesos de modernización de la agricultura, perceptibles a partir de la segunda mitad del siglo XX. Por esta razón, se alteraron, rigurosamente, las relaciones de producción en el campo debido a la incorporación intensiva de las relaciones capitalistas de producción en las actividades agrarias, principalmente en la agricultura. Con ello, se intensificaron los conflictos sociales en el espacio agrario entre las diversas comunidades campesinas y el trípode capital internacional-nacional-Estado. Los campesinos, con su patrimonio (la tierra) y su mundo social consolidado históricamente, pasaron a desarrollar nuevos arreglos en la organización social, económica, política y ecológica para reinventarse como categoría social. Por eso, se justifica esta Tese: Agricultura Campesina y Sostenibilidad en Asentamientos Rurales: Un estudio de caso del Quilombo y del Mocambo en el Estado de Piauí. En Piauí, la lucha campesina no ocurre de forma homogénea sino de acuerdo con las particularidades históricas de cada región o territorio. El origen de los asentamientos Quilombo y Mocambo, ubicados en el Norte del Estado, está ligado a la resistencia de las familias de poseedores en la lucha por la posesión de la tierra y por la reforma agraria. La participación de las entidades como la Central Única de los Trabajadores (CUT), Federación de los Trabajadores en la Agricultura (FETAG), Sindicato de los Trabajadores Rurales de los municipios de José de Freitas y Altos (STr) y Comisión Pastoral de la Tierra (CPT). El origen de las familias actuales son remanentes del inicio del siglo XX. La agricultura campesina practicada en estos asentamientos y otras actividades, vinculadas a la pecuaria y al extractivismo de la almendra del *babaçu* presentan rasgos culturales heredados de varias generaciones. La relación de las familias con los bienes naturales se manifiesta en un contexto que prolonga la vida de las familias y de la propia naturaleza. La producción agrícola es básicamente para el autosustento de las familias mientras que la producción de caprinos y cerdos, creados extensivamente, cuando se comercializa, contribuye con la mejora de la renta de las familias.

**Palabras claves:** Agricultura Campesina. Sostenibilidad en Asentamientos.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Territórios de Desenvolvimento (TD) Acampamentos.....	81
Figura 2- Projetos de Assentamentos (PAS) e território de Desenvolvimento Aglomerados de Municípios (AG) .....	85
Figura 3- Área de Estudo: Assentamentos Rurais: Quilombo e Mocambo .....	143
Figura 4 - Fisiografia da área dos assentamentos .....	144
Figura 5 - Vegetação típica dos assentamentos .....	155
Figura 6 - Plantação de milho, mandioca .....	157
Figura 7 - Processamento da farinha de mandioca.....	158
Figura 8 - Pecuária extensiva nos assentamentos.....	160
Figura 9 - Atividades desenvolvidas pelo coletivo de mulheres do Mocambo.....	163
Figura 10 - Prática de hortas comunitárias desenvolvidas no Quilombo e no Mocambo.....	164
Figura 11 - Área preparada para a prática da roça de toco.....	165
Figura 12 - Campos irrigados de produção de melancia e feijão .....	168
Figura 13 - Adubo orgânico utilizado em hortas e plantios de milho, melancia e feijão.....	170
Figura 14 - Extração da amêndoa do babaçu para fabricação do “azeite de coco” .....	173
Figura 15 - Açude do assentamento Mocambo e área de reserva ambiental .....	174
Figura 16 - Área de roça em descanso .....	176
Figura 17 - Conservação dos meios naturais e plantio de arroz e milho .....	177
Figura 18 - Derrubada da mata para a prática da roça de toco.....	178
Figura 19 - Criação de suínos e caprinos.....	184

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Caracterização dos Assentamentos em Estudos .....	32
Quadro 2- Fazendas e Populações do Piauí no final do século XVII .....	68
Quadro 3 – Brasil. Tipologias de assentamentos de Reforma Agrária (1961-2010).....	84
Quadro 4 – Créditos recebidos.....	148
Quadro 5 – Demonstrativo de recursos recebidos de ONGs no PA Quilombo ....	149

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil, Piauí: População segundo domicílio, no período de 1940 a 1960 .....	72
Tabela 2 – Número de famílias assentadas no estado do Piauí .....	79
Tabela 3 – Resultados do padrão de desenvolvimento brasileiro (1950-1980)....	92

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACOMDEPERUQ	Associação Comunitária de Desenvolvimento de Pequenos Produtores Rurais do Quilombo
AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
ALTACAM	Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Campo Maior
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CARITAS	Cáritas Brasileiras – Regional do Piauí
CEPAC	Fundação e Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CEPRO	Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
CERIS	Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COMDEP	Companhia de Desenvolvimento do Piauí
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMATER	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FETAG	Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERPI	Instituto de Terras do Piauí
MFS	Manejo Florestal Sustentável
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPA	Ministério da Pesca e Agricultura
MST	Movimento dos Sem-Terra
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens

MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PAC	Projeto de Assentamento Conjunto
PAD	Projeto de Assentamento Dirigido
PAR	Projeto de Assentamento Rápido
PC	Projeto de Colonização Oficial
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCA	Paradigma do Capitalismo Agrário
PQA	Paradigma da Questão Agrária
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Projeto Integrado de Colonização
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PPCSA	Programa Permanente e Convivência com o Semi-árido
PRA-PI	Plano de Reforma Agrária do Piauí
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
STr	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
UDR	União Democrática Ruralista
UE	União Europeia
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNCED	Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1.1</b>	<b>Metodologia da Pesquisa .....</b>	<b>26</b>
<b>1.2</b>	<b>Método .....</b>	<b>30</b>
<b>1.3</b>	<b>Universo da pesquisa .....</b>	<b>32</b>
<b>2</b>	<b>QUESTÕES SOBRE O CAMPESINATO NO MUNDO E NO BRASIL: COMPREENSÃO DO SEU MODO DE VIDA E RESISTÊNCIA EM FRENTE À TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL .....</b>	<b>34</b>
<b>2.1</b>	<b>Campesinato: formas de existência e resistência em frente à territorialização do capital.....</b>	<b>34</b>
<b>2.2</b>	<b>Campesinato no Brasil: origens, formas de organização, agricultura camponesa em frente às ações políticas, econômicas e de poder do Estado: perspectivas históricas e atuais .....</b>	<b>47</b>
<b>2.3</b>	<b>Campesinato no Piauí e Questão Agrária: Origens, formas de organização e resistência diante das ações de dominação política e econômica do Estado: perspectivas históricas e atuais .....</b>	<b>65</b>
<b>2.3.1</b>	<b>Propriedade da Terra, conflitos agrários no Piauí e agricultura camponesa .....</b>	<b>65</b>
<b>2.3.2</b>	<b>Questão agrária no Piauí e a resistência camponesa a partir de 1980 .....</b>	<b>76</b>
<b>3</b>	<b>O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA, E OS IMPACTOS SOBRE A AGRICULTURA CAMPONESA..</b>	<b>87</b>
<b>3.1</b>	<b>O Processo de modernização da agricultura brasileira .....</b>	<b>87</b>
<b>3.2</b>	<b>Manutenção e aperfeiçoamento da modernização conservadora do campo brasileiro: domínio neoliberal e avanço do agronegócio.....</b>	<b>90</b>
<b>3.3</b>	<b>A reforma agrária de mercado via política de assentamentos rurais.....</b>	<b>102</b>
<b>3.4</b>	<b>A concepção de sustentabilidade disseminada no contexto de uma sociedade global .....</b>	<b>111</b>
<b>3.5</b>	<b>As estratégias para a reprodução do capital e as discussões para uma sociedade sustentável.....</b>	<b>115</b>
<b>4</b>	<b>AGRICULTURA CAMPONESA SUSTENTÁVEL: FORMAS DE</b>	

	<b>REINVENÇÃO DO CAMPESINATO E DE NOVAS TERRITORIALIDADES....</b>	<b>130</b>
<b>4.1</b>	<b>Modo de vida e da cultura política do camponês familiar .....</b>	<b>130</b>
<b>4.2</b>	<b>Necessidade da resistência camponesa: novas territorialidades frente ao poder do capital imperial e do Estado .....</b>	<b>132</b>
<b>5</b>	<b>A QUESTÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS QUILOMBO E MOCAMBO COMO RESISTÊNCIA CAMPONESA A PARTIR DO SEU MODO DE VIDA NO ESPAÇO AGRÁRIO PIAUIENSE.....</b>	<b>142</b>
<b>5.1</b>	<b>Caracterização da área de estudo. ....</b>	<b>142</b>
<b>5.2</b>	<b>Resistência camponesa e formação do Quilombo .....</b>	<b>145</b>
<b>5.3</b>	<b>Resistência camponesa e formação do Mocambo .....</b>	<b>151</b>
<b>5.4</b>	<b>O Modo de vida camponesa no Quilombo e no Mocambo: as dimensões socioeconômicas, a manutenção do tecido social e cultural ..</b>	<b>153</b>
<b>5.5</b>	<b>A Produção socioterritorial nos assentamentos: dimensão do Estado versus dimensão camponesa .....</b>	<b>171</b>
<b>5.6</b>	<b>Dimensões da sustentabilidade do Quilombo e Mocambo a partir das Dimensões Ecológicas, Sociais, Econômicas, Culturais, Políticas e Éticas .....</b>	<b>172</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>190</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>192</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>202</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Qualquer trabalho científico sobre temas ligados à questão agrária seja a expansão da agropecuária, do latifúndio, o movimento do campesinato pela reforma agrária, agricultura camponesa, expansão dos assentamentos rurais, a reforma agrária do Estado capitalista (a contra-reforma agrária), entre outros, passa necessariamente pela compreensão das políticas de Estado, da atuação do governo e das formas de resistência dos movimentos sociais frente aos desdobramentos que ocorrem no espaço como instância de disputa política, ideológica e de poder.

Destarte, como a Ciência Geográfica tem buscado compreender as transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro? Este espaço é repleto e composto por um conjunto de atores: governo, empresários e latifundiários ligados ao agronegócio, comunidades camponesas, etc. Todos em movimento e em defesa de seus interesses políticos, ideológicos e de poder. Neste sentido, torna-se necessária a concepção de uma Geografia Agrária comprometida com os movimentos sociais do campo, destacando-se o campesinato.

Sendo assim, o campesinato brasileiro, no que se refere a sua origem, modo de vida, formas de resistência, frente aos desdobramentos de ordem econômica, global e local e, espacialização no território tem provocado um profundo debate em diversas áreas do conhecimento, como: a sociologia, economia, antropologia e, em particular, a Geografia Agrária. Mas como esse campo de conhecimento tem interpretado e sistematizado conhecimentos sobre o campesinato brasileiro? Qual o caminho que a Geografia Agrária tem percorrido para compreender este fenômeno social?

A necessidade de construir uma compreensão ampla da realidade agrária brasileira fez com que, a partir do Movimento de Renovação da Geografia, os geógrafos buscassem outros caminhos teórico-metodológicos, a fim de interpretar as questões socioeconômicas, suas contradições e conflitos sociais no espaço agrário. Por esta razão, estudiosos da Geografia Agrária Brasileira vêm utilizando o materialismo dialético como método de interpretação, e o materialismo histórico como teoria para compreender o espaço e o território em sua totalidade, bem como os conflitos e as contradições.

Nas últimas décadas, pode-se afirmar que os trabalhos científicos de Geografia Agrária têm procurado compreender as transformações do espaço agrário brasileiro,

a partir do entendimento da atuação política do Estado capitalista voltado para o campo e dos conflitos impulsionados pelo movimento dos diversos grupos de camponeses especializados no campo brasileiro.

Assim, a Geografia Agrária rompe com os postulados Neopositivistas que trilhavam numa perspectiva da enumeração e descrição dos fenômenos espaciais. Posta essa questão, é fundamental expressar que o termo espaço, até bem pouco tempo, evocava um conceito demasiadamente geométrico. Com isto, toda a reflexão epistemológica e filosófica não reuniu condições para proporcionar um eixo para que um campo científico pudesse aglutinar publicações e trabalhos relacionados à ciência do espaço (LEFEBVRE, 1996). A complexidade de se apreender o que é espaço, Lefebvre (2008, p.41), em um nível teórico, vai buscar as diversas formas do seu entendimento:

O espaço de forma pura, que exclui a ideologia, a interpretação, o não saber; o espaço social, como produto da sociedade contestável e dependente é resultante de uma história, de um passado; o espaço, entendido como um intermediário, como um modo, como instrumento, um meio, uma medição.

Nesta concepção, o espaço se constitui em um instrumento político e intencionalmente manipulado; e, por último, o espaço se constituiria em algo, essencialmente, ligado à reprodução das relações sociais de produção. É nesta última forma de entendimento teórico do espaço que se poderiam levantar alguns aspectos referentes à produção do espaço. Na visão de Lefebvre (2008, p.48):

O espaço da produção constitui-se como uma base comum a todas as atividades na sociedade neocapitalista. O espaço seria, desse modo, uma espécie de esquema num sentido dinâmico comum às atividades diversas, aos trabalhos, à cotidianidade, às artes, aos espaços efetuados pelos arquitetos e pelos urbanistas. Seria uma relação e um suporte de inerências na dissociação de inclusão na separação. É neste contexto, que o espaço inteiro torna-se o lugar dessa reprodução, aí incluídos o espaço urbano (com todos os seus desdobramentos espaciais) e o espaço agrário, (grifo do autor).

Com a consolidação de uma sociedade pautada nas relações capitalistas de produção e com o advento da modernidade surgem situações novas, tais como: a própria ciência como razão instrumental, a consolidação do Estado-Nação, etc. Nesse contexto, institui-se uma epistemologia geográfica mais sólida e voltada para o entendimento de forma mais complexa do espaço. Na conjuntura econômico-social

de uma sociedade capitalista o espaço é tarefa de poder e o território passa a ser um recurso estratégico às novas forças do capital e da burguesia emergente (SÁ, 2009).

É, especificamente, sob o modo de produção capitalista que vai ocorrer uma valorização do espaço, estabelecido através de políticas que vão culminar em diversas fragmentações do espaço geográfico próprias para o consumo da sociedade capitalista. Lefebvre (2006, p.15) faz referência aos diversos tipos de espaços:

Espaços de lazer trabalho, de jogos, de transportes, de equipamentos etc. Alguns não hesitam de falar em espaço doente, de espaço largo ou de espaço louco. Haveria, uns acima dos outros (ou uns nos outros), uma multiplicidade infinita de espaços: geográficos, econômico políticos, comerciais, nacionais, continentais, mundiais. Sem esquecer-se do espaço da natureza (físico) e dos fluxos (as energias).

Nos dias de hoje, é quase impossível não se perceber a influência dos capitais e das relações de produção capitalista nas práticas espaciais no processo de produção do espaço e divisão do trabalho, do nível local ao global. Nesse processo de produção (reprodução) do espaço estão inseridos desde prática política até ao poder do Estado. Porém, outras situações se entrelaçam nesse contexto: a presença do dinheiro no processo de intervenção na produção e comercialização de mercadorias (o espaço é também uma mercadoria); os bancos e agências financeiras, proprietários imobiliários (na cidade); latifundiários no campo. Todos em movimentos e em constantes conflitos. As práticas espaciais e a produção do espaço refletem essas contradições (LEFEBVRE, 2008).

O processo de apropriação do espaço (rural e/ou urbano) como mercadoria, pelas relações capitalistas para reprodução do capital, para fazer valer o poder de dominação, é necessário à emergência e à permanência de uma linguagem e de uma ideologia (sob o controle das classes dominantes), para que os outros segmentos da sociedade possam fazer uma leitura e compreensão do espaço de acordo com os interesses dos capitalistas e proprietários dos meios de produção (classes dominantes, burguesia). Como as classes dominantes utilizam (através da política e do poder) a linguagem para que, mediante as práticas espaciais, possam (re) produzir os espaços, fragmentá-los, proporcionar especializações aos espaços que são próprios para o consumo da sociedade e do próprio capitalismo?

Existe uma forma de comunicação na sociedade capitalista repleta de códigos e sinais que veiculam as idéias e os ideais de uma classe dominante. Também está associada a diversos fatores (físicos, socioculturais, linguísticos e psicológicos) (CHAUÍ, 2005). Com isto, as práticas espaciais (re)produzem e fragmentam o espaço em nome do progresso, da modernidade. Esse processo é possível, pois na linguagem e na comunicação estão inseridos o controle, a dominação e sob uma forte carga de ações disciplinares e ideológicas.

É desta forma que na sociedade capitalista ocorre à dominação e, em se tratando da relação capital-trabalho, os trabalhadores, camponeses e/ou operários são trabalhados através da linguagem para se tornarem “dóceis” e alienados. Por isso, não conseguem perceber a riqueza que produzem (na cidade e/ou no campo) e tampouco sua importância no processo produtivo. É assim que Enriquez (2004, p.46) entende que a “psique do indivíduo é modelada, atravessada e trabalhada pelos outros [...]” Portanto, não reagem de forma conflituosa a esta realidade. Neste sentido, Oliveira (2007, p.187), comentando sobre a ideologia capitalista e alienação, escreve:

A Ideologia Capitalista procura mostrar que o produto criado é produto do capital e não produto do trabalho e que para o trabalhador garantir sua sobrevivência, ele precisa e depende do capital. É o capital que cria o trabalho, permitindo a sobrevivência do trabalhador, afirmam os ideólogos do capitalismo.

A ideologia faz parte de um contexto mais amplo no processo de evolução da sociedade e, especificamente, em relação às práticas de poder e dominação. Nas sociedades capitalistas liberal-conservadoras do Ocidente é expresso o mito da neutralidade ideológica e em todas as práticas políticas e sociais do Estado impõe-se um estado de ideologia única. Mézaros (2012, p.58), observa que:

Nas sociedades capitalistas liberal-conservadoras do Ocidente, o discurso ideológico domina a tal ponto a determinação de todos os valores que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de que fomos levados a aceitar, sem questionamento, um determinado conjunto de valores ao qual se poderia após uma posição alternativa bem fundamentada, juntamente com seus comprometimentos mais ou menos implícito. O próprio ato de penetrar nas estruturas do discurso ideológico dominante inevitavelmente apresenta as seguintes determinações “racionalistas” preestabelecidas: a) quanto (ou quão pouco) não é permitido questionar; b) de que ponto de vista; e c) com que finalidade.

Existe uma ideologia dominante no sistema social e, quando estabelecida, se afirma de forma consolidada em todos os níveis: do mais baixo ao mais refinado. A consistência ideológica na ordem capitalista contribui para que determinadas classes sociais aceitem, de modo imediato a ideologia dominante como verdade inquestionável. Uma vez envolvidos, ideologicamente, no discurso “racional” tendem a rejeitar as tentativas que levam à identificação de pressupostos e explicação de que estão ocultos e de valores implícitos com que está comprometida a ordem dominante. (MÉSZÁROS, 2012).

Esta relação de dominação, poder e disciplina, relacionada às diversas formas de linguagem impostas pelas classes dominantes, manifestou-se, historicamente no espaço agrário brasileiro. Fortaleceu um modelo de produção agro-exportador, que contribuiu para a formação e consolidação de grandes latifúndios, pautados numa relação de trabalho escravo (na área açucareira nordestina) e, posteriormente, como mão de obra assalariada (área de cultura do café em São Paulo e Paraná).

A forma de dominação por parte das classes dominantes do Brasil (primeiramente, oligarquia agrária e, atualmente, burguesia) criou estereótipos em relação ao modo de vida do campesinato. Os camponeses passaram a ser compreendidos como novo, rústico e desprovido de qualquer saber. Foi estabilizando-se, do ponto de vista ideológico um conceito de espaço rural moderno, planejado pelo Estado capitalista, dominado pelas tecnologias, pelo conhecimento científico e controlado pelos grupos econômicos nacionais e transnacionais. Como consequência desses processos aumenta e consolida-se a concentração fundiária em poder do domínio do capital; espacializam-se por todo o território os conflitos agrários; intensifica-se a precarização do trabalho e das condições de vida dos camponeses no campo brasileiro.

Nesse sentido, os trabalhos de pesquisas em Geografia Agrária que são embasados a partir de uma perspectiva histórica buscam em primeiro lugar, as raízes filosóficas da ciência geográfica e como estas influenciaram o pensamento dos geógrafos. A Geografia como um campo de conhecimento independente é relativamente nova, emergindo no século XIX, inserida em um debate filosófico envolvendo o positivismo, o historicismo, além de receber contribuições da dialética. A Geografia moderna seguramente foi influenciada por estas três correntes filosóficas (OLIVEIRA, 2004).

Conforme esta assertiva, pode-se afirmar que os campos de estudos da Geografia, tais como: Geografia urbana, Geografia de indústria, Geografia da população, e, em particular, a Geografia agrária foram influenciados por estas correntes de pensamento. Na Geografia agrária, Oliveira (2004), retrata esta influência da seguinte forma:

[...] assim a história do pensamento geográfico agrário não foi, em hipótese alguma, diferente da influencia dessas correntes, sobretudo, na sua versão atual, teórico-quantitativo, está claramente presente entre os geógrafos que estudam o campo. (OLIVEIRA, 2004, p.35)

É possível destacar as contribuições científicas no campo da Geografia Agrária, no Brasil, a partir de 1970. Em 1973, ocorreu no Rio de Janeiro o Simpósio A Renovação da Geografia e, neste destacou-se o artigo “Renovação da Geografia Agrária no Brasil”, que foi publicado pela AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), (OLIVEIRA, 2004). Esse evento já se constituía como uma evolução do movimento de renovação da Ciência Geográfica, buscando um rompimento com a chamada Geografia Tradicional.

Mas, os desdobramentos relativos à Geografia Agrária no Brasil, vão se voltar com mais contundência para os estudos da agricultura brasileira, a partir de duas abordagens: uma voltada para o marxismo positivista e a outra que vai buscar uma visão historicista. Em relação à concepção filosófica Marxista, existem autores que sistematizaram um conhecimento defendendo o ponto de vista de que no Brasil existiu o modo de produção feudal ou mesmo relações semifeudais de produção.

Estes teóricos, de um modo geral, compreendiam que a luta do campesinato contra os latifúndios contribuía para o fim da estrutura feudal no campo e que a reforma agrária seria necessária para o avanço das relações de produção capitalista no campo. Tais pesquisadores dessas vertentes são: Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Inácio Rangel, Orlando Valverde, Miguel Gimenez Benites e Maria Serapião Teixeira. (OLIVEIRA, 2004)

Outra concepção filosófica marxista divergente da primeira compreende que o “Campo Brasileiro”, notadamente, a partir da segunda metade do século XX, começa a ser “dominado” sob o desenvolvimento das relações capitalistas de produção. Os teóricos desta vertente afirmam que os camponeses inevitavelmente irão desaparecer, por conta do progresso alcançado pelo capitalismo, o qual atingiria as relações de produção no campo. Os principais pensadores são: Karl Kautsky,

Vladimir I. Lenin, Léo Huberman. Caio Prado Júnior, Maria Isaura Pereira de Queiroz, José Graziano da Silva, Ricardo Abramovay, José Eli da Veiga, entre outros. (OLIVEIRA, 2004)

Posta esta análise, cabe uma pergunta. Por que mesmo com o processo de modernização do campo brasileiro (agricultura e pecuária) o camponês não desapareceu? Em primeiro lugar, é preciso entender a realidade do campo brasileiro bem anterior ao processo de desenvolvimento do capitalismo no espaço agrário para compreender a importância do campesinato no contexto da sociedade e romper com a visão de que o camponês não tem lugar e nem espaço em uma sociedade capitalista avançada. Autores como Rosa Luxemburgo, Teodor Shanin, Samir Amin, José de Sousa Martins, Margarida Maria Moura, José Vicente Tavares da Silva, Carlos Rodrigues Brandão, Alfredo Wagner, entre outros vão defender que:

O estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Isto quer dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implicando o trabalho assalariado através da presença no campo de “bóia fria”), o capitalismo produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (através da presença da agricultura familiar no campo). (OLIVEIRA, 2004, p.36)

Oliveira (2004), ainda procurando explicitar o papel da Geografia Agrária no limiar do século XXI, ressalta a atuação do Laboratório de Geografia Agrária da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) de Presidente Prudente e Rio Claro. Enfatiza o trabalho do Geógrafo Antônio Thomaz Júnior que, sistematicamente, vai formando a vertente da centralidade do trabalho nos estudos sobre o campo brasileiro. Faz referência também a Bernardo Mançano Fernandes, que pesquisa e sistematiza trabalhos na construção de uma Geografia dos movimentos sócioterritoriais como: as ocupações, acampamentos e assentamentos rurais, os quais constituem a base de suas pesquisas.

Outro viés destacado por Oliveira (2004) vai em direção aos conflitos e massacres de camponeses no campo. Assim, destaca os trabalhos de Helena Angélica de Mesquita, sobre o massacre de Corumbiara (RO); Cátia de Oliveira Macedo, em relação ao Massacre de Eldorado do Carajás, entre outros. Esta

vertente vai desencadear uma Geografia dos conflitos, cujo destaque é a importância de eventos científicos da Geografia e, especificamente da Geografia Agrária, que passaram a publicar em seus anais: artigos, dissertações e teses sobre a complexa realidade do campo brasileiro, difundidas nas principais Instituições de Ensino Superior do País, como Universidade do Estado de São Paulo (UNESP) e a Universidades Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). (OLIVEIRA, 2004).

Outras contribuições para uma melhor compreensão da complexa realidade do espaço agrário brasileiro podem ser encontradas em Andrade (1986). Este explica que mesmo com a presença do latifúndio no espaço agrário Nordeste, herança principalmente da economia canavieira e mais recente com o advento da modernização da agricultura o mundo camponês no Nordeste não desapareceu. A agricultura camponesa tem resistido todo o processo de modernização no campo. Isto só foi possível devido a resistência, a luta histórica do campesinato pela terra.

Andrade (1980), ressalta que a partir dos anos de 1940 as Ligas Camponesas do Nordeste foram fundamentais para o fortalecimento político do campesinato na região, como também para a formação dos sindicatos de trabalhadores rurais. A partir da segunda metade do século XX, mesmo no regime dos governos militares e do advento de um Estado Ditatorial o movimento camponês resistiu a repressão do Estado militarizado e do poder econômico e de forças dos latifundiários.

Outros trabalhos de fundamental importância sobre as transformações do campo brasileiro em relação à modernização da agricultura são realizados por Porto Gonçalves (2011) que estuda, analisa, explica e faz críticas a emergência da Revolução Verde no Brasil, do agronegócio, ou seja, da consolidação do processo de internacionalização da agricultura brasileira que acelerou os impactos socioambientais no espaço rural, aumentando os conflitos no campo, êxodo rural de camponeses para os centros urbanos e o desmatamento de florestas e matas. Essa ação do capital tem garantido a incorporação de novos territórios à atividade do agronegócio.

Neste contexto, surgem outras perguntas: Como deve ser o papel da Geografia Agrária (e dos geógrafos que pesquisam o campo brasileiro) em relação à realidade do espaço agrário? Como pode se caracterizar a realidade do espaço agrário brasileiro?

A realidade do espaço agrário brasileiro é consequência de um processo histórico. Está ligada ao processo de formação do território e da sociedade

brasileira. A formação do latifúndio, a precarização do trabalho no campo, o assalariamento dos camponeses, a luta pela posse da terra que envolve os vários segmentos sociais no campo (latifundiários, camponeses, comunidades indígenas, trabalhadores rurais assalariados e comunidades ribeirinhas), presença do grande capital e a modernização do campo (Revolução Verde) são indicativos de tensão social no espaço agrário brasileiro. Por conseguinte é reflexo de uma questão agrária bastante complexa.

No atual contexto da modernização do campo brasileiro ocorre o avanço e a consolidação do agronegócio sustentado pelo capital nacional e internacional e mediado pelo Estado Capitalista. Por outro lado, tem-se constatado uma resistência do movimento social no campo frente a esse processo avassalador do capital. Os camponeses ao longo das diversas etapas do desenvolvimento econômico do Estado e das mudanças das políticas agrícolas voltadas para os interesses dos mercados (externo e interno) têm desenvolvido diversas atitudes e formas organizativas para a reinvenção de novos modos de vida e práticas econômicas, objetivando a reprodução do mundo camponês no espaço agrário brasileiro.

Oliveira (2012), explica que a atual conjuntura é extremamente favorável à intervenção do grande capital no campo, porquanto a reforma agrária instituída pelo Estado atua de forma lenta e, por outro lado, importantes setores dos movimentos sociais e sindicais ligados à luta no campo apresentam uma postura voltada para a consolidação da atuação das políticas do governo (direcionada para o campo) desenvolvidas na última década, ou seja, são favoráveis a uma agricultura familiar voltada essencialmente para o mercado. Sendo assim, vislumbra mudanças socioeconômicas oriundas da chamada Contra-Reforma agrária (2002-2012).

Esta reforma agrária é uma herança da política de colonização implementada pelos governos militares a partir dos anos de 1970. Esta política não tinha como objetivo a efetivação de uma reforma agrária que alterasse a estrutura fundiária brasileira, bastante concentrada, mas, sobretudo, diminuir as tensões e conflitos existentes no espaço agrário, impulsionados pelo processo de modernização do campo, expansão da fronteira agrícola para a região Centro-Oeste e região Norte, principalmente: pela exploração da madeira da Amazônia, expansão da pecuária de corte e a exploração dos recursos minerais. Contudo, o movimento no campo não para. As ocupações e a resistência da luta camponesa continuam a ocorrer no espaço agrário brasileiro.

Em virtude disso, o papel da Geografia que pesquisa o espaço agrário é descobrir, identificar, explicar e compreender as “novas” formas de lutas e resistências dos diversos grupos de camponeses especializados pelo território nacional. É ter a capacidade de observar, no primeiro momento a reinvenção da luta camponesa, e a partir daí, contribuir com a espacialização desse fenômeno social no território.

Por isto, a opção por uma Geografia comprometida com as lutas sociais e, especificamente as lutas do campesinato e a escolha desta temática faz parte da nossa vivência em um contexto histórico permeado de lutas sócioterritoriais, continuadas com maior intensidade a partir da década de 1980. Nossa participação nas direções de entidades como AGB-Teresina (Associação dos Geógrafos Brasileiros), no Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Estadual de Ensino e da direção da CUT-PI (Central Única dos Trabalhadores), foi fundamental para a aquisição de uma maior formação política e compreensão do sentido da formação da sociedade brasileira e das lutas sócioterritoriais (urbanas e rurais).

Diante das questões abordadas, este trabalho científico tem como tema: Agricultura Camponesa e Sustentabilidade em Assentamentos Rurais: Um estudo de caso do Quilombo e do Mocambo-Pi. As famílias camponesas que atualmente formam esses assentamentos constituem, para o movimento sindical, símbolo de resistência e luta contra oligarquias agrárias locais dos municípios de José de Freitas e Altos. Permitir a garantia da posse da terra para as famílias.

Como questão norteadora definiu-se: Pesquisar quais as formas de organização social, política e de produção familiar, a partir das dimensões da sustentabilidade, social, ecológica, econômica, política e ética, desenvolvidas pelos camponeses (Quilombo e Mocambo), que permitem a manutenção da agricultura camponesa como forma de sustentabilidade para os assentamentos?

Tem-se constatado através de pesquisa de campo que as famílias camponesas assentadas no Quilombo e no Mocambo apresentam uma organização social que permite o desenvolvimento de um conjunto de atividades de produção (econômica), baseadas na agricultura (cultivo do feijão, arroz, plantio da mandioca, macaxeira) e na pecuária (criação de caprinos, suínos e galinha caipira), atividades essas desenvolvidas pelos membros da família.

Outras atividades praticadas pelas famílias, que proporcionam suporte para o autossustento dos assentados, referem-se às hortas, nas quais se cultivam

pimentão, coentro, tomate, cebolinha, alface, batata-doce, variados tipos de pimenta. Cultivam também nos quintais das residências frutas como banana, mamão, manga, ata e caju. Toda essa produção à base de insumos orgânicos, preparados pelas próprias famílias.

Esse conjunto de atividades é inerente ao próprio processo de evolução das práticas camponesas, as quais articulam um conjunto de elementos, que garantem a produção. O primeiro deles refere-se à força de trabalho familiar, considerada a base do processo de trabalho na unidade camponesa; o segundo, o trabalho coletivo que garante a realização de trocas por dia de trabalho; o terceiro, a socialização camponesa que faz parte do processo educativo que envolve desde as crianças, os jovens e adultos, firmando a condição camponesa no grupo familiar. Outro fator preponderante está na garantia da propriedade dos meios de produção tendo como base a propriedade da terra. (OLIVEIRA, 2007).

A organização política permite que as famílias desenvolvam a prática da solidariedade, do coletivo não somente para o desenvolvimento das práticas de produção na terra, mas também para a garantia da participação das famílias com lideranças sindicais e religiosas, objetivando discutir e encaminhar ações políticas e sociais que proporcionem a sustentabilidade do assentamento. São essas condições que garantem autonomia às famílias camponesas assentadas.

Como objetivo geral, pretende-se explicitar as formas de organização social, política e de produção familiar, voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa como forma de sustentabilidade, sob as dimensões ecológicas, social, econômica, cultural, política e ética para os assentamentos.

Como objetivos específicos optou-se por Identificar e caracterizar as atividades de produção familiar (sociais, culturais e econômicas) desenvolvidas pelos camponeses; caracterizar as relações do Estado capitalista com o modo de vida das famílias camponesas; explicitar o papel das instituições (igreja, sindicatos, associação ou cooperativa e Organizações Não-Governamentais (ONGs) em relação às famílias camponesas; e explicar os desafios vivenciados pelas famílias em relação à produção familiar.

O presente trabalho apresenta a seguinte estrutura: Uma introdução, na qual se aborda a problemática em estudo, o papel da Geografia Agrária, a importância da temática no atual contexto das transformações existentes no espaço agrário brasileiro, objetivos da tese e um esboço metodológico. Está dividida em quatro

capítulos: o capítulo I trata da resistência camponesa em frente às transformações da sociedade em nível mundial e de Brasil: Questões sobre o campesinato no mundo e no Brasil: compreensão do seu modo de vida e resistência frente às transformações da sociedade.

No capítulo II buscou-se analisar o processo de modernização da agricultura brasileira e a questão da sustentabilidade no campo: o processo de modernização da agricultura brasileira, concepções de sustentabilidade e os impactos sobre a agricultura camponesa. O Capítulo III faz uma abordagem das formas de (re) existência camponesa; da necessidade de novas territorialidades do campesinato brasileiro em frente ao poder do capital imperial e do Estado. Por último, o capítulo IV vai abordar a questão dos Assentamentos Rurais Quilombo e Mocambo como resistência camponesa, a partir do seu modo de vida no espaço agrário piauiense.

### **1.1 Metodologia da Pesquisa**

O tema do presente trabalho científico é: Agricultura camponesa e sustentabilidade em assentamentos rurais: um Estudo de Caso do Quilombo e do Mocambo-PI. Uma temática bastante complexa que remete o pesquisador ao estudo de três categorias, tendo como aspecto fundamental a questão da sustentabilidade.

De fato a agricultura familiar, destinada especificamente para o mercado nas sociedades modernas, manifesta-se como prática cada vez mais distantes de uma agricultura camponesa. São influenciadas pelo consumo urbano, pela centralidade do mercado, pelos novos meios técnicos e de informação, impulsionados pela Revolução Verde e pela globalização da economia.

No caso brasileiro, as transformações das práticas da agricultura familiar fazem parte do “pacote” da modernização agrícola em que o Estado, em sincronia com as teses da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), sobre a emergência do desenvolvimento da agricultura familiar no Projeto Novo Rural Brasileiro, vai desenvolver uma política agrícola que prioriza a modernização agrícola por meio de grandes projetos agropecuários (agronegócio) e, como forma de aliviar as tensões no campo proporciona uma política voltada para o assentamento de famílias rurais, viabilizando investimentos para o desenvolvimento de uma agricultura familiar voltada para o mercado.

Nos Assentamentos Rurais no Brasil, constituídos como desdobramento das lutas camponesas por uma reforma agrária, o Estado desencadeia um conjunto de programas sociais (políticas públicas) direcionados para o incentivo de uma agricultura familiar destinada à lógica da economia de mercado. Cita-se como exemplo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Este programa se construiu na primeira política pública diferenciada e passou a beneficiar agricultores.

Uma agricultura, tipicamente, camponesa se caracteriza na relação propriedade, trabalho e família. Carvalho (2005), referindo-se à condição de sustentabilidade da estrutura camponesa e à capacidade de autonomia do campesinato aponta três elementos chaves: a demográfica, a social e a econômica.

Na esfera econômica, o campesinato promove a subsistência do grupo em duas situações: a subsistência imediata e a reprodução das famílias pelas gerações subsequentes. Esse processo de reprodução é garantido pela sustentabilidade da estrutura camponesa, associada à relação com a natureza (recursos naturais, tais como: o solo, a água e a mata.) (CARVALHO, 2005).

Compreende-se que o campesinato a partir da sua autonomia cria e recria as condições para a sua própria sustentabilidade, apesar de ter sido afetado, do ponto de vista histórico (e atual), pelo processo de desenvolvimento da sociedade moderna. Embora sua significação e sua importância tenham sido reduzidas nas sociedades tradicionais, as sociedades camponesas continuam a se reproduzir nos espaços das sociedades modernas. Por este motivo, é importante buscar uma metodologia que abarque esta complexidade.

Portanto, a Metodologia de Pesquisa compreende um processo que se inicia desde o interesse pela escolha de um determinado tema para pesquisar até a análise dos dados. Assim, metodologia é um processo, um conjunto de métodos e técnicas, como ensinar, analisar, conhecer a realidade e produzir novos conhecimentos. (OLIVEIRA, 2012).

Desta forma, um trabalho científico precede a definição de um caminho metodológico, pois este é de fundamental importância para a realização da pesquisa. Permite o embasamento para fundamentação teórica, a formulação de hipóteses, definição de procedimentos para a coleta e a posterior análise de dados. Segundo Deslandes (1994, p. 16):

Entendemos por metodologia o caminho e o pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade (...) a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitem a constatação da realidade e o sopro divino do potencial criativo da pesquisa.

Nesse contexto, para o desenvolvimento desta Tese: Agricultura Camponesa e Sustentabilidade em Assentamentos Rurais: um estudo de caso do Quilombo e do Mocambo, estabeleceu-se a definição de um caminho metodológico: a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, consultas aos diversos tipos de mapas que representam os fenômenos da questão agrária brasileira e a pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica é de fundamental importância, pois permite o estudo e um domínio científico em livros, teses, dissertações, periódicos, ensaios e artigos científicos, entre outros. Permite ainda um estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos empíricos.

Para Alves (1992) a construção de um referencial teórico nos trabalhos de pesquisa, no nível de mestrado e doutorado merece cuidados fundamentais no qual os pesquisadores devem buscar esforços para ir além da mera descrição, atribuindo significados aos dados observados. Com isto, afirma:

O nível de Teorização possível de um dado estudo vai depender do conhecimento acumulado sobre o problema focalizado, bem como da capacidade do pesquisador para analisar a adequação das Teorizações disponíveis aos fenômenos por ele observados. Esse esforço de elaboração teórica é essencial, pois o quadro referencial clarifica o raciocínio da pesquisa, orienta a definição de categorias e constructos relevantes e dá suporte às relações antecipadas nas hipóteses, além de construir o principal instrumento para a interpretação dos resultados da pesquisa (ALVES, 1992, p. 35)

Desta forma, na pesquisa bibliográfica, busca-se proporcionar uma fundamentação teórica à luz dos estudos sobre o mundo agrário brasileiro: A reforma agrária do estado capitalista (agronegócio); o campesinato no Brasil e suas formas de organização e resistência; a política de espacialização dos assentamentos rurais; a agricultura camponesa e o papel da Geografia Agrária no contexto atual.

A pesquisa documental faz-se necessária, uma vez que permite ao pesquisador buscar dados e informações em documentos, tais como: relatórios,

revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias entre outros meios de comunicação e divulgação (OLIVEIRA, 2012).

Neste trabalho, a pesquisa documental permitirá a busca de dados e informações em documentos, a qual se realiza junto aos órgãos governamentais, como: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), CEPRO (Fundação e Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí) e INTERPI (Instituto de Terras do Piauí), além dos órgãos e entidades não governamentais, como: FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura); MST (Movimento dos Sem-Terra) Via- Campesina e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Altos e José de Freitas.

Explicitando o interesse da pesquisa documental junto a esses órgãos, afirma-se que no IBGE, serão pesquisados dados estatísticos sobre a estrutura fundiária do Brasil e do Piauí diante da política de reforma agrária do Estado Capitalista Brasileiro, bem como dados estatísticos e mapas sobre a espacialização dos assentamentos rurais no Brasil.

Em relação ao INCRA, buscam-se estudos estatísticos em relação aos projetos de assentamentos no país e, especificamente, no estado do Piauí (como política de reforma agrária do Governo Federal e Estadual). Os assentamentos Quilombo e Mocambo, situados nos municípios de José de Freitas e Altos, constituem-se como um estudo de caso nesta pesquisa. No tocante ao INTERPI, a pesquisa estará centrada nas informações sobre a estrutura fundiária do Piauí, conflitos por terra e na coleta de dados sobre os assentamentos de responsabilidade do Governo do Estado.

Para as entidades sindicais e movimentos sociais como FETAG, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios de Altos e José de Freitas, MST, CPT (Comissão Pastoral da Terra) e MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), definiu-se a busca de informações e dados sobre a luta dos camponeses por uma reforma agrária que valorize esta categoria, como também, suas formas de resistência à reforma agrária de mercado.

A pesquisa de campo é condição básica para a coleta de dados e informações sobre as categorias em estudo. Constitui uma etapa bastante complexa da pesquisa. Contudo, o campo faz “ascender” informações sobre as condições de pesquisa as quais devem aprimorar os questionamento ou mesmo as técnicas de coleta de informações (ALAMI, et. al., 2010).

Nesse sentido, a pesquisa de campo para a realização desta produção científica cuja temática é Agricultura Camponesa e Sustentabilidade em Assentamentos Rurais, tendo como estudo de caso os Assentamentos Quilombo e Mocambo, situados nos municípios de Altos e José de Freitas, de forma geral, a pesquisa de campo nos dois assentamentos pautou-se:

- Pela caracterização dos assentamentos em estudo;
- Pelo reconhecimento preliminar das condições de funcionamento dos assentamentos: organização espacial, processo de produção em relação às atividades econômicas; organização política, cultural e social das famílias.
- Em relação às entrevistas semiestruturadas com as famílias camponesas, como forma de buscar suas histórias de vida e registros através de fotografias e filmagens das atividades econômicas e sociais desenvolvidas no assentamento.

## 1.2 Método

No que tange ao suporte teórico-metodológico desta pesquisa, definiu-se uma abordagem de natureza qualitativa e quantitativa, por entender que esta abordagem compreende o conjunto de práticas sociais como consequência do modo de vida dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Pretende-se compreender o mundo social em que estão inseridos esses sujeitos.

Quanto ao método, optou-se pelo regressivo-progressivo, de Henri Lefebvre. A opção por este caminho metodológico é que permite compreender que as contradições sociais são históricas. Martins (1996, p.22), cita que:

Na concepção Lefebvriana de contradições, os desencontros são também de tempos e, portanto, de possibilidades...Na gênese dessas contradições está de fato a gestação de virtualidades e possibilidades que ainda não se cumpriram. Por que é o desencontro das temporalidades dessas relações que faz de uma relação social em oposição a outra a indicação de que é possível está diante do real e realizado.

Desta forma, o método regressivo-progressivo fundamenta-se a partir da premissa da totalidade aberta inconclusa, em que as superações propõem novas contradições e novas tensões, a sociedade movendo-se e transformando-se todo o

tempo (Martins, 1996). O campo brasileiro está conformado por este conjunto de tensões, envolvendo diversos sujeitos sociais a partir de interesses antagônicos.

Nesta perspectiva é possível compreender as relações sociais que se manifestam no espaço agrário brasileiro, suas contradições, tensões, o papel do Estado na efetivação de implementação de um desenvolvimento linear associado ao desenvolvimento capitalista no campo.

Para compreender a importância da agricultura camponesa, é necessário perceber as transformações econômicas, sociais e culturais que vêm ocorrendo em nível global e manifestando-se em outras escalas, como nacional, estadual, municipal e local.

Nesta perspectiva a Tese desenvolvida sobre a permanência e sustentabilidade da agricultura no Brasil, tendo como estudo de caso os camponeses do Quilombo e do Mocambo constituiu-se em um desafio teórico e empírico frente às transformações econômicas, sociais, culturais e ambientais da sociedade atual que, no processo de globalização tende ao processo de homogeneização. O mundo camponês, seu modo de vida, sua cultura e sua relação com os meios naturais tem se constituído como resistência a este processo de transformação.

A partir da segunda metade do século XX o rural brasileiro, especificamente, o modo de vida camponês passou a “conviver” com uma nova realidade: com o advento de uma agricultura “moderna”, praticada com insumos agrícolas, financiamentos, intensificação do trabalho assalariado e, ao mesmo tempo, com a presença de trabalho semiescravo. Isto significa contradições sócioespaciais herdadas do próprio contexto histórico de formação do território nacional.

Com isto, objetivando compreender o modo de vida camponês do Quilombo e Mocambo, na perspectiva da sustentabilidade, utilizou-se do método regressivo-progressivo para compreender a complexidade do mundo rural: como eram as condições de vida no rural passado, do cotidiano, da organização sócioterritorial e como estas condições favoreceram o mundo camponês hoje. Neste sentido, é fundamental entender a complexidade histórica, suas contradições sociais identificadas na sua pluralidade social. É nesta perspectiva que pretende-se compreender o mundo rural brasileiro, a partir dos processos sociais e políticos inconclusos e, a partir daí seu lento processo social e histórico embasado no conservadorismo político (MARTINS, 1996).

### 1.3 Universo da Pesquisa

O universo da pesquisa compõe-se de um total de 277 famílias camponesas distribuídas em dois assentamentos: Quilombo e Mocambo em uma área de 2797.6320 ha, sendo assim distribuídas: (Quadro 1).

Quadro1 - Caracterização dos Assentamentos em Estudo

<b>ASSENTAMENTOS</b>				
		Municípios	Área	Nº de famílias
Quilombo	PA Quilombo	Altos	393,1080 ha	18
	PA Baixinha Quilombo	Altos	800,9450 ha	151
	PA Quilombo IV	Altos	329,2200 ha	36
	PA Quilombo III	José de Freitas	258,3170 ha	8
Mocambo		José de Freitas	1.409,1460 ha	64
Total			2.797.6320 ha	277

Fonte: INCRA (2010) (Organizado pelo autor)

Os assentamentos em estudo são reconhecidos pelo INCRA, receberam custeio para a implementação de infraestrutura (construção de moradias, implementação da rede elétrica, saneamento básico, construção de estradas que ligam os núcleos populacionais e os locais de produção agrícolas, casas de farinha, posto de atendimento médico e escola de ensino fundamental e médio).

Para a delimitação da amostra definiu-se entrevistas, diálogos com um total de 100 famílias camponesas, sendo 25 do Mocambo e 75 do Quilombo. Com o objetivo de apropriar-se com maior segurança do modo de vida dos camponeses assentados as famílias entrevistadas foram divididas em três grupos de faixa etária de idade e independentes do sexo. A faixa etária entre 15 e 39 anos; entre 30 e 59 e mais de sessenta anos. Nessas faixas foram incluídas as lideranças comunitárias/religiosas.

Os dados coletados e as informações obtidas por meio da pesquisa de campo e da pesquisa documental serão tabulados e analisados a partir da relação com o suporte teórico desenvolvido pela pesquisa bibliográfica e documental. Assim, espera-se que a sistematização da pesquisa, cujo produto é a Tese, venha contribuir

para um maior desenvolvimento das análises sobre as categorias em estudo (agricultura familiar, campesinato, assentamentos rurais), fortalecendo o papel e a importância da Geografia Agrária nessa temática.

## **2 QUESTÕES SOBRE O CAMPESINATO NO MUNDO E NO BRASIL: COMPREENSÃO DO SEU MODO DE VIDA E RESISTÊNCIA EM FRENTE À TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL**

Fazer uma abordagem sobre as origens, formas de organização e de resistência camponesa no Brasil, leva a dois desafios: em primeiro lugar, procurar entender a lógica da agricultura camponesa a partir dos fundamentos e marcos teóricos, os quais passaram a interpretar a emergência, evolução, desenvolvimento, formas de resistência e significação dos movimentos sociais ligados ao campo. Notadamente, o movimento camponês, em frente ao processo de dominação colonial pelos povos europeus e, em segundo momento, elucidar como os teóricos revolucionários, vivenciaram e interpretaram as transformações econômico-sociais e políticas ocorridas no século XVIII e XIX, na Europa ocidental e suas consequências para as transformações na agricultura e no campesinato Europeu.

A partir da compreensão desse contexto histórico e conceitual sobre o campesinato na Europa Ocidental, procurou-se explicar o campesinato no Brasil. Buscaram-se os fundamentos teóricos para explicitar sua origem, formas de organização e resistência, do ponto de vista histórico mediante a expansão do modo de produção capitalista como forma de autoexistência e reprodução da vida camponesa no espaço agrário brasileiro.

As transformações e/ou o processos de reestruturação do capitalismo em nível mundial ocorrido especificamente, a partir da segunda metade de século XX, proporcionará profundas mudanças para o Brasil, o qual a partir dos anos 1950 a 1960, procurou modernizar sua economia e o setor que reflete maiores impactos refere-se ao espaço rural, principalmente, devido aos efeitos da Revolução Verde, que, paulatinamente, promoverá o processo de modernização da agricultura.

### **2.1 Campesinato: formas de existência e resistência em frente à territorialização do capital**

A formação do campesinato faz parte de todo um processo histórico da própria evolução dos diversos tipos de sociedades. Carvalho (2005, p. 23) explica que: “o processo de formação do campesinato remonta à gênese da história da humanidade”. O campesinato, como organização social, modo de vida e formas de

resistência perpassou as diversas formas de organização social: a escravocrata, a feudal, capitalista e socialista.

A coexistência e a participação do campesinato nesses diferentes tipos de sistemas sociopolíticos e econômicos e sua constância quanto do fim ou crise dessas sociedades demonstram que essa firmeza precisa ser considerada como essa finalidade intrínseca dessa forma de organização social. (CARVALHO, 2005 p. 23-24).

A própria formação e evolução histórica do campesinato complexifica as tentativas de definir e conceituar o que é “camponês”. A história acrescenta sua dimensão da diversidade, justamente porque o “mesmo” poderia não ser o mesmo em diferentes anos, décadas e século. Os estudos estão mais centrados em generalizações, categorias de características que procuram diferenciar os camponeses dos outros tipos de sociedades: a organização econômica assentada, principalmente, numa relação entre desenvolvimento da agricultura, atividades extrativas e práticas artesanais, ações políticas que passam apadrinhamento e relações conflituosas, banditismo, guerrilhas e ocupações de terras, mas também desenvolveu relações políticas para interagir como o poder público e privado. (SHANIN, 1980).

Outro aspecto tratado de forma genérica refere-se à organização social e familiar dos camponeses. A família constitui-se como a base, a qual estabelece uma rede de interações sociais com os diversos segmentos sociais, como artesãos, agricultores, pequenos capitalistas. Também, o modo de vida camponês refere-se a existência de uma dinâmica social. Esta é fundamental para a reprodução social. A propriedade familiar e cultura (costume e herança), são relevantes para a produção da vida camponesa. (SHANIN, 1980).

Segundo Shanin, o desdobramento das generalizações dos estudos sobre definição e conceituação do que é camponês, manifesta-se em quatro características básicas:

a) a propriedade rural familiar como a unidade básica da organização econômica e social; b) a agricultura como a principal fonte de sobrevivência; c) a vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais; d) a situação oprimida, isto é, a dominação e exploração dos camponeses por poderosas forças externas.” (SHANIN, 1980, p.50).

A compreensão do que é camponês passa pelo estudo das características do estabelecimento rural familiar camponês, do ponto de vista interno e externo, e suas relações (reações e interações) com o contexto social mais amplo.

Foi, principalmente, no processo de consolidação, instituição e expansão do modo de produção capitalista, notadamente, desde o século XX, que o modo de vida camponês passou a enfrentar profundas alterações. Para continuar existindo como categoria, as diversas sociedades camponesas desenvolveram várias formas de resistência às novas relações sociais, políticas, de poder, produção e dominação estabelecida pela vigência da “nova sociedade”, a capitalista. As transformações foram profundas para o modo de vida camponês, principalmente, na transição do século XVIII para o século XIX e, intensificando-se amplamente no século XX.

Chayanov (1974), explicando as mudanças no modo de vida camponês, revela que a economia camponesa desenvolve-se na relação consumo familiar versus exploração da força de trabalho. Assim, trabalho e consumo passam pela satisfação das necessidades familiares. Esse balanço garante a sobrevivência da família e a existência do campesinato como classe social. A economia capitalista se assenta na propriedade privada, na produção destinada, exclusivamente, para o mercado, na circulação do dinheiro e tem como objetivo fundamental a obtenção do lucro.

Inúmeros fatores são históricos e foram fundamentais para impulsionar essas mudanças: o progresso econômico favorecido pelas cidades altera as relações de produção no campo; o advento do conhecimento científico vai proporcionar a entrada da agricultura no domínio da ciência; a dependência do produtor camponês às leis do mercado (necessidade de dinheiro para produzir uma quantidade maior de alimentos para o mercado, o aumento do tamanho da propriedade); o processo de assalariamento dos camponeses; a expansão das grandes propriedades que passam a “engolir” as pequenas. (KAUTSKY, 1980)

Neste contexto, a indústria doméstica, base de produção camponesa começa, paulatinamente, a ser substituída pela indústria urbana. Com isto, o camponês e toda sua estrutura familiar de produção e cultural foram sendo destruídos pelas transformações políticas, econômicas, sociais e territoriais impostas pela nova ordem. Passando a ser dominada pelo mercado, pela influência das cidades e da indústria. (KAUTSKY, 1980).

As transformações sociais, culturais, e de produção no mundo do trabalho foram bastante acentuadas para o modo de vida camponês. Também não poderia

ser de outra forma. Foram transformações impulsionadas pelas revoluções técnicas, pela sistematização do conhecimento e maior desenvolvimento científico. Esses fatores provocaram profundas mudanças sociais, políticas, ideológicas e, particularmente, transformações territoriais. Acelerou o processo de urbanização e mudanças técnicas junto à prática na agricultura. Deste modo, surgem as primeiras linhas teóricas sobre o comportamento, as mudanças e resistências das diversas sociedades camponesas no mundo ocidental ligadas aos desdobramentos das relações capitalistas de produção.

Embora o modo de produção capitalista que domina a sociedade atual e que a luta de classe e o antagonismo deu-se com maior intensidade, entre burguesia e proletariado, principalmente, ao longo dos séculos XIX e XX, afirma-se que esta ordem econômica, social e política não se constitui a única forma de produção e de organização político-social no mundo atual. Assim o modo de vida camponês, entendido como uma relação social antiga, mesmo tendo sido modificado na trajetória da própria evolução das relações sociais de produção, não desapareceu. Resiste e se reinventa nos mais variados contextos das transformações tecnológicas, políticas, ideológicas e sociais. (KAUTSKY, 1980).

Guzmán e Molina (2005) compreendem que o processo de transformação social vinha se estabelecendo e se consolidando no Ocidente, a começar pelo modo de produção capitalista e as repercussões que esse processo tinha sobre o campesinato, o qual permitiu uma situação histórica para o surgimento dos primeiros estudos sobre as mudanças no modo de vida camponesa, o que os autores denominaram de antiga tradição dos estudos camponeses.

Assim, destacam o campesinato no narodismo russo e que essa corrente teórica se desenvolve na tentativa de impedir o crescimento do capitalismo pelas formas de ação social coletiva, evitando a desorganização social, a exploração econômica e a depredação sociocultural que tal processo gerava nas comunidades rurais.

Sobre o anarquismo agrário, dois teóricos anarquistas se destacam: Bakunin e Kropotkin. Essa corrente apresentava como linha geral o campesinato como agente revolucionário, centrado a partir de fatores preponderantes, a saber: a terra como parte integrante do povo e pertencente à comunidade rural; a autonomia política e administrativa por meio da comunidade rural em relação ao Estado e o fortalecimento de comunas rurais centradas na dimensão étnica criada partindo da

sociabilidade humana, tendo como objetivo o desenvolvimento de mecanismos de sobrevivência, luta e resistência.

Outra vertente que contribui, teoricamente, para a compreensão da evolução e transformação da questão agrária e do campesinato é a corrente marxista ortodoxa agrária. Esta vertente compreende um esquema teórico que procura interpretar a evolução da estrutura agrária (inclusive as transformações do campesinato) no processo histórico, a partir dos seguintes fatores, como explica Guzmán e Molina (2005):

- as transformações e mudanças sociais, políticas e tecnológicas que ocorrem na agricultura respondem às mudanças que se produzem e reproduzem na agricultura; essas mudanças fazem parte de um contexto histórico e estão inseridas no desenvolvimento das forças produtivas;
- a consolidação do modo de produção capitalista, que determina a dissolução do campesinato, pois compreende que esta forma de organização socioeconômica é incapaz de incorporar ao progresso técnico;
- consolidação e superioridade das grandes empresas agrícolas, as quais passam a concentrar a propriedade privada, consolidam e adotam o latifúndio de uma estrutura técnica, permitindo uma socialização da produção agrária;
- como resultado deste esquema teórico de compreensão, a própria dinâmica do capitalismo vai provocar a gênese de um processo de confrontação entre campesinato e latifúndio, levando como consequência a proletarianização do campesinato e a polarização social do campo.

Ainda de acordo com Guzmán e Molina (2005), um dos grandes teóricos que tem produzido trabalhos sobre os novos estilos camponeses é Shanin, pois buscando interpretar os trabalhos sobre Chayanov, Lênin e Kautsky, contribuiu teoricamente para duas perspectivas: rompeu com a perspectiva unilinear do praxismo ortodoxo agrário que proporcionava a gênese do marco teórico do Narodismo Marxista, rompendo, assim, o valioso legado da sua multilinearidade para o desenvolvimento dos países periféricos.

Em geral, compreende-se que é sob o modo de produção capitalista que o campesinato sofre transformações em vários aspectos: na produção, no consumo, nas relações de trabalho. Em suma, o modo de vida passa a responder a uma nova dinâmica social, e política. Kautsky (1980), analisando o processo de industrialização na Europa, explica que seus efeitos foram destrutivos para o

camponês pois, para a dissolução da indústria doméstica que produzia para o seu próprio consumo, e cita:

Quanto mais o processo avançava, e mais se desagrega a indústria doméstica a que se dedicava primitivamente o camponês, tanto mais aumenta a sua necessidade de dinheiro, não apenas para comprar as coisas dispensáveis, e mesmo supérfluas, mas também para a compra de coisas necessárias. Ele não pode mais lavar a sua terra, não pode mais prover a sua manutenção sem dinheiro. (KAUTSKY, 1980, p.31).

Neste âmbito, uma das questões polêmicas debatidas sobre as condições do campesinato no capitalismo trata-se da capacidade de existência e permanência deste modo de vida camponês, no qual está inserida a organização social, tendo como base a família, a organização social, política e cultural. Shanin (2008), explica que o debate acerca das transformações do campesinato é remanescente do século XIX:

Durante o século XIX, houve um debate sem fim a respeito da definição do campesinato, da direção geral em que elas estavam se movendo em decorrência das principais mudanças desencadeadas pelo desenvolvimento do capitalismo, bem como sobre quais as ações políticas que deveriam ser adotadas diante de tais transformações.

Assim, surgiram diversas teorias a respeito da existência e das perspectivas do campesinato no capitalismo e foram constituídos três distintos modelos de interpretação ou paradigmas sobre os destinos do campesinato no mundo: um destes, denominado de paradigma do fim do campesinato defende que este está em via de extinção, tomando por base duas concepções: a primeira: ocorre por conta da diferenciação gerada pela renda capitalizada da terra, que destrói o campesinato, transformando uma pequena parte dos camponeses em capitalistas e a maioria, em assalariados (CARVALHO, 2005).

Outro paradigma, baseado em uma análise mais complexa e profunda sobre as relações de produção capitalistas no campo compreende que o processo de apropriação do capital unido à riqueza produzida pelo trabalho familiar camponês gera a diferenciação e a destruição do campesinato. Por outro lado, ao capital é de fundamental importância para a existência desse elo para a sua reprodução e de seu próprio desenvolvimento (CARVALHO, 2005). “Por esta razão, os proprietários

de terras e capitalistas oferecem suas terras em arrendamento aos camponeses ou oferecem condições para a produção nas propriedades camponesas” (CARVALHO, 2005, p. 24).

A terceira vertente é denominada de paradigma da metamorfose do campesinato. Resulta das transformações ocorridas no mundo agrário no final do século XX. Esse paradigma afirma o fim do campesinato. Todavia, garantem a existência e permanência do trabalho familiar na agricultura (CARVALHO, 2005).

Desse modo utilizam-se de uma lógica dualista de atrasado e moderno, classifica o camponês como atrasado e o agricultor familiar como moderno. Essa lógica dualista é processual, pois o camponês para ser moderno precisa se metamorfosear em agricultor familiar” (CARVALHO, 2005, p. 25).

Pode-se afirmar que desde a segunda metade do século XX, especificamente, no final dos anos de 1970, após o advento da terceira revolução industrial, a revolução verde, tem-se verificado um conjunto de mudanças do ponto de vista econômico (engendrados pelas próprias relações capitalistas de produção e na visão institucional, instruída pelo Estado capitalista), vinculados ao processo de liberação dos mercados e de crescimento do domínio do capital financeiro em escala global, provocando impactos diversos sobre a produção agrícola.

Um primeiro impacto ocorreu por conta da consolidação de uma agricultura, altamente, produtiva desenvolvida com o emprego de técnicas avançadas, expansão de novas fronteiras agrícolas; redução de mão de obra e um elevado custo de produção compensado com subsídios concedidos pelo Estado. O segundo abarca as mudanças no campo social e no mundo do trabalho como: a redução da mão de obra empregada nas atividades econômicas, a precarização e a proletarianização de camponeses, acarretando, desta forma, mudanças no seu modo de vida em todos os continentes.

Marques (2008), analisando esse processo de transformação de cunho econômico e institucional, expressa:

Verifica-se a reestruturação de cadeias produtivas do sistema agroalimentar em nível global com impactos diversos, sob a coordenação cada vez mais poderosa de corporações transnacionais envolvidas com a produção de insumos, processamento e comercialização da produção e o estabelecimento de uma nova divisão internacional do trabalho. (MARQUES, 2008, p. 53).

Para assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento e pela permanência desse modelo de agricultura, altamente tecnificada e produtivista, oriunda dos países desenvolvidos e tecnicamente industrializados, o capital necessita da garantia e da posse da terra. Daí expande-se o latifúndio e o domínio sobre a terra. Esta prática implica conflitos no campo devido à desestruturação da produção camponesa. Marques (2008, p. 55), sintetiza esta situação da seguinte forma:

A terra, dada seu caráter imóvel, é globalizada na medida em que o capital se desloca criando novas frentes de expansão, comprando ou alugando terras e promovendo mudanças quanto ao seu uso e/ou regime de propriedade. O trabalho, por sua vez, pode ser afetado de diferentes maneiras com a destruição de antigas relações de produção, precarização e crescente proletarização dos trabalhadores, estímulo à mobilidade espacial, criação de uma variedade de formas de subcontratação do trabalho da unidade de produção familiar.

Na tentativa de entender as profundas transformações no espaço agrário em várias regiões do mundo, tratando-se, especificamente, da agricultura e de seus desdobramentos para o campesinato, é necessário compreender a dinâmica da sociedade capitalista, essencialmente, partir do século XX em diante.

Vale ressaltar, em primeiro lugar, que no entendimento de Mészáros (2008), o século XX foi marcado por grandes transformações em nível global; graves crises econômicas (1929 e fins dos anos de 1960 e início dos anos de 1970), duas guerras mundiais, consolidação, expansão e crise do socialismo, a revolução no campo da eletrônica e das comunicações, o acúmulo de um poderoso arsenal bélico centrado nas potências econômicas, capaz de colocar o planeta à beira de um holocausto nuclear, etc.

Em segundo lugar, o fenômeno que merece reflexão alude às desigualdades na esfera social. Porque os próprios relatórios do desenvolvimento das Nações Unidas têm evidenciado desigualdades sociais em níveis crescentes, desde a segunda metade do século XX com projeções estatísticas até 2015 tais como: a concentração da renda cada vez maior na população rica em detrimento dos mais pobres; isto é, bilhões de pessoas vivem com menor renda, o aumento do desemprego em nível global, disseminação da fome, das condições precárias de vida, subnutrição em várias regiões do mundo, *precarização do trabalho e das condições de vida no campo* (grifo do autor) (MÉSZÁROS, 2008).

Além disso, destacam-se na trajetória de reestruturação do capitalismo as novas formas de apropriação e o domínio da natureza e, especificamente, dos bens naturais. Com isto, para manter o “funcionamento do Parque Fabril” tecnológico do capitalismo e garantir a oferta dos produtos no mercado (nacional e internacional) para uma sociedade de consumo ainda mais moderna e pós-moderna, instituiu-se uma ação política planejada do Estado com o capital (representado pelos grupos econômicos e financeiros), objetivando a exploração “planejada” (desordenada e com impactos ambientais) dos recursos naturais fundamentais às necessidades da ordem de produção e de consumo (LÖWY, 2008).

Uma importante consequência oriunda desse processo de reestruturação do capitalismo retrata as mutações no mundo do trabalho relacionadas ao processo de heterogeneidade, fragmentação e complexificação. Antunes e Alves (2004), advertem que atualmente, por conta desse processo, não se identifica aquela classe trabalhadora existente no século passado, mas esta não vai desaparecer. O que conseqüentemente se verifica na retração do binômio Taylorismo/Fordismo é uma redução do proletariado industrial, das fábricas, do tradicional, do estável e do especializado. Por outro lado, vem ocorrendo um aumento significativo de um novo proletariado fabril: o de serviço, em escala mundial, o que está presente nas diversas modalidades do trabalho precarizado.

Reportando-se ao espaço rural, a consolidação do modo de produção capitalista nas atividades agropecuárias, oxigenada pela Revolução Verde provocou alterações no modo de produzir, comercializar e, principalmente nas relações de trabalho. Aumentou a concentração de terra e do poder através do latifúndio, gerando mais conflitos entre proprietários do capital e comunidades camponesas.

Portanto, a investida do capital no processo de reestruturação no mundo do trabalho contribuiu para desterritorializar e territorializar milhões de trabalhadores (operários e camponeses) no âmbito global. Marques (2008, p.55-56), analisando a questão da agricultura moderna e a situação do campesinato no mundo explica:

Verifica-se que a expropriação e queda do peso relativo da população rural no conjunto da população mundial, de outro, tem-se a sua adaptação e transformação, com a emergência de novas formas de luta e de organização da vida e da produção no campo, especialmente, no hemisfério sul: América do Sul, parte do continente africano e asiático.

Tomaz Júnior (2006, p. 141) apresenta itens que demonstram a ação planejada pelo capital e pelo Estado nesse contexto de transformação no mundo do trabalho, explica que a adoção por parte dos Estados em efetivar as políticas liberais e exigidas por órgãos e grupos econômicos que fomentam o grande capital têm utilizado diversos mecanismos objetivando a imposição de uma ordem econômica e social em nível global, a qual pode ser caracterizada da seguinte forma:

- a) sufocar a resistência dos camponeses, dos consumidores relativos, dos indígenas, pescadores, atingidos por barragens, operários urbanos e rurais, desempregados, subempregados contribuindo para a sujeição e exploração dos camponeses;
- b) blindar qualquer forma de acesso à terra que não seja via mercado;
- c) Desterritorializar e precarizar as condições de trabalho, seja na cidade ou no campo;
- d) Intensificar as jornadas de trabalho;
- e) Ampliar os horizontes da adoção de mão-de-obra infantil;
- f) Desempregar assalariado;
- g) Fragilizar relações de trabalho formais;
- h) Intensificar as práticas de terceirização e das cooperativas de trabalho;
- i) Rebaixar salários.

Estes itens demonstram a essência das políticas neoliberais na atual fase do capitalismo. Origina as condições objetivas para desarticular qualquer tipo de organização social e econômica que não estejam em “harmonia” com o mercado. Institui práticas repressivas às diversas formas de resistência manifestadas contra essas políticas. Mantém o domínio econômico e político do grande capital, das elites dominantes, favorecidas pelo Estado e quanto aos trabalhadores urbanos e camponeses resta a precarização do trabalho.

Para isto, o capital impõe uma ordem e novas relações entre capital x trabalho de forma universal e hegemônica. A globalização da economia é também a globalização das relações capital x trabalho, da exploração dos bens naturais transformados em recursos; da apropriação de novos territórios para a expansão e reprodução do capital; da pobreza, do desemprego e precarização das condições de trabalho.

Os reflexos dessas políticas em nível espacial e territorial global manifestam em desigualdades entre Norte e o Sul, países capitalistas ricos e pobres. Fortalecem-se as classes dominantes desses países e enfraquecem-se, empobrecem-se os trabalhadores urbanos e camponeses. As novas invenções

tecnológicas nos diversos setores da economia promovem o desemprego e a exclusão social, favorecendo, desta forma a informalidade. O capitalismo na fase neoliberal globalizou a exploração da massa trabalhadora com a precarização das condições do trabalho; a exclusão social; provocou a desestruturação do modo de vida dos camponeses; fortaleceu a dominação política e econômica na presença das classes dominantes.

Em contraposição a esta ordem do capitalismo neoliberal submete-se à diversidade e atuação dos movimentos sociais especializados em diversos países. Um movimento, de resistência à globalização internacional do capitalismo, contra o neoliberalismo. É uma resistência global, planetária. Löwy (2008, p.260), cita que:

O sentido do movimento internacional contra o neoliberalismo deve se colocar em termos de diálogo entre as lutas sociais dos diversos países das diversas culturas, dos diversos continentes, dos diversos grupos sociais, dos camponeses, dos operários, dos trabalhadores, das mulheres, dos negros, das comunidades indígenas. Logo não é um diálogo entre as civilizações, mas diálogo entre movimentos e lutas sociais. E, mais que um diálogo, é uma convergência, é encontro comum na luta comum contra um adversário comum.

O processo de domínio da terra e do território oriundo da intervenção do Estado Neoliberal, cujo objetivo é a apropriação dos bens naturais, da geração de energia, produção de matérias-primas e de alimentos nos espaços rurais da América Latina, tem contribuído para uma prática constante, neste continente, gerando um conjunto de conflitos entre camponeses e proprietários do capital no espaço agrário:

Conflitos pela concentração fundiária, conflitos pela demarcação de terras indígenas, conflito pela preservação ambiental, conflitos pela extração devastadora de recursos naturais, conflitos pela construção de megainfraestruturas, conflitos pela expansão do agro hidronegócio, conflitos pelo controle da produção de alimentos, conflitos pela manutenção de formas de vida tradicionais, conflitos pela expropriação, expulsão e exclusão dos camponeses e dos povos e comunidades tradicionais, conflitos pela implementação de estratégias de desenvolvimento (MONTENEGRO, 2010, p. 13).

O processo de apropriação e domínio do meio rural (domínio da produção agrícola, implementação do trabalho assalariado e poder sobre a terra) pelo capital, pelas relações capitalistas de produção não determinam a destruição do campesinato. O conjunto de conflitos em vários setores evidencia as formas de resistência dos camponeses ao processo de homogeneização das relações

capitalistas no campo. Esse processo de enfrentamento entre as relações camponesas de produção e as capitalistas de produção constitui um processo histórico, em que o campesinato tem buscado formas de produção econômica, social e cultural que garantam sua existência e reprodução.

Neste sentido, o território ganha uma dimensão ligada às estratégias de poder. O capital desenvolve seus mecanismos no campo ideológico, econômico, político e de força para apropriar-se de novos territórios, para fazer valer a reprodução do capital. Por outro lado, os camponeses se reinventam como categoria para defender seus territórios, base da sustentabilidade do mundo camponês. Para Raffestin (1993, p.145-146):

O território se forma a partir do espaço. É resultado da ação conduzida por atos sintagmáticos (ator que realiza um programa) em qualquer nível. O território nesta perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela ações marcadas pelo poder.

Neste sentido, o território constitui-se como um espaço extremamente privilegiado no contexto de um mundo globalizado, tecnificado e informacional. Assim, o conhecimento, a apropriação e a defesa do território constituem-se condições fundamentais para os diversos tipos de organização social. Santos, (2002, p. 9), explica que o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.

Shanin (2008), quando analisa o processo de transformação do campesinato, no mundo, referente ao processo de desenvolvimento econômico e tecnológico, desencadeado pelo modo de produção capitalista, compreende que essas condições históricas contribuíram para a diminuição do número do campesinato no conjunto da população mundial. Entretanto, o modo de vida camponês cria condições próprias para sua recriação. Neste contexto, explica:

Na Rússia atual, há muitas vilas que são consideradas “vilas mortas”, nas quais só se encontram mulheres idosas morando nelas e metade das casas já não existem mais. As pessoas abandonaram essas vilas, especialmente em lugares em que a agricultura era difícil e a terra era ruim. Contudo, desde que houve o colapso da União Soviética, há russos retornando de outras ex-repúblicas soviéticas

como a Geórgia e o Cazaquistão com o objetivo de se fixarem em seu próprio ambiente étnico (SHANIN, 2008, p. 24).

Este processo de resistência camponesa que, de certa forma, garante sua existência e recriação é consequência, principalmente, de dois fatores: a questão étnica e as ações governamentais. No tocante às questões governamentais são as ações dos governos, visando à definição de políticas voltadas para “assentar” famílias rurais, políticas estas articuladas com uma política agrícola voltada para o mercado. Quanto à questão étnica, é a própria história social e cultural do mundo camponês: seus valores, conhecimentos das práticas produtivas e a relação com a natureza. Compõe sua identidade como categoria social.

Guzmán e Molina (2005) fazem uma análise da evolução do conceito de campesinato existente na América Latina, procurando compreender uma matriz mais cultural, especificamente, latino-americana e apresentam três grandes momentos históricos de influência campesina neste continente.

No primeiro momento, esta influência ocorre ao longo de todo o período colonial, no qual ocorrem diversas formas conflitivas de lutas permeadas de heterogeneidade como forma de resistência à invasão e ocupação europeia no cone sul latino-americano. O segundo momento compreende o primeiro terço do século XIX, faz parte da conjuntura histórica de emancipação americana. A terceira etapa ocorre na segunda metade do século XIX, com a consolidação do liberalismo e do socialismo no continente europeu e no processo de construção e consolidação da independência na América Latina. (GUZMÁN; MOLINA, 2005)

Oliveira (1981), também explica esta questão. A América, assim como outros espaços econômicos fora da Europa, emergiu ou foram instituídos na divisão internacional do trabalho do capital mercantil. Esses espaços econômicos como: América, África e Ásia eram tidos como reservas e produtores de acumulação primitiva que, posteriormente, continuaram subjugados à divisão internacional do trabalho do capitalismo imperialista.

## **2.2 Campesinato no Brasil: origens, formas de organização, agricultura camponesa em frente às ações políticas, econômicas e de poder do Estado: perspectivas históricas e atuais**

O espaço agrário brasileiro é resultado de um processo histórico, impulsionado por um conjunto de forças socioeconômicas. Em Lefebvre (2006), o espaço complexifica seu processo de produção na medida em que recebe influência das ações do capitalismo. Por isto, o agrário no Brasil vem passando, de forma acelerada, por profundas transformações socioeconômicas e ambientais, impulsionadas pelos processos de modernização da agricultura, perceptível a partir de 1960. Em virtude disso, alteraram-se, rigorosamente, as relações de produção no campo devido à incorporação intensiva das relações capitalistas de produção nas atividades agrárias, principalmente, na agricultura.

As consequências resultantes desse desenvolvimento técnico foram avassaladoras para os camponeses em função das seguintes razões: a não efetivação de uma reforma agrária que alterasse a estrutura fundiária brasileira, bastante concentrada em poder das oligarquias agrárias “no primeiro momento”; a manutenção da pobreza e miséria das famílias camponesas; ao intenso processo migratório (campo/cidade) de camponeses em busca de trabalho, saúde e educação para seus familiares; a violência ligada às lideranças sindicais de trabalhadores rurais, a criminalização da luta pela terra, precarização das condições de trabalho etc. A ciência geográfica, nestas últimas três décadas, advindas de outras concepções teórico-metodológicas, tem buscado compreender e explicar as transformações econômicas, sociais e ambientais que vêm ocorrendo no espaço agrário brasileiro.

Em primeiro lugar, compreende-se que discutir e analisar cientificamente qualquer fenômeno da esfera da sociedade passa pelo necessário entendimento do papel do Estado, das políticas de governo e dos desdobramentos que ocorrem no espaço como instância de poder.

O espaço agrário brasileiro é permeado de fatores históricos ligados à formação de atividades econômicas, sociais, intervenções do Estado e atuações dos movimentos sociais. É um espaço de luta política e ideológica onde atuam diversas forças sociais: os defensores do latifúndio, do capital e da agricultura industrial e aqueles que vivem da terra, do trabalho na terra que são camponeses e indígenas.

Assim, a conquista da terra é produto de um processo histórico. Então, sua explicação científica passa pelo conhecimento do caráter das políticas de Estado e atuação dos governos voltados para o mundo agrário. Deve-se levar em consideração, ainda, a atuação das organizações sociais.

A Geografia até meados dos anos 1960 do século XX compreendia o espaço agrário brasileiro numa perspectiva Neopositivista e Quantitativa. Nesta fase, os estudos agrários apresentavam um caráter classificatório do espaço rural com predomínio de modelos estatístico–matemáticos e, no final dos anos de 1970, os trabalhos de Geografia Agrária vão apresentar outra conotação: estudo da agricultura no contexto da estrutura espacial brasileira; estudos sobre o homem do campo e suas condições de vida, inserido nos diferentes aspectos do desenvolvimento rural. (FERREIRA, 2002).

Apesar de a Geografia Agrária ter passado por um processo de enfraquecimento no final de 1970, porque as temáticas da Ciência Geográfica estavam voltadas para análises das questões urbanas, industriais e ambientais, fortaleceu-se a medida que a AGB passou a organizar encontros setorializados: Geografia Urbana, Geografia Física, Geografia Agrária, dentre outros. (FERREIRA, 2002).

Partindo deste princípio, a questão social ganhou importância nos estudos e trabalhos dos geógrafos agrários. A partir de 1980 novas temáticas foram incorporadas a esses estudos: capitalismo no campo e suas implicações sociais e econômicas; modernização da agricultura. Temáticas relevantes para este campo de estudo da Geografia. Esta nova trajetória de estudos sobre a realidade do campo brasileiro deve-se às abordagens teóricas proporcionadas pela Geografia Crítica, ou Radical, resquício do Movimento de Renovação da Geografia.

As alterações nas bases filosóficas das ciências sociais, ocorridas no final dos séculos XX e início do século XXI, impulsionadas pelas transformações econômicas, no mundo do trabalho e mudanças sociais, foram fundamentais para que a ciência geográfica fizesse uma releitura do espaço agrário brasileiro e, assim, evidenciasse novos fenômenos sociais no campo.

Nesta perspectiva, estudos dedicados à questão do campesinato (agricultura camponesa, formas de resistência e reprodução do campesinato), a pequena produção rural no campo, assentamentos rurais, agricultura familiar voltada para o mercado ganharam importância no temário geográfico nos últimos 30 anos. Bem

como, tem contribuído para uma maior inter-relação da geografia agrária com outros campos do conhecimento científico como a Economia, Antropologia, Sociologia, História e Agronomia. Produção no campo, impactos socioambientais no mundo rural, sustentabilidade, conflitos e relações de poder, são estudos que permeiam intensamente essas áreas do conhecimento.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a necessária compreensão dos fenômenos, da problemática e da atuação dos diversos sujeitos sociais passados e presentes, que atuam no espaço agrário brasileiro passa primeiramente pelo entendimento de fatores que contribuíram e que contribuem para a formação, organização/desorganização deste espaço agrário. Compreendendo essa lógica:

As lutas por terras são constitutivas da história do Brasil e relacionou-se a um processo secular que estimulou a concentração fundiária e garantiu uma soma de poderes aos proprietários de terras. O lugar privilegiado da propriedade fundiária marcou profundamente as instituições brasileiras, a legislação e as concepções vigentes da sociedade. (MEDEIROS, 2001, p.19-20)

O Brasil, como os demais países da América Latina, estava inserido em uma estratégia de dominação, geopolítica e econômica dos séculos XVI, XVII e XVIII, em que os grandes proprietários, os beneficiários do comércio de importação passaram a constituir uma oligarquia fundiária, mercantil e financeira, situação esta que influenciou o processo de formação da sociedade e das instituições.

É possível inferir que a formação do espaço agrário brasileiro é consequência de diversos fatores históricos. Remonta ao período em que colonizadores portugueses iniciaram a ocupação e a produção do espaço, implantando a colonização, ocorrida a partir do século XVI. Destarte, eclodiram diversas práticas sociais ligadas à exploração da terra: o cultivo da cana-de-açúcar; criação de gado bovino; desenvolvimento da cultura do algodão e da cafeicultura. Nesse contexto, desenvolveu-se também a pequena produção: a agricultura e a pecuária, como práticas camponesas; atividades essas que passavam a ser praticadas por pequenos agricultores. Graziano da Silva (1984, p. 14-23), buscando compreender esse fenômeno cita:

Os latifundiários também produziam gêneros alimentícios. Na maioria das vezes essa produção era feita também por pequenos agricultores, que pagavam uma renda ao proprietário, pela utilização

das terras. Outras vezes a produção era feita pelos próprios escravos nos seus “tempos livres” – domingos, feriados ou depois de terminada a jornada.

Tais práticas de produção estão ligadas à pequena produção, principalmente, de gêneros alimentícios, caracterizadas como a agricultura familiar. Contudo, esse termo apresenta alguns desdobramentos do ponto de vista político e social. Não é uma terminologia nova, mas, atualmente, vem sendo muito utilizada nos meios acadêmicos, nas políticas de governo, como também nos movimentos sociais. Assim, neste trabalho científico aborda-se o termo partindo da diferenciação de duas concepções conceituais: Agricultura camponesa e agricultura familiar voltada, essencialmente, para o mercado.

Moreira (2007, p.164), procurando compreender a evolução da agricultura familiar no campo, explica que esta foi historicamente conformada pela ideologia de subsistência com base na ideologia das relações sociais da moradia em favor do Nordeste açucareiro, afirmando que:

A morada de trabalhadores, no interior das plantações de cana-de-açúcar, era tratada como um favor que as elites agrárias da época faziam ao trabalhador rural. Esta concessão de um lado não reconhecia os direitos trabalhistas e, de outro, garantia a fixação de trabalhadores no interior das plantações.

Mas, por que a agricultura familiar, tendo como base produtiva a estrutura social camponesa não conseguiu se consolidar como atividade socioeconômica e que garantisse renda, acumulação e progresso econômico? Em primeiro lugar, a própria trajetória do modelo de produção agroexportador no Brasil desconsidera as práticas agropecuárias desenvolvidas pelos camponeses, em outras palavras, o saber camponês foi considerado como atrasado, mesmo no período do processo de modernização da agricultura, no período da chamada Revolução Verde (MOREIRA, 2007).

Em segundo, a agricultura familiar constitui-se como um espaço (econômico) do pequeno patrimônio produtivo, sempre associada às noções de mini e de pequenos capitais. Na compreensão de Moreira (2007), esse espaço contido na “órbita competitiva” oligopolista de mercados imperfeitos e de mercados contratados pelas grandes empresas – vive a impossibilidade de acumulação e de progresso econômico.

Desta forma, as relações sociais de trabalhadores, da moradia e também do colonato da produção de café em São Paulo, como na produção do açúcar no Nordeste, envolviam o trabalhador no produto principal (cana e café) e, por outro lado, viabilizava a parceria na produção de alimentos de subsistência fundamentais, como o arroz, feijão, aipim, entre outros, todos importantes à alimentação desta população. (MOREIRA, 2007)

Compreende-se que a origem da produção de alimentos no interior da grande produção que passou a ser caracterizada como produção de subsistência e os agricultores a ela vinculados como agricultores de subsistência. Nesta situação, de dominação política e ideológica, esses agricultores eram incapazes de perseguir um progresso econômico e social, pois na essência seriam “ajudados” pela estrutura de produção vigente. (MOREIRA, 2007)

Esse contexto histórico de produção de alimento, posteriormente denominado produção de subsistência, e das famílias incluídas nesse processo produtivo e caracterizados como agricultores de subsistência envolvidos por um poder ideológico e cultural sem precedentes, provocam desdobramentos extremamente negativos à formação da identidade dos agricultores de subsistência, dos camponeses e sua luta e resistência pela terra, reforma agrária e autonomia para o desenvolvimento da agricultura camponesa. Para entender essa problemática, torna-se importante tratar a origem da agricultura familiar, da palavra camponês e campesinato.

Em primeiro lugar é importante compreender a apropriação e o uso do conceito de “camponês” e campesinato, recentemente muito utilizado nos meios intelectuais e nos movimentos populares no Brasil. De acordo com Martins (1995), essas denominações são mais recentes no vocabulário brasileiro e que foram introduzidas, aqui, pela influência política das diversas concepções de esquerda que se manifestaram no país, principalmente, a começar nos anos de 1920 do século XX, através do PCB (Partido Comunista Brasileiro).

Martins (1995), especificando ainda mais as terminologias, compreende que, antes da influência europeia, o camponês da América Latina, tinha denominações próprias e, especificadas em cada região. O caipira é palavra usada para designar o camponês das regiões de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, do Paraná e Mato Grosso do Sul. Na região Nordeste é chamado de tabaréu e caboclo, matuto. Espacializado nas diversas regiões do país, em meio às atividades da economia

colonial, conseguiu desenvolver uma agricultura familiar camponesa, produção de alimentos e criação de pequenos animais, como fonte de autoconsumo e abastecimento para a população.

O desenvolvimento de uma agricultura camponesa no Brasil, segundo Sabourin (2009), está associado ao processo de colonização do Brasil. A origem da agricultura camponesa, especificamente no Nordeste, está inserida em dois contextos distintos da produção do espaço no período colonial: na região litorânea com presença de terras úmidas desenvolveram-se e expandiram-se os extensos monocultivos de cana-de-açúcar, que ocuparam os espaços de diversas comunidades indígenas as quais foram exterminadas pelos colonizadores; já as terras do interior nordestino, de modo especial os sertões e caatinga foram ocupados e colonizados pelo desenvolvimento e expansão da pecuária extensiva. Em meio a essas atividades progrediram-se as práticas da agricultura camponesa, desenvolvendo três origens sociais e técnicas distintas: uma agricultura indígena; uma agricultura praticada por meeiros, moradores ou trabalhadores e uma agricultura desenvolvida por escravos fugitivos ou libertos.

A agricultura indígena estava associada a cultura de vazantes às margens dos grandes rios, como o São Francisco, com agricultura itinerante de roça e queima; a uma agricultura familiar praticada por meeiros, moradores ou trabalhadores sujeitados que garantiam as culturas alimentares para a população envolvida na agricultura Colonial (grandes áreas de produção de cana-de-açúcar) e também por escravos fugitivos ou libertos que cultivavam a terra em regiões marginais e isoladas, muitas vezes em comunidades chamadas quilombolas, e o desenvolvimento da agricultura familiar camponesa mais voltada para o sertão, principalmente nos vales do Rio São Francisco, na qual produtores livres, colonos ou mestiços instalavam-se nestas regiões para produzir culturas alimentares ou criar animais domesticados para abastecer grandes fazendas (SABOURIN, 2009, p. 33-34).

De acordo com Sabourin (2009), as práticas da agricultura indígena e dos escravos africanos com plantio da mandioca, do feijão, abóbora, milho, quiabo e melancia, foram de fundamental importância para o desenvolvimento e consolidação de uma agricultura familiar camponesa no Brasil. Mesmo com essas práticas agricultáveis estando associadas aos períodos de grande produção da agricultura colonial, quando aumentava a demanda por culturas alimentares, como também nos períodos de crise da colônia, o que permitia ou forçava os colonos ou mestiços,

escravos livres e/ou fugitivos a instalarem-se em outros espaços para desenvolver a agricultura familiar. Esta prática e dinâmica da agricultura familiar camponesa deu-se ao longo do desenvolvimento, evolução e crise de todas as atividades desenvolvidas no Brasil Colônia e Brasil Império: cana-de-açúcar, pecuária, tabaco, café, algodão, ciclo do ouro, sisal, etc.

Buscando clarear a dimensão da complexidade e da variedade das formas das práticas agricultáveis, Mazoyer e Roudart (2010), explicam que as práticas da agricultura que se desenvolvem em um dado lugar e momento constituem-se, em princípio, como um objeto ecológico e econômico complexo, composto de um meio cultivado e de um conjunto de estabelecimentos agrícolas vizinhos, que se articulam e exploram a fertilidade desse meio.

Levando mais longe o olhar, pode-se observar que as formas da agricultura praticada em um dado momento variam de uma localidade à outra. E se estende longamente a observação de um dado lugar, constata-se que as formas de agriculturas praticadas variam de uma época para outra (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 71)

A dinâmica da agricultura colonial e o movimento da agricultura familiar camponesa estiveram associados à intervenção do poder. A Lei das Sesmarias, criada em 1375, garantia a ocupação produtiva de enormes extensões de terras, pois objetivava o abastecimento de produtos necessários para Portugal. A crise do modelo econômico, o “fim” do Brasil-Colônia e a extinção da Lei das Sesmarias acirraram a luta pela terra, principalmente no Nordeste, camponeses e oligarquias locais disputavam a ocupação de terras “devolutas” (SABOURIN, 2009).

Outros aspectos institucionais colocados em práticas desde a segunda metade do século XIX contribuíram para situações de tensões no espaço agrário na conjuntura do Brasil Império. A proibição da comercialização de escravos e a promulgação da Lei de Terras em 1850 contribuíram para manter o poder das oligarquias agrárias no campo, sob o domínio da terra e o controle em relação aos diversos tipos de camponeses que não reuniam condições políticas, organizativas e sociais para apropriar-se da terra como meio de produção e de autodeterminação, como organização social. A referida Lei de Terras (1850) instituiu uma espécie de mercado fundiário, já que só era possível adquirir determinada porção de terra mediante a compra (SABOURIN, 2009).

As mudanças de cunho institucional que de certa forma favoreciam as oligarquias não foram suficientes para barrar a luta pela terra e o avanço de uma agricultura camponesa, pois esta vai se desenvolvendo por meio das unidades de produção, tornando-se cada vez mais numerosa. Foi desta forma que se desenvolveu, na região de caatinga, a criação de caprinos, fabricação de queijos e de culturas como o feijão e mamona. Além da produção para o autoconsumo, o excedente era vendido para adquirir produtos como o café, tecidos, sal, pimenta do reino etc.

Moreira (2012), procurando explicar as formações socioespaciais (escravista, de transição e capitalista) identifica e caracteriza a formação de seus espaços agrários e comenta:

O espaço agrário de cada uma tem como denominador comum o monopólio da terra. Resulta desse monopólio fundiário uma estrutura de classes em que conflita, de um lado, a classe dos poderosos proprietários monopolistas, e, de outro, toda imensa massa de minifundiários e camponeses sem terra. De modo que a luta pela terra marca toda essa evolução histórica [...] (MOREIRA, 2012, p. 47).

Das três formas básicas de produção identificadas por Moreira (2012), é na fase do capitalismo que o campesinato vai apresentar mudanças no seu modo de vida. Justamente por conta da penetração das relações capitalistas de produção no campo, ocorrerá de “imediate” a eliminação da lavoura de subsistência dominial, e das formas de relação de trabalho correspondentes, como a parceria (MOREIRA, 2012, p. 57). Nessas novas relações, os trabalhadores rurais tornam-se clientes do mercado urbano e transformam-se em consumidores de produtos, agora comercializados nas cidades. Assim, a lavoura de subsistência converte-se em produtos de mercadorias por intermédio das trocas cidade-campo, com a cidade recebendo e redistribuindo os produtos alimentícios.

Com a complexidade como se desenvolve a agricultura camponesa no Brasil, através da sua conformação em relação à economia primária exportadora, resistindo a mudanças na economia e encontrando formas de lutas para conquistar a terra e garantir a permanência da família, não é possível afirmar que mesmo com a consolidação das relações capitalistas de produção no espaço agrário, a lavoura de subsistência foi totalmente eliminada, nem a parceria. E a lavoura de subsistência não se converteu inteiramente em produção de mercadorias.

O campesinato, como modo de vida continua existindo e resistindo às mudanças das relações capitalistas de produção. Desenvolvendo várias formas organizativas de luta e resistência para manter-se como campesinato. Apesar de as condições políticas e de poder, por parte do Estado, estarem se tornando cada vez mais complexas, desde o século XX, devido às transformações econômicas e sociais do Brasil, o campesinato continua desenvolvendo ações políticas econômicas, sociais e culturais como forma de manter sua (re)existência. Desta forma, pode-se compreender e explicar a origem, a evolução e o sentido das lutas camponesas no Brasil.

De acordo com Martins (1995), uma corrente bastante difundida no Brasil é denominada de evolucionista. Esta perspectiva procura compreender os movimentos sociais no campo da seguinte forma: o messianismo, que abrange Canudos e Contestado; o banditismo social inclui Antônio Silvino e Lampião; o associativismo e sindicalismo, as Ligas Camponesas e Sindicatos de Trabalhadores Rurais que, partem de uma interpretação marxista. Esses movimentos camponeses tendem a se constituir em movimentos pré-políticos e apoiados pelas forças teóricas e de formação externas podem se transformar em movimentos políticos organizados, propriamente ditos.

As origens do cangaço ou banditismo social e do messianismo entendidos como movimentos sociais estão associados, de acordo com Facó (1976), à formação econômica do Brasil. No último quartel do século XIX e o primeiro do século XX, ocorreram inúmeras revoltas ou rebeliões da população espacializada na vasta área do interior do Brasil. Mas os estereótipos como fanatismo e banditismo, atribuídos a esses movimentos tiveram cunho ideológico, objetivando eliminá-los dos estudos e conhecimentos que fazem parte da história do Brasil.

Facó (1976 p. 76) refletindo sobre a pobreza no Brasil no referido período justifica a origem da Guerra de Canudos:

A GRANDE CONCENTRAÇÃO DE POBRES do campo que de novembro de 1896 a outubro de 1897 sustentou nos sertões da Bahia a grande luta armada conhecida sob a denominação de Guerra de Canudos, começou a formar-se naquele aldeamento em 1893. Constituiu-se sobre os escombros de uma velha fazenda em ruínas, como deveriam ser à época muitas outras pelo vasto interior do Brasil, particularmente no Nordeste.

O cangaço e messianismo estão associados a fatores internos e externos. Os fatores internos estão ligados ao monopólio da terra que tem suas origens no período da colonização, com a divisão do Brasil em capitanias hereditárias e concessão das sesmarias. O monopólio da terra deu origem aos latifúndios, sustentando a uma economia voltada para a monocultura e durante mais de três séculos essa atividade econômica baseou-se no regime de trabalho escravo.

Para Facó (1976), esse processo contribuiu para fomentar uma espécie de encarceramento e estagnação de grande parte da população do chamado Sertão: predomínio do analfabetismo e uma população desprovida de qualquer informação sobre os conhecimentos da vida política, da cultura, do conhecimento formal. Certamente, o conhecimento apreendido por esta população sobre os fenômenos da natureza e a condição de vida das famílias era fornecido pela religião, principalmente, a católica.

A partir da segunda metade do século XIX, o eixo econômico do Brasil – Império começa a se deslocar para o sudeste. A valorização da cultura do café atrai imigrantes europeus, mão-de-obra livre e escravos nordestinos. É o período de decadência da economia açucareira nordestina sustentada pelo latifúndio canavieiro sob o regime escravocrata. A estrutura técnica dos engenhos passou quase quatro séculos sem inovações tecnológicas. Com o tempo foi perdendo concorrência no mercado internacional. A classe dos senhores proprietários de engenho entrou em decadência: “a queda dessa classe e da *própria economia açucareira* (grifo do autor) coincide com a queda do império e da Abolição da Escravatura”, pois era uma classe, por excelência, de escravagistas. Uma nova classe iria substituí-la: a dos usineiros.

Com os capitais ingleses, criam-se a partir da década de 1870, as grandes fábricas de açúcar, as usinas. A nova classe que surge com ela é ao mesmo tempo de latifundiários e de capitalistas. Facó (1976, p.17) cita que:

Os usineiros não empreendem nenhuma revolução na zona canavieira. Implantam a nova estrutura mecânica para a elaboração do açúcar, mas aproveitam ao máximo o arcabouço do velho latifúndio do antigo engenho. Coexiste por algum tempo, antes da emancipação dos escravos, geralmente no eito, e os trabalhos livres em geral na usina. Com a chegada da abolição a mudança não é grande, todos são semiescravos do usineiro.

A situação ainda era mais grave para o contingente populacional que habitava no interior, ou seja, distante da zona litorânea ou marítima considerada para a época como urbana. A população interiorana não recebia qualquer ajuda ou benefícios dos “progressos” da zona canavieira. Além desse fator de exclusão social, a população também era castigada pelos períodos de estiagens. Esses fatores obrigavam parte desses sertanejos a migrar para as áreas dos cafezais, no Sudeste e da exploração da borracha, na Amazônia. Aqueles que ficavam na terra de origem resistiam e buscavam formas para fugir da pobreza, da miséria e da repressão Facó (1976 p.18), explica:

A situação dos pobres do campo no fim do século e em pleno século XX não se diferenciava daquele de 1856. Era mais do que natural, era legítimo, que esses homens sem terra, sem bens, sem direitos, sem garantias buscassem uma saída nos grupos de cangaceiros, nas ceitas dos “fanáticos,” em torno dos beatos e conselheiros sonhando a conquista de uma vida melhor. E muitas vezes lutando por ela a seu modo, de armas nas mãos. Eram eles frutos da decadência de um sistema econômico social que procurava sobreviver a si mesmo.

Esta situação de pobreza não era específica do Nordeste, mas no vasto território brasileiro. A economia sustentada pela monocultura de exportação e pelo extrativismo; centrada no latifúndio com regime de trabalho escravo e semiescravo entra em declínio. Facó (1976, p.192-193), explica que:

O latifúndio, já nos começos do século XX, tinha dado o que pudera dar, desde os tempos da colonização, passando pelo Primeiro Reinado, a Regência, o Império, entrando pela República, intocável e sagrado em seus privilégios como o choque produzido pela Abolição da Escravatura, começa a desmoronar-se a velha ordem no campo, alicerçada pela grande propriedade semi-feudal e no escravo. No seu seio gastaram-se as forças antagônicas que lutariam pela sua liquidação. Daí a revolta, também primária, desorganizada, anárquica, sem objetivos claros e definidos em escalas sociais, revolta que se propaga de um a outro extremo do país. Ou os baluartes fixos, ou os grupos de cangaceiros, ou os ajuntamentos de fanáticos em torno de beatos e monges – as mais diversas nuanças da inconformação com a ordem dominante. Eram anseios de libertação mal traduzidos em lutas. Mas só libertara o escravo juridicamente; no seu lugar ficava o escravo social, o semi-servo.

As lutas no campo só se tornaram mais organizadas e politizadas a partir de uma conjuntura político/econômica favorável e este fato só vai ocorrer a partir dos anos de 1940 do século XX quando, no Brasil, manifesta-se a democratização do

Estado, com o fim da ditadura de Getúlio Vargas e o início da modernização da economia, centrada no modelo urbano-industrial.

Martins (1995), compreende que os camponeses foram excluídos do pacto político e envolvidos numa profunda carga ideológica, caracterizados com palavras depreciativas e ofensivas: o camponês é aquele que vive muito longe; distante das aglomerações populacionais e das cidades; são pessoas atrasadas, rústicos; são preguiçosos e ingênuos. Porém, os mais importantes acontecimentos políticos do Brasil são camponeses. No entanto, são desconhecidos por grande parcela de intelectuais e, principalmente, pela imensa massa populacional. A história transmitida e produzida nas escolas e nas academias cultivada por setores intelectuais de esquerda ou de direita é a história urbana, dos trabalhadores da indústria. Esse processo de exclusão e de negação da luta e da organização política dos camponeses no Brasil é histórico.

Os grandes movimentos de luta que se manifestaram na trajetória histórico-econômica, desde os ciclos econômicos aos dias atuais, ocorrem com a participação massiva e decisiva dos camponeses. A fase messiânica e a do cangaço, que marcaram movimentos importantes como a Guerra de Canudos, do Contestado e a atuação do cangaço de Antônio Silvino e Virgulino Lampião, contribuíram para acelerar a crise do coronelismo instalada principalmente no Nordeste e Sul do Brasil. (MARTINS, 1995).

Para Queiroz (1976), o coronelismo foi compreendido como um poder político no Brasil, que possui suas raízes no Brasil - Império e, desenvolveu-se particularmente na Primeira República. É próprio da formação econômica, herança do processo de colonização, centrado no poder da terra, nos latifúndios. Neste período, os municípios constituíam-se como feudos políticos, transmitidos por herança, mesmo não se configurando como uma relação legal:

O coronelismo se integra, pois, como um aspecto específico e datado dentro do conjunto formado pelos chefes que compõem o mandonismo local brasileiro – datado porque, embora aparecendo a apelação de “coronel” desde a segunda metade do Império, é na Primeira República que o coronelismo atinge sua plena expansão e a plenitude de suas características. O coronelismo é, então, a forma assumida pelo mandonismo local a partir da Proclamação da República: o mandonismo local teve várias formas desde a Colônia, e assim se apresenta como o conceito mais amplo com relação aos tipos de poder político-econômicos que historicamente marcaram o Brasil (QUEIROZ, 1976, p.172).

Em Leal (2012), o coronelismo constitui-se como um fenômeno político e social que esteve associado à estrutura agrária brasileira. Foi associado ao latifúndio, ao engenho e à fazenda das famílias que tinham o domínio das atividades econômicas, poder político local e a submissão da população, empregados, agregados ou mesmo capangas.

A propriedade da terra constituiu-se como fenômeno preponderante para o estabelecimento do poder local. O poder materializado na figura do “Coronel” exerce domínio ideológico em relação aos sujeitos sociais camponeses, que têm a terra como meio de trabalho e autossustento.

Na vigência do Coronelismo, instituiu-se no meio rural brasileiro, sob o domínio dos “coronéis” um conjunto de políticos voltados para manter o poder. Assim, no meio rural, os “coronéis” são os grandes proprietários de terra; possuem influência junto aos bancos, controlam a fazenda de gado, têm influência junto ao poder municipal, estadual e federal. Também controlam os locais de venda de cereais e os armazéns. Por o outro lado, exercem influência sobre seus dependentes. “Tudo está a cargo do Coronel”. Essa situação Leal (2012, p.46) sintetiza da seguinte forma:

O roceiro vê sempre no “coronel” um homem rico, ainda que não seja rico em comparação com sua pobreza. Além do mais, no meio rural, é o proprietário de terra e de gado quem tem os meios de obter financiamento. Para isso, muito concorre seu prestígio político, pelas suas notórias ligações com os bancos. É, pois, para o próprio coronel que o roceiro apela nos momentos de abertura, comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro nas mesmas condições, para outras necessidades.

Mesmo com o poder dos coronéis, os camponeses especializados no rural brasileiro, desenvolveram variadas formas de resistência aos modelos de domínios, exploração e desterritorialização impostos por senhores de engenhos do Nordeste, por fazendeiros do Sudeste ou por seringalistas do Norte. Essas formas de resistência desenvolvidas pelos camponeses, historicamente foram negligenciados, também pelo poder do Estado e pelos grupos econômicos. (MARTINS, 1995).

Na trajetória histórico-econômica, acompanhada do conjunto das atividades econômicas até os dias atuais, os embates em frente ao avanço do hidroagronegócio ocorrem com a participação maciça e decisiva dos camponeses, especializados e organizados politicamente no agrário brasileiro. Desenvolveram

diversas formas de resistência para manter a propriedade da terra e a agricultura camponesa.

A crise do café, manifestada nas três primeiras décadas do século XX, foi influenciada pela crise capitalista de 1929. Esta crise afetou, principalmente, a comercialização da produção de café para o mercado externo. Com isto, aumentaram as complicações sociais para camponeses que sobreviviam historicamente nessas duas atividades econômicas do país. Estabelecida definitivamente a crise do setor cafeeiro, a economia nacional, a partir dos anos de 1930, vai passar por significativas mudanças e rumar na direção da industrialização e urbanização (GRAZIANO DA SILVA, 1984).

A partir dos anos de 1940 começa a consolidar-se no Brasil o processo de modernização da economia. Marca-se também o período pós-governo ditatorial de Getúlio Vargas. O setor industrial que vinha ocupando espaço nos centros urbanos passa a se configurar como o setor de maior importância da economia nacional. A indústria vai assumindo o processo de acumulação de capital no país.

Na conjuntura deste “Novo Estado” não há políticas públicas direcionadas para a realização de uma reforma agrária. Este fato vai provocar duas situações: a primeira é que se intensificam as migrações de camponeses para as cidades médias e grandes, impulsionadas pela precarização das condições de vida e dos conflitos agrários e o segundo, pelo acirramento da luta de classe entre camponeses e senhores de engenhos e/ou fazendeiros do Nordeste e do Centro-Oeste. O agravamento das questões sociais no campo, a concentração fundiária e a influência das lutas camponesas em décadas e séculos anteriores foram decisivos para aguçar os movimentos camponeses e as lutas camponesas na transição e no período entre 1940 e meados dos anos 1960 do século XX. Graziano da Silva, (1984), sintetiza esta conjuntura da seguinte forma:

Intensificam as migrações de camponeses para as grandes e médias cidades, como também o acirramento da luta de classe entre camponeses e senhores de engenho/ fazendeiros (no nordeste e no centro-sul). O agravamento das questões sociais no campo, a concentração fundiária e influência das lutas camponesas em décadas e séculos anteriores foram decisivos para aguçar os movimentos camponeses e as lutas camponesas na transição e no período entre 1940 e meados dos anos 60 do século XX.

Nesse contexto, espera-se por mudanças no seio da sociedade e intensificam-se as lutas dos trabalhadores urbanos e rurais em quase todo o território nacional. O surgimento das Ligas Camponesas, como órgão de assistência mútua, pouco a pouco, transformam-se em associações mais politizadas de lavradores e passaram a contribuir progressivamente para a politização e organização dos camponeses (GONÇALO, 2001).

O processo de politização do campesinato brasileiro manifestou-se a partir do momento em que se intensificaram as lutas contra os grandes proprietários de terra/oligarquias agrárias e em relação às condições de vida das famílias camponesas. Organizaram-se coletivamente, fortalecendo as ligas camponesas e formaram os sindicatos rurais. Conseqüentemente, passaram a denunciar a exploração/expropriação camponesa no seu próprio meio de produção: a terra. Medeiros (1997) revela que, em frente ao avanço dessas condições políticas e organizações camponesas, a partir dos anos de 1945 estavam postas as condições para o advento da palavra de ordem “Reforma Agrária”. Continuamente, vai se configurando como princípio sistematizador das diversas reivindicações emitidas em diferentes formas de tensões no espaço rural.

Originadas, vezes como sociedades beneficentes e de ajuda mútua, as Ligas Camponesas se estabeleceram com maior força no Nordeste e se colocaram no enfrentamento das desapropriações de terras (a luta dos camponeses foreiros, moradores, rendeiros e pequenos proprietários), na defesa dos direitos trabalhistas de assalariados rurais da Zona da Mata, abrangendo os Estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte e Bahia. As Ligas Camponesas influenciaram a luta pela terra, também, em outros Estados: Ceará e Piauí, no Nordeste; Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, no Sudeste; Paraná, Rio Grande do Sul, na Região Sul; Goiás e Mato Grosso, no Centro-Oeste; e no Estado do Acre, na Região Norte. Era uma luta contra o latifúndio. (ANDRADE, 1989; OLIVEIRA, 2010).

Foi na Região Nordeste que o movimento e a luta dos camponeses se estabeleceram com maior força e se colocaram no enfrentamento das desapropriações de terras; na luta por melhores salários e na defesa dos direitos trabalhistas, na resistência de posseiros, arrendatários e contra a exploração das terras que vinham sendo ocupadas por fazendeiros em vários Estados, como em Pernambuco, Ceará, Paraíba e Alagoas. No entanto, em alguns Estados, como no

Piauí, a influência das Ligas Camponesas somente vai ocorrer a partir dos anos de 1960 (MUNIZ, 2003).

A organização e formação das Ligas Camponesas, na resistência e defesa dos diversos camponeses no Brasil, contou com alguns fatores de ordem política e ideológica. Destaca-se a influência do PCB, que passou a atuar no processo de formação e organização política dos camponeses; incentivou a realização e participação em congressos cujo objetivo era discutir questões regionais relativas ao campesinato no Nordeste (Oliveira, 2010). Na transição da década de 1950 para década de 1960, o movimento já possuía uma dimensão nacional.

Com o crescimento do movimento camponês, no campo, criaram-se condições políticas para, no ano de 1961, ser realizado um importante Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, que tinha como objetivo básico construir uma unidade na luta pelas reivindicações dessas categorias, tendo como metas prioritárias a Reforma Agrária. Nos anos de 1962 e 1963 foram fundados sindicatos de trabalhadores rurais em vários Estados do país; criadas federações estaduais que culminaram com a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em dezembro de 1963. (VEIGA, 1984) (Ver referencia do livro da prof<sup>o</sup> Socorro Abreu)

Esse amplo movimento criou as condições objetivas para que os poderes Legislativo e Executivo Federal pudessem tratar de questões relativas à situação social no campo brasileiro, referente à temática da regularização das relações de trabalho no campo, pois os direitos trabalhistas eram garantidos somente aos trabalhadores urbanos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), de 1944.

Em 02 de março de 1963, foi promulgada a lei dispendo sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. Esta Lei proporcionava a garantia do trabalho assalariado e outros direitos trabalhistas ao trabalhador rural. Significava a extensão dos direitos trabalhistas a esta categoria. Prado Júnior (2000, p.142-143), em artigo publicado em 1963, sintetiza a importância desta Lei da seguinte forma:

A extensão da legislação social – trabalhista para o campo e a proteção legal do trabalhador rural – até hoje excluído dessa proteção que só vem favorecendo o trabalhador urbano – têm alcance econômico e social que raros diplomas legais tiveram até hoje entre nós. Apesar das graves falhas que apresenta a Lei e que logo veremos, seus efeitos serão consideráveis, pois se efetivamente

aplicada com o devido vigor, promoverá por certo uma das maiores transformações econômicas e sociais já apreciadas nesse país.

Mas o golpe militar de 1964 interrompeu as aspirações de milhões de camponeses em movimento por todo o campo brasileiro. As ligas foram fechadas e sindicatos de trabalhadores rurais sofreram intervenção. Os sindicatos que restaram modificaram seus métodos de atuação, passando a ter um caráter assistencialista. Analisando essa nova conjuntura política, Veiga (1984, p. 74-75) escreve:

Fundada em dezembro de 1963 a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) não teve tempo para tomar fôlego. Com o golpe seus dirigentes foram perseguidos e uma violenta repressão se abateu sobre as organizações de base: sindicato, confederações e ligas.

Dando sequência à investida, Medeiros (2001), explica que o governo militar elaborou e aprovou, no Congresso Nacional, o Estatuto da Terra objetivando regulamentar as condições das desapropriações, restringindo as áreas de conflito e, ao mesmo tempo, estabelecendo as condições objetivas para implementação de um projeto de desenvolvimento para o campo brasileiro. Este objetivava, por um lado, garantir a penetração e consolidação dos grandes projetos agropecuários e de mineração para o campo brasileiro, proporcionando as bases para modernização da agricultura com o advento da Revolução Verde e, por outro lado, assentar famílias rurais para diminuir tensões no campo.

Desta forma, a Lei criou as condições legais e institucionais que possibilitavam a desapropriação por interesse social como via fundamental para eliminar os conflitos no campo. A reação dos latifundiários contra a Lei foi fator preponderante para a não concretização da reforma agrária com base nas desapropriações. O que vai se consolidar, na prática, é o apoio do Estado à modernização técnica da agricultura e aos grandes proprietários de terra. Martins (1991), analisando a atuação política e fiscal do governo militar na década de 1970 explica que os grandes grupos econômicos do sul e do sudeste do país são estimulados a desenvolver atividades agropecuárias no Centro-Oeste e Região Norte, porque a política econômica do Estado estabelece incentivos fiscais, subsídios oficiais para que isso ocorra. É um projeto para o campo que impulsionava a expansão da fronteira agrícola.

Assim, o governo federal militar beneficia os grandes grupos econômicos com apoio desta política agrária, porém, não estabelece uma política consistente para que os camponeses pudessem desenvolver suas atividades baseadas na agricultura familiar. A política de assentamentos rurais estabelecida pelo Estado visava, apenas, aliviar tensões e conflitos existentes no campo, transportando famílias rurais de áreas de conflitos no Nordeste e Centro-Sul e transformá-las em mão de obra assalariada em atividades agropecuárias, extrativas e de mineração, e não uma reforma agrária centrada nos interesses das famílias rurais. Daí as necessidades de colonização da Amazônia, por exemplo.

Mesmo na vigência de um Estado, extremamente, autoritário o movimento do campesinato brasileiro não parou. Buscou novos mecanismos para continuar lutando e resistindo ao avassalador processo de modernização conservadora do campo que concentra terra em poder dos grandes grupos econômicos e mecaniza as atividades agropecuárias e de mineração. Esse processo deu origem a milhões de camponeses sem-terra. Nesse contexto, é mister a continuidade da luta e da resistência dos diversos grupos camponeses especializados de norte a sul e de leste a oeste do país, para garantir sua existência e a propriedade da terra.

Com o fim do longo período de crescimento da economia brasileira (1950-1980) e o início da chamada “década perdida” a partir dos anos de 1980, o regime militar instalado desde 1964 vai perdendo sua eficácia governamental e, em 1985, chega o fim do período dos militares no poder do Estado. O movimento das diversas categorias sociais do campo já vinham intensificando suas lutas e reivindicações pela reforma agrária. A nova ordem estabelecida no Estado com a chamada Nova República, responde a este vigoroso movimento no campo com a aprovação e efetivação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

O Plano vai institucionalizar uma política agrária voltada para conter os movimentos no campo, fortalecendo a política de espacialização dos assentamentos rurais que haviam sido criados pelo governo militar a partir dos anos 1970. Segundo Porto-Gonçalves (2005), o PNRA era uma resposta ao recém-criado MST, em janeiro de 1984, movimento que passou a aglutinar as lutas no campo.

Esse movimento no campo vai fortalecer a luta pelo processo de redemocratização do país; pelo fim do regime militar; contra a política do Estado cuja intenção era beneficiar uma agricultura industrial voltada para o mercado externo e, que a partir da segunda metade do século XX, criou as bases para o advento do

agronegócio no campo brasileiro; contra o latifúndio; contra o poder dos grupos econômicos nacionais e internacionais que incorporam novos territórios para se apropriarem dos bens naturais e que, em suas práticas produtivas precarizam as condições de trabalho, estimulam o uso da violência contra camponeses e indígenas, além de promoverem a destruição dos biomas.

### **2.3 Campesinato no Piauí e Questão Agrária: origens, formas de organização e resistência diante das ações de dominação política e econômica do Estado: perspectivas históricas e atuais**

#### **2.3.1 Propriedade da Terra, conflitos agrários no Piauí e agricultura camponesa**

A questão da propriedade, dos conflitos agrários e da luta pela terra no Estado do Piauí está associada ao processo de colonização do Brasil e da própria formação do território piauiense. O domínio colonial no Brasil vai ocorrer a partir do século XVI, mas a ocupação do espaço piauiense configura-se a partir do século XVII:

Ao iniciar-se o processo de povoamento do Piauí, nos primórdios do século XVIII, o seu território já havia sido percorrido por curraleiros: militares, civis e religiosos que, penetrando no “sertão de dentro”, buscavam “conquistar” os índios; os dois primeiros com o objetivo de utilizá-los como mão-de-obra escrava ou elemento guerreiro, enquanto os religiosos visavam a sua conversão à fé cristã [...]. Entretanto, o motivo maior e subjacente a esta tarefa, que era o de limpar a área, deixando-a desimpedida e livre para instalarem currais de gado e receberem posteriormente o título sesmarial das terras conquistadas (NUNES; ABREU, 1995, p.85).

Esse processo de ocupação, domínio de terras e povoamento ocorre principalmente no interior por conta da expansão da pecuária, considerada a principal atividade econômica que motivou a apropriação das terras habitadas por diversas comunidades indígenas. Os conflitos contra os indígenas contribuíram para o início da expropriação e extermínio desses povos neste Estado. A expansão das fazendas de gado para o interior nordestino foi ocasionado pelo crescimento endógeno da pecuária, a qual necessitava de mais terras em condições apropriadas para o desenvolvimento do rebanho.

Nesse sentido, as condições naturais e geográficas das terras do Piauí eram favoráveis. Estavam localizadas numa área de transição entre o sertão, tinham um

clima quente e seco e a Amazônia, com um clima quente e úmido. As terras do Piauí apresentam em uma grande extensão um clima quente e úmido, e características próprias para a criação de gado, como densos recursos naturais, rios perenes e importantes lagoas, uma associação de vegetação arbórea, arbustivas, várzeas, cocais e como fator mais importante: a existência de pastos naturais, que permitiam a fixação das fazendas de gado (SANTOS, 2007).

A partir da segunda metade do século XVII e no transcorrer do século XVIII foram realizadas concessões de sesmarias que vieram a constituir o Piauí. Garantir, assim, grandes extensões de terras em poder dos sesmeiros de origem pernambucana e baiana. Formaram e proliferaram-se latifúndios ligados à atividade pecuária.

Caminha (2004, p.124-125), justifica que as áreas medidas em léguas foram doadas, inicialmente, às margens do rio Gurgueia e, posteriormente, as doações de sesmarias ocorreram às margens do rio Parnaíba e Itapecuru:

[...] Assim, as primeiras sesmarias do Piauí foram concedidas por D. Pedro de Almeida, governador de Pernambuco, em 1676, aos criadores da Casa da Torre (estabelecimento agropecuário de Pernambuco): Domingos Afonso Sertão, Julião Afonso Serra, Francisco Dias D'Ávila e Bernardo Pereira.

Para garantir a conquista das terras e a consolidação das fazendas de gado, o governo português, além de comandar ações militares para combater e eliminar comunidades indígenas, criou uma legislação específica denominada Carta Real, que “incentivava o extermínio das tribos Indígenas e recomendava o cativo para aqueles índios que não empunhavam resistência à luta” (ROCHA, 1988, p.109).

A obtenção de maiores extensões de terras significava eliminar as comunidades indígenas existentes no território piauiense e garantir o desenvolvimento da pecuária. O método de desbravamento e de conquista da terra foi, entre todos os donatários o do extermínio de povos indígenas, provocando um verdadeiro genocídio em relação a esses povos. No entanto, é importante destacar a originalidade destes povos, pois, por quase três séculos tiveram que resistir às investidas dos colonizadores na defesa de suas terras e de seus povos.

Anterior a este processo de ocupação, o espaço piauiense era povoado por vários povos indígenas. Esses povos não eram considerados nômades. Possuíam uma área de atuação ampla por consequência das lutas entre eles e,

posteriormente, pela ação contra os colonizadores. Estão distribuídos em quatro grandes etnias: TUPI-GUARANI, JÊ, CARAÍBA e CARIRI. Habitavam os vales dos rios Parnaíba, Gurgueia, Canindé, Poti, Longá, Itaueira, Uruçuí Preto e na região litorânea (BAPTISTA, 2009).

O modo de vida desses povos era bastante variado. O grupo Tupi, que representava a etnia Tabajaras, habitava as aldeias e malocas. Tinham o hábito de mudar de local periodicamente, de 5 em 5 anos, normalmente. A alimentação era a base de caça, pesca, mandioca, milho e batata. Os Tabajaras habitavam regiões da Chapada da Ibiapaba, das suas vertentes até o litoral Norte do Estado, (Baptista, 2009).

O grupo Jê compõe as nações Acroá, Gueguê, Timbira e Jaicó. No passado essas nações habitavam o litoral, mas os constantes conflitos com os Tabajaras contribuíram para que se deslocassem para o interior do Estado. De um modo geral, o grupo Jê habitava malocas e tinha como alimentação básica a caça e a pesca.

Os Caraíbas representam a etnia Pimenteiras. Esses índios habitavam a parte sudeste/sul do Estado, especialmente os vales do rio Piauí, região de Parnaguá; serras de Bom Jesus do Gurgueia. Desenvolviam a prática da caça, da pesca e agricultura e cultivavam a mandioca, o milho e o feijão. O grupo Cariri está representado pelos Tremembés, Poti e Crateús. Habitavam as regiões do Delta do Parnaíba, vale do Longá e do baixo Parnaíba.

O povoamento do território piauiense por povos e nações indígenas constituía-se como um obstáculo ao desenvolvimento de atividades econômicas, o caso da pecuária bovina, implantado pela colônia a partir da segunda metade do século XVII. O enfrentamento com os índios significava o domínio das terras e a implementação e consolidação de uma “nova” realidade socioeconômica para o Estado.

Neste contexto, o território piauiense foi constituindo-se, por um lado, a partir da usurpação da terra e expropriação dos indígenas e, por outro, pelo desenvolvimento e espacialização das fazendas, impulsionado pela atividade pecuária. As fazendas estavam localizadas nas proximidades dos principais rios, por conta da abundância de água e presença de pasto para alimentar o gado. Nesta etapa do desenvolvimento da pecuária, o crescimento e a distribuição da população estavam associados à expansão desta atividade econômica. No final do século XVII,

existiam 129 fazendas localizadas às margens de rios com seus respectivos contingentes populacionais (Quadro 2).

Quadro 2- Fazendas e populações do Piauí no final do século XVII

LOCALIZAÇÃO DAS FAZENDAS (nomes de rios)	NÚMERO DE FAZENDAS	HABITANTES BRANCOS	HABITANTES NEGROS	HABITANTES ÍNDIOS	HABITANTES MESTIÇOS	HABITANTES FEMININOS	TOTAL DE HABITANTES
Canindé	68	84	115	36	8	28	243
Itaim-Açú (Poti)	36	45	65	125	-	10	133
Itaueira	9	10	14	2	-	-	26
Maratauã (Longá)	9	8	12	1	-	-	21
Gurgueia	7	9	7	-	-	38	15
TOTAL	129	155	111	64	8		438

Fonte: Fundação CEPRO, 2002.

A tabela mostra a importância das fazendas localizadas às margens dos rios e que para o desenvolvimento dessa atividade não necessitavam de uma quantidade significativa de mão de obra. O rebanho era conduzido e cuidado por poucos vaqueiros.

A história da economia do Piauí, desde a colonização até a segunda metade do século XIX, é a história da pecuária. As finanças, a economia e a organização social tinham como pilar a fazenda. Tudo vinha da pecuária e seus derivados. A fazenda pertencia a uma família: o pai, a mãe e os filhos em quantidade bastante numerosa (NUNES, 1984).

Além dos membros da família, em uma fazenda podia ter homens livres e escravos, cabeças de gado e vaqueiros para cuidar do rebanho. A construção de casas e currais era realizada com materiais do próprio local. As terras necessárias para o desenvolvimento da pecuária eram obtidas através de concessão de sesmarias. A mão-de-obra que cuidava do gado, o vaqueiro, não tinha remuneração monetária. Recebia pelo trabalho parte das crias que nasciam no rebanho (Oliveira, 1995).

Na fazenda, praticava-se também a agricultura familiar, produção de utensílios de trabalhos domésticos, atividade desenvolvida pelas famílias que moravam no interior das fazendas. Constituíam-se como recurso de subsistência, essa atividade era limitada porque a população da fazenda era escassa.

Com um maior crescimento do rebanho e a incorporação de novas terras para proporcionar sustentação à atividade pecuária, o número de fazendas aumentou de forma considerável, quando comparada ao século XVII: em 1730, havia 400 fazendas; em 1762, 536; em 1772, 576. O total de habitantes no final desse mesmo século era de 12.746 habitantes (OLIVEIRA, 1995). Assim, a pecuária extensiva desenvolveu-se a partir de duas características básicas: a exigência de mão de obra e a rigidez na posse da terra. Este último fator vai constituir-se como elemento fundamental para garantia e permanência do latifúndio no Estado.

Outra atividade econômica que também marcou as lutas pela propriedade da terra no Piauí foi o plantio e a produção do algodão. O cultivo do algodão no Estado data do início do século XVIII, mas, foi somente no período de 1850-1870 que ocorreu o crescimento desta atividade. A produção teve como objetivo o abastecimento de uma demanda internacional. Oliveira (1995, p.68), justifica o aumento da procura internacional pelo algodão:

[...] primeiro, por conta do desenvolvimento tecnológico da Revolução Industrial, na Inglaterra a partir do final do século XVIII, especificamente a invenção do Tear Mecânico (1787), que provocou o aumento da demanda da fibra pelas indústrias européias; a segunda, a guerra civil americana (1861-1865), que desorganizou a produção de algodão nos Estados do Sul daquele país.

No final do século XIX inicia-se o período do extrativismo vegetal. Com a exploração da carnaúba, fabrica-se e exporta-se a cera. No início do século XX, especificamente na região do semiárido, desenvolve-se a exploração da maniçoba para a fabricação de borracha. A amêndoa do babaçu, também se apresenta como importante produto para as exportações.

Bonfim e Santos Júnior (1995) explicam que a exploração da borracha de maniçoba, cera de carnaúba, amêndoa de babaçu e, ainda, da oiticica, tucum, caroá e da malva do reino formavam a nova pauta de produtos do Piauí para o mercado exterior. Foram essas atividades produtivas ligadas ao extrativismo vegetal que contribuíram para que a economia piauiense estivesse inserida no comércio internacional. Essa situação, sob o prisma econômico, manteve-se até a primeira

metade do século XX, iniciando-se a partir daí um período de estagnação econômica, por conta do declínio nas exportações dos produtos do extrativismo vegetal.

De forma geral, a economia agrária piauiense caracterizou-se pelo desenvolvimento de três atividades econômicas: a pecuária extensiva, a lavoura de algodão e o extrativismo vegetal. Foram fundamentais para influenciar a formação política e social piauiense e da própria organização espacial do território.

Na primeira metade do século XX, a economia nacional estava passando por transformações: mudança do eixo econômico, ou seja, do setor primário exportador para uma economia urbana-industrial. A crise da economia capitalista nas décadas dos anos 1920 e dos anos de 1930 do século XX atingiu a economia agrária brasileira, contribuindo para o declínio das exportações, principalmente, do café. A partir de 1950 o Brasil impulsiona o processo de industrialização mais concentrado na região Sudeste. Moreira (2011, p.79), sintetiza esse processo de transformação econômica e espacial:

O sistema colonial se desfaz quando, paradoxalmente, vê firmar-se seu corpo territorial. Rompido aqui e ali pela trilha de bandeirantes, de jesuítas e do gado... Todavia, a virada do século XVIII para o século XIX, o marco territorial está no essencial delimitado. É quando o sistema Colonial finda. E uma nova forma de arrumação do espaço se estabelece. De um lado altera-se o arranjo econômico-demográfico e de outra, o institucional do Estado, numa nova ordem de relação do visível e invisível. O rearranjo econômico-demográfico vem da reafirmação cafeeira da centralidade plantacionista e o institucional da emergência do Estado Nacional.

Nesse contexto, o Piauí, assim como outros estados do Nordeste, ficou, durante décadas, submetido a um processo de exclusão, pois herdou as desigualdades socioeconômicas ligadas ao processo de formação do território brasileiro e, especificamente, do seu próprio território como a permanência de grandes latifúndios; a ausência da atuação do Estado no que se refere ao desenvolvimento de políticas públicas sociais voltadas para o espaço rural; os conflitos e a violência no espaço agrário; migração de camponeses para outros Estados para trabalharem no corte de cana-de-açúcar, principalmente, nos Estados da Bahia, Pernambuco e São Paulo e para atuarem nas áreas de mineração, na região Norte.

Facó (1976, p.13) compreende que a pobreza no Nordeste, o isolamento de grande parte da população do interior desta região e a exclusão de qualquer melhoria no conhecimento e na qualidade de vida da população estão associados à própria formação econômica da região. Assim explica:

O monopólio da terra, abrigando em seu seio uma economia monocultora voltada essencialmente para a exportação de alguns produtos, travou brutalmente o crescimento das forças produtivas. Por mais de três séculos, baseou-se no regime do trabalho escravo, que se levantou como uma barreira à propagação do trabalho livre. Do trabalho escravo ainda hoje restam marcas evidentes em nossas relações de produção no campo. É o trabalho semi-servil em vastas áreas do interior, particularmente no Nordeste.

O processo de desenvolvimento e declínio das atividades econômicas no Piauí, como a pecuária bovina e o extrativismo vegetal nos séculos XVII, XVIII, XIX e primeira metade do século XX, originou também, a agricultura familiar como fonte de alimento para a população.

Em primeiro, lugar a emergência de uma agricultura familiar no Brasil está ligada ao processo de colonização. Constituiu-se como atividade que se desenvolvia na "periferia" da grande produção colonial, seja da cana-de-açúcar, no desenvolvimento e expansão da pecuária do Nordeste; posteriormente, no cultivo do cacau, na Bahia e na cafeicultura, no Sudeste. Essa agricultura familiar desenvolveu-se com apoio dos meeiros, o trabalho dos escravos e de forma intensa e independente nas comunidades formadas por escravos fugitivos denominados de Quilombolas. Essa agricultura também recebeu contribuições culturais das práticas indígenas desenvolvidas nos litorais, vales e margens dos rios (SABOURIN, 2009).

O estabelecimento da crise e decadência do setor primário brasileiro no início do século XX vai provocar mudanças na sociedade e na economia. O espaço agrário vai gradativamente sendo reorganizado sob as relações capitalistas de produção. Os efeitos destas relações vão provocar a transformação de uma agricultura de autoconsumo em uma agricultura voltada para o mercado. O camponês, pela força das relações capitalistas transforma-se em mão de obra assalariada e passa a ser um consumidor do mercado urbano. Esse processo, para Moreira (2012, p. 57), permite que o espaço entre em radical transformação e sintetiza:

A cidade substitui a mediação espacial intrarural de antes. E a lavoura de subsistência converte-se, inteiramente, em produção de mercadorias por intermédio das trocas cidade-campo, com a cidade recebendo e redistribuindo os produtos alimentares.

Também surgem outras implicações desse “novo” processo, como a maior integração na divisão internacional do trabalho, a especialização produtiva, a ampliação do sistema de troca entre as indústrias, a concentração fundiária e a proletarização do campesinato. Toda essa lógica voltada para o mercado.

Em relação à realidade do espaço agrário piauiense a agricultura familiar desenvolveu-se, principalmente, como atividade complementar à criação do gado bovino e foi expandindo-se à medida que se acentuava a crise na pecuária, na qual as áreas de pasto não eram mais utilizadas para a expansão desta atividade, mas sim para a produção de alimentos. Na primeira metade do século XX, o Piauí vai passar por um relativo crescimento urbano. A produção oriunda da agricultura familiar destinava-se ao abastecimento dos núcleos urbanos, para os espaços da produção pecuária e do extrativismo vegetal (SANTOS, 2007).

Rabelo (2000), analisando o processo de urbanização do Piauí na conjuntura do final da primeira metade do século XX, explica que em 1940, existiam 47 cidades e que em 1960 contava com 71 núcleos urbanos. Nesse contexto, o Estado vai presenciar não somente um maior crescimento populacional, mas, também, um relativo processo de urbanização (Tabela 1).

Tabela 1 – Brasil, Piauí: População segundo domicílio, no período de 1940 a 1960

Anos do censo	Unidade Política	Total*	População		Domicílios	
			Urbano	Rural	Urbano	Rural
			Números absolutos	%	Números Absolutos	%
1940	Brasil	41.236.151	12.880.182	31,23	28.256.133	68,77
	Piauí	817.601	124.197	15,19	693.404	84,81
1950	Brasil	51.944.397	18.782.891	36,15	33.161.506	63,85
	Piauí	1.045.696	170.584	16,31	875.112	83,69
1960	Brasil	70.070.457	31.303.034	44,67	38.767.423	55,33
	Piauí	1.249.200	292.422	22,98	956.778	77,02
1970	Brasil	93.139.037	52.084.984	55,92	41.054.051	44,08

	Piauí	1.680.573	536.612	31,93	1.143.961	68,07
1980	Brasil	119.002.706	80.436.409	67,54	38.566.297	32,46
	Piauí	2.139.021	897.994	41,98	1.241.027	58,02
1991	Brasil	146.917.459	110.875.826	75,46	36.041.633	24,54
	Piauí	2.582.137	1.367.184	52,94	1.214.953	47,06
1996	Brasil	157.079.573	123.082.167	78,36	33.997.406	21,64
	Piauí	2.673.176	1556.115	58,21	1.117.061	41,79

Fonte: RABELO (2000) (Modificado pelo autor)

A partir da segunda metade do século XX, com a expansão da pequena produção, coexistiram tanto as atividades tradicionais no espaço agrário piauiense (pecuária bovina e extrativismo vegetal) como o desenvolvimento da produção de subsistência em pequenas propriedades.

São essas formas de organização da produção agrícola em pequenas unidades que irão se desenvolver no período seguinte, ganhando, entretanto, uma nova dimensão com o extrativismo e com o crescimento demográfico. Esses dois fatores agindo simultaneamente possibilitaram, por um lado, a formação de um mercado consumidor de produtos agropecuários, alimentos e matérias-primas, de importância relativa em “centros” urbanos como Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos, fundamentalmente, e, por outro, a expansão das atividades agrícolas tipicamente produtoras de alimentos, seja para o autoconsumo de produtos diretos, seja para o abastecimento do “mercado interno” também em expansão.

É importante pontuar que o avanço da agricultura familiar no espaço agrário piauiense teve suas limitações, principalmente, por conta do domínio de grandes propriedades, cujas mudanças vão ocorrer em uma estrutura fundiária bastante concentrada, pois a estrutura fundiária piauiense é resultado de uma estrutura econômica historicamente atrasada tendo como origem um contexto histórico de processo de colonização do Nordeste brasileiro. Foi neste contexto, que se deu continuidade às práticas da agricultura familiar e a resistência camponesa pela terra no espaço agrário piauiense.

A agricultura piauiense no período de 1950 a 1970 passou por um processo em que a pequena propriedade, em face à crise do extrativismo e por conta da crise dos mercados externos se redefine com a formação de unidades latifundiárias em

que a força de trabalho era garantida através da formação de parcelas entregues a famílias não proprietárias (BANDEIRA, 1994).

Essas famílias eram formadas por camponeses que trabalhavam, principalmente, no extrativismo vegetal. Transformados em posseiros, derrubavam a mata e, posteriormente, a queimavam. Faziam roças para o plantio da lavoura temporária como o arroz, feijão, milho, algodão, fava, mandioca etc. As famílias pagavam a renda ao proprietário da terra cedendo parte dos produtos colhidos. Neste processo, as famílias eram obrigadas a prestar serviços ao proprietário. Os espaços pós-colheitas eram destinados para o gado pertencente ao proprietário.

A produção de alimentos nessas propriedades era importante, porque segundo Bandeira (1994), cerca de 60% da produção era consumida nos próprios estabelecimentos e o restante era comercializado nas cidades. Essas atividades produtivas eram realizadas em propriedades com menos de dez hectares. Somente nas propriedades com mais de cem hectares a produção era destinada especialmente para o mercado. Neste período, ou seja, entre 1950 e 1970, as atividades agrícolas no Piauí ainda não estavam inseridas na modernização agrícola. Esta era uma realidade restrita aos Estados da região Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

Mas, a partir de 1970, o espaço rural piauiense vai passar por uma “nova” dinâmica. Com o advento de programas governamentais para o setor, algumas áreas do espaço rural como as áreas de várzeas irrigáveis e o cerrado passaram pela modernização técnica. Essa modernização do campo significa a utilização de tratores e adubos químicos. Do ponto de vista social, ocorreram mudanças nas relações de trabalho como o trabalho assalariado, a proletarização das famílias camponesas. São as marcas da inserção das relações capitalistas de produção no espaço agrário piauiense.

Os conflitos pela posse de terra se constituíram em um processo marcante no campo brasileiro, os quais envolveram, historicamente, diversos agentes sociais. Uma organização mais politizada da luta pela terra e contra as diversas formas de exploração e precarização das condições de vida dos trabalhadores rurais nas mais variadas atividades econômicas no espaço rural só ocorreu a partir do século XX e, especificamente, na conjuntura dos anos de 1930 a 1950, período de forte influência das Ligas Camponesas, principalmente, no Nordeste brasileiro.

Assim, a luta pela posse da terra envolvendo trabalhadores rurais e camponeses no espaço agrário piauiense, embora não tenha ocorrido com a mesma intensidade como em outros Estados do Nordeste como Pernambuco e Bahia, teve impulso somente a partir de 1960. Nesse período a economia agrária piauiense sustentada pela pecuária bovina e o extrativismo vegetal estavam em decadência.

Com isso, as famílias camponesas eram obrigadas ao trabalho para o proprietário da terra e, ao mesmo tempo, plantar a roça com culturas temporárias, principalmente, para o autoconsumo.

Somente no ano de 1962 intensificou-se a resistência política no campo piauiense, influenciada pela organização do campesinato. Fundou-se a primeira organização sindical de trabalhadores rurais do Estado: a ALTACAM (Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Campo Maior). Essa entidade passa a defender as famílias rurais em relação ao processo de exploração a que eram submetidos pelos seus patrões e proprietários de terras (MUNIZ, 2003).

As Ligas Camponesas no Piauí tiveram um papel importante na defesa dos camponeses. Além da luta pela terra no município de Campo Maior, outras organizações sindicais camponesas destacaram-se na luta contra a exploração camponesa no Estado. Os camponeses do Piauí fundaram organizações sindicais nas décadas de 1960 nos municípios de Angical, Monsenhor Gil, Amarante e Teresina. As lideranças sindicais camponesas participavam de reuniões, geralmente no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teresina. O objetivo dos encontros estava ligado às formas de organização dos camponeses na luta contra a exploração a que as famílias eram submetidas nos domínios dos proprietários de terra, geralmente fazendeiros que possuíam extensas áreas de terras e mantinham relação de poder sobre as famílias camponesas que moravam nas fazendas. Esse poder, segundo Leal (2012), era uma herança cultural dos senhores donos de engenhos e detentores da pecuária bovina sobre seus escravos, semiescravos e trabalhadores livres, pois o proprietário era o dono da fortuna política e econômica e, só ele detinha sabedoria. Todos tinham que obedecer-lhe e servir-lhe.

Nas propriedades predominavam a vegetação do tipo carnaúba e babaçu. A atividade econômica, normalmente, era a criação do gado bovino. As famílias camponesas praticavam a agricultura a partir do cultivo do arroz, feijão, fava, mandioca, abóbora, melancia, etc. e a criação de caprinos, ovinos e suínos. Essa

produção tinha dois principais destinos: o autossustento das famílias e o pagamento da renda ao proprietário.

Com o golpe militar de 1964 e a ascensão dos militares ao poder do Estado, o princípio de luta sindical, de um modo geral, foi substituído pelas práticas assistencialistas. O movimento sindical no campo continuou atuando na defesa dos camponeses e contra a repressão dos governos militares. A retomada de uma luta mais ampla e com maior teor de organização e politização do campesinato na esfera nacional, só vai ocorrer com o processo de redemocratização do país, a partir dos anos de 1980.

### 2.3.2 Questão agrária no Piauí e a resistência camponesa a partir de 1980

De um modo geral, sempre existiram formas de resistência manifestadas pelos camponeses em relação às desigualdades na ocupação do espaço agrário piauiense, seja a luta contra o latifúndio e/ou contra as precárias condições de vida das famílias camponesas, seja na perspectiva da implantação de uma reforma agrária, mesmo aquela implementada pelo Estado, na efetivação do assentamento de famílias camponesas.

O movimento sindical dos trabalhadores rurais do Piauí é representado, principalmente, pelas seguintes entidades: STRs, CPT, MPA, FETAG e MST. Foi a partir da conjuntura política econômica dos anos de 1980 que essas entidades contribuíram para rearticular o movimento no campo piauiense, movimento também reprimido pelo regime militar desde 1964. Assim, proporcionou uma nova postura organizativa e politizada para fortalecer o movimento pela reforma agrária.

As entidades sindicais do campo piauiense, historicamente, tiveram um papel importante na luta contra a exploração dos camponeses e pela reforma agrária. A atuação política e a mobilização destas entidades, no Estado, deram-se, especificamente, a partir dos anos de 1970, um período marcado pela repressão dos governos militares contra os movimentos sociais, a liberdade de pensamento e a democracia. Mesmo neste contexto de repressão, a FETAG-PI foi criada em 1971, motivada pela realização do Congresso da CONTAG em 1967, em pleno regime militar.

A plataforma de luta era direcionada contra o regime militar e a luta por uma reforma agrária. A FETAG-PI constituiu-se como a principal entidade sindical de luta

a partir dos anos de 1970 no espaço agrário piauiense, posicionando-se contra o trabalho escravo no campo, o latifúndio, a violência contra camponeses e lideranças sindicais, contra o regime ditatorial. Participou do movimento nacional para o processo de redemocratização do país, a partir de 1980 e, a partir deste período tem contribuído para a efetivação dos assentamentos rurais no Piauí.

Quanto à CPT que sempre teve um papel fundamental na luta contra o latifúndio, o trabalho escravo e a pobreza no campo, surgiu no Piauí, no ano de 1979, em decorrência de conflitos de terra na região de Valença do Piauí, Pimenteiras e Esperantina. Esses conflitos surgiram por causa da luta de posseiros históricos da região norte do Estado. A partir daí, a CPT passou a atuar em todas as regiões do Estado onde existem conflitos envolvendo posseiros e proprietários de terras.

A CPT no Piauí atua em três eixos: o primeiro refere-se à organização comunitária, na qual realiza trabalhos com posseiros e assentados na busca legal pela terra; outro eixo refere-se a questões relacionadas com meio ambiente e desenvolvimento regional, procurando conscientizar pequenos proprietários a não venderem suas propriedades para o agronegócio; e o terceiro eixo está no campo da formação acadêmica, ou seja, é um trabalho no sentido de garantir educação de nível superior para famílias assentadas e áreas de conflitos. Os cursos definidos são: Pedagogia da terra e Agronomia com ênfase em Agroecologia. Busca convênio com o INCRA e com a UESPI (Universidade Estadual do Piauí) para desenvolver esta atividade. A CPT também trabalha outras questões do campo como migração, trabalho escravo, impactos ambientais, conflitos etc.

O MST constituiu-se, a partir dos anos de 1980, como um dos mais importantes movimentos na luta pela reforma agrária. No Estado do Piauí o movimento começa atuar desde o ano de 1986, na região de Picos, Paulistana, Simões e São João do Piauí. Uma região marcada por conflitos agrários entre os pequenos produtores e grandes latifúndios. Participaram deste processo de luta meeiros, assalariados rurais e sem-terra. Neste primeiro momento, o MST atuou no processo de formação política.

Somente no ano de 1989 foi que o MST mudou sua estratégia, passando a atuar nas ocupações de latifúndios. Essa tática só foi possível através do trabalho de conscientização, participação das romarias da terra, reuniões comunitárias e

assembleias envolvendo os sem-terra, trabalhadores rurais assalariados e acampados etc.

O MST atua em quatro regiões do Piauí: na Litorânea, Norte, Centro e Sul do Estado. No campo, o MST faz parceria na área de educação, na formação de militância com o MPA, Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) e FETAG. O objetivo é acumular forças no campo para forçar o governo a implementar uma política de reforma agrária.

O MPA é um movimento camponês, constituído por grupos de famílias camponesas. É também um movimento dos Pequenos Agricultores que originou-se no Rio Grande do Sul em 1996. Sua luta junto aos pequenos produtores é no sentido de conscientizá-los em relação ao uso de agrotóxicos na agricultura para a produção de alimentos saudáveis para o consumo da população local. Desta forma, luta pela prática de uma agricultura camponesa com base agroecológica.

O MPA possui uma organização voltada para a formação dos pequenos proprietários: desenvolvimento de atividades agropecuárias para convivência com o semiárido; estudos sobre as consequências dos produtos transgênicos na agropecuária e formação política. O MPA no Piauí atua, principalmente na região de Picos e no semiárido pela expressividade de pequenos produtores rurais.

Somente em 2003 iniciou-se o Plano de Reforma Agrária do Piauí (PRA-PI), que tem por objetivo estabelecer diretrizes estratégicas e operacionais, metas e aparato institucional desenvolvidas no período de 2003-2010, visando à implementação da reforma agrária no estado do Piauí, de forma massiva, participativa e sob o modelo de gestão que envolva todas as instâncias do governo e da sociedade civil organizada, buscando dinamizar as economias locais e regionais para um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável, com base num reordenamento territorial rural (PRA-PI, 2003-2010).

A elaboração do referido plano teve a participação dos seguintes órgãos: INCRA, INTERPI, Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí (EMATER), Delegacia do MDA, CONTAG, Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI), Secretaria do Desenvolvimento Rural (SDR), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Coordenação Estadual Quilombola, FETAG, FETRAF, Programa Permanente de Convivência com o Semiárido (PPCSA), Centro Piauiense de Ação Cultural (CEPAC) e CPT.

Essas organizações sindicais, influenciadas pelo processo de luta mais amplo pela redemocratização do país e por uma reforma agrária, tiveram papel fundamental na efetivação de vários assentamentos rurais do Estado, sob a responsabilidade do INCRA e do INTERPI (Tabela 2).

Tabela 2 – Número de famílias assentadas no estado do Piauí

PERÍODO/ANO	INCRA	INTERPI	PROGRAMA DE CRÉDITO FUNDIÁRIO	PROGRAMA BANCO DA TERRA
1981 A 1994	4.084	1.551	-	-
1995	986	1.220	-	-
1996	1.791	2.048	-	-
1997	1.880	970	-	-
1998	2.599	322	-	-
1999	1.301	-	-	-
2000	2.589	-	-	-
2001	2.491	200	-	1.439
2002	1.672	98	241	-
2003	580	-	929	-
2004	2.238	-	1.526	-
<b>TOTAL</b>	<b>22.211</b>	<b>6.404</b>	<b>2.696</b>	<b>1.439</b>

Fonte: INCRA, 2004.

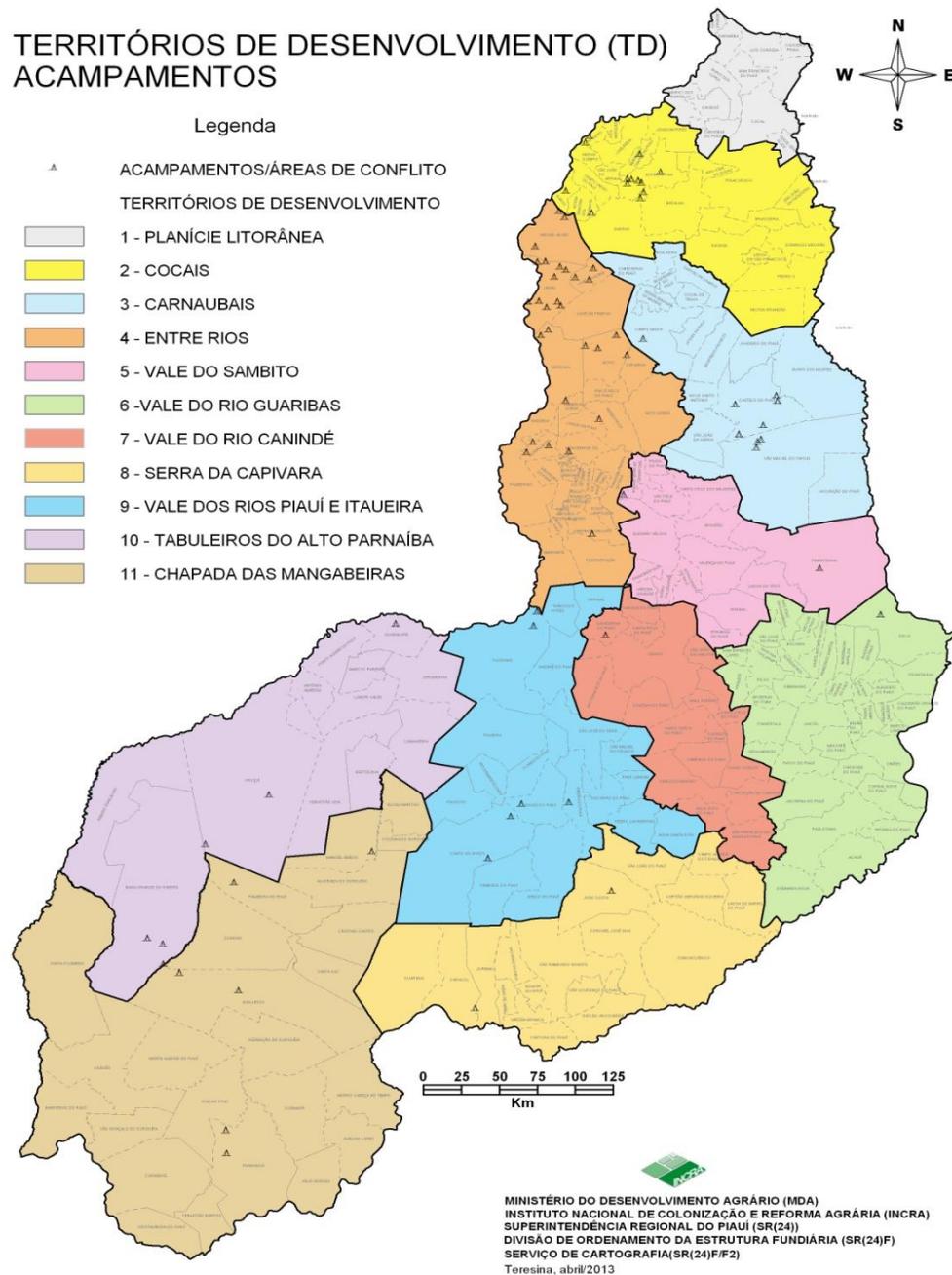
A efetivação desses assentamentos foi consequência, principalmente, do processo de luta por ocupação de terras públicas por famílias camponesas e de resistência na terra, realizada por posseiros e trabalhadores rurais, buscando a garantia da terra e da reforma agrária. As diversas formas de resistência camponesa obrigaram o poder público, através do INCRA e do INTERPI, a garantir a posse da terra e condições de trabalho para milhares de famílias.

Os conflitos por terra no Piauí, que vêm ocorrendo nestas últimas décadas, constituem-se como uma herança do processo de colonização que se processou no Estado e mais, recentemente, esses conflitos foram reforçados por conta do processo de modernização da agricultura e pelo advento do agronegócio da soja no sul do Estado e pela ausência de uma reforma agrária que viesse a modificar a concentração de terras no Estado.

A figura 1 mostra a espacialização da violência, a existência de conflitos e acampamentos no espaço agrário piauiense e que existe o predomínio destes nos territórios de desenvolvimento Entre Rios e Cocal. De modo geral, de acordo com a CPT (2011), foi registrado um total de 34 conflitos envolvendo 7.020 categorias: posseiros, assentados, ambientalistas, pequenos proprietários, sem-terra e lideranças sindicais. Conforme dados da CPT, os posseiros constituem a categoria mais envolvida em conflitos pela posse da terra. A presença do grande número de posseiros no campo piauiense está atrelada ao processo de desenvolvimento e decadência da economia pecuária e do extrativismo vegetal.

Estes conflitos são motivados pelos seguintes fatores: o primeiro deles está relacionado à decadência de antigas fazendas que desenvolviam a pecuária bovina e o extrativismo vegetal; a prática da grilagem realizada para o desenvolvimento de uma agropecuária industrial e expansão de atividades ligadas ao agronegócio, soja e cana-de-açúcar, principalmente e, pela presença de famílias de posseiros históricos. O segundo fator refere-se à atuação do movimento sindical, o papel da CPT, atuação da CUT, do MST e de sindicatos urbanos e rurais que influenciam a organização política e luta nestes territórios. Os municípios piauienses onde existem maiores conflitos no campo na luta pela terra são: Barras, Bom Jesus, Buriti dos Lopes, Esperantina, Madeiro, Miguel Alves, União, José de Freitas, Altos, Teresina, ou seja, concentrados na região norte do Estado. Na região sul, esses conflitos ocorrem entre posseiros históricos e grileiros, impulsionados pela expansão da soja nos cerrados piauienses.

Figura 1 – Território de Desenvolvimento (TD) Acampamentos



Fonte: MDA, 2013.

Para Leite et. al. (2004), a origem dos assentamentos é resultado das diferentes formas de lutas pela terra, as quais foram classificadas como: as ocupações, as ocupações paulatinas, a resistência na terra e a forma mista. As ocupações são caracterizadas por movimentos de ocupações públicas de terras. Os camponeses organizados politicamente e de forma planejada ocupam terras

públicas. Posteriormente, buscam negociar junto ao governo mecanismos para garantir a posse da terra. As ocupações paulatinas são realizadas por pequenos grupos de camponeses que se organizam politicamente para garantir a posse da terra. A resistência na terra ocorre quando posseiros arrendatários que permanecem na terra onde moram e ou moravam e trabalham, decidem reivindicar junto ao Estado a posse da terra. A forma Mista é quando existem todas as práticas anteriores.

De origem diversificada e fazendo parte de diversos projetos para ocupação de parte do território como prática instituída pelo Estado, como fator de alívio de tensões no espaço agrário, Bergamasco e Norder (1996) apresentam cinco tipos diferenciados de assentamentos rurais:

1. Os projetos de colonização que se caracterizaram como os primeiros projetos de caráter estatal e que foram planejados de forma mais intensa no governo militar, principalmente a partir da década de 1970. No caso do Piauí, ainda na primeira metade do século XX, o governo federal, no âmbito da política de colonização definiu a criação de dois núcleos para o Estado. Assim, em 1932, foi criado o Núcleo Colonial de David Caldas, na parte norte do Estado, com assentamento de 350 famílias. Em 1959, foi criado o Núcleo de Gurgueia, localizado na região sul do Estado, com assentamento de 260 famílias. Foram ações localizadas. Não teve o caráter de uma política de reforma agrária para o Estado, como nenhum impacto ou alteração na estrutura fundiária do Estado.

2. Áreas de reassentamentos de populações oriundas das áreas atingidas pela construção de barragens e usinas hidroelétricas. O Estado constitui-se como agente de intervenção e produção do espaço quando institui uma infraestrutura necessária para reprodução e desenvolvimento do capital. Nesta ação, desenvolve uma relação conflitiva com as comunidades camponesas. É o caso da produção de energia a partir de 1970 a 1980, que coincide com a construção das principais hidroelétricas do país, ocorre um acirramento da luta pela propriedade da terra. Diversas comunidades camponesas e indígenas foram expropriadas de suas terras em consequência desta atuação do capital e do Estado.

3. Assentamentos oriundos de Planos estatais de valorização de terras públicas e de ações possessórias. Em nível estadual e municipal, os assentamentos originaram-se a partir do cadastramento de terras públicas ociosas como também o processo de regularização das propriedades envolvidas com posseiros, ou seja,

assentamentos oriundos de posse. O grande número de assentamentos rurais do Piauí é oriundo de posse, demonstrando uma relação com o processo de desenvolvimento e declínio da economia agrária piauiense (pecuária bovina, cultura do algodão e extrativismo vegetal). Os assentamentos Quilombo e Mocambo como estudo de caso deste trabalho científico remontam de áreas de posse.

4. Áreas de assentamentos originados a partir do progresso da reforma agrária, por conta das desapropriações por interesses sociais, com base no Estatuto da Terra de 1964. Os assentamentos originados desta política firmaram-se, particularmente, a partir de 1986, como base do PNRA.

5. Áreas de assentamento criados a partir da criação de reservas extrativas para seringueiros da região Amazônia, assim como de outras atividades relacionadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis. As origens destes assentamentos estão associadas à exploração e ao trabalho escravo de camponeses na extração de recursos naturais e aos conflitos entre camponeses e grupos econômicos que exploram a região onde existem tais recursos. Os atores socioeconômicos são: o próprio Estado, os grileiros, os seringalistas, as empresas agropecuárias e as mineradoras.

Coca (2013, p.386) explica “que existem no Brasil vinte tipos de assentamentos rurais”. Essa diversidade é condicionada à função da identidade dos camponeses e suas demandas. Dentre essas tipologias alguns não são mais implementados pelo Estado, são os casos do Projeto de Assentamento Conjunto (PAC), Projeto de Assentamento Dirigido (PAD), Projeto de Assentamento Rápido (PAR), Projeto de Assentamento Oficial (PC), Projeto Integrado de Colonização (PIC). Esses projetos tiveram origem dos programas de colonização implantados pelo regime Militar (quadro 3).

Quadro 3 - Brasil. Tipologias de Assentamentos de Reforma Agrária (1961-2010)

	<b>SIGLA</b>	<b>TIPOS DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS</b>	<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b>
1	PA	Projeto de Assentamento Federal	INCRA/INSTITUTO DE TERRAS ESTADUAIS
2	PAE	Projeto de Assentamentos Agroextrativistas	INCRA/INSTITUTO DE TERRAS ESTADUAIS
3	AQ	Assentamento Quilombola	INCRA/INSTITUTO DE TERRAS ESTADUAIS
4	PRB	Projeto de Reassentamento de Atingidos por barragens	INCRA/GOVERNOS ESTADUAIS
5	PAF	Projeto de Assentamento Florestal	INCRA
6	PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável	INCRA
7	PAC	Projeto de Assentamento Conjunto	INCRA
8	PAD	Projeto de Assentamento Dirigido	INCRA
9	PAR	Projeto de Assentamento Rápido	INCRA
10	PC	Projeto de Colonização Oficial	INCRA
11	PIC	Projeto Integrado de Colonização	INCRA
12	PFP	Projeto Fundo de Pasto	CDA
13	PE	Projeto de Assentamento Estadual	INSTITUTO DE TERRAS ESTADUAIS
14	PAM	Projeto de Assentamento Municipal	GOVERNO MUNICIPAL
15	PCA	Projeto de Assentamento Casulo	GOVERNO MUNICIPAL
16	FLONA	Florestas Nacionais	ICMbio*
17	RESEX	Reserva Extrativista	ICMbio*
18	RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	ICMbio*
19	FLOE	Floresta Estadual	CEUC/SDS***
20	PEAEX	Projeto de Assentamento Agroextrativista	ITERPA***

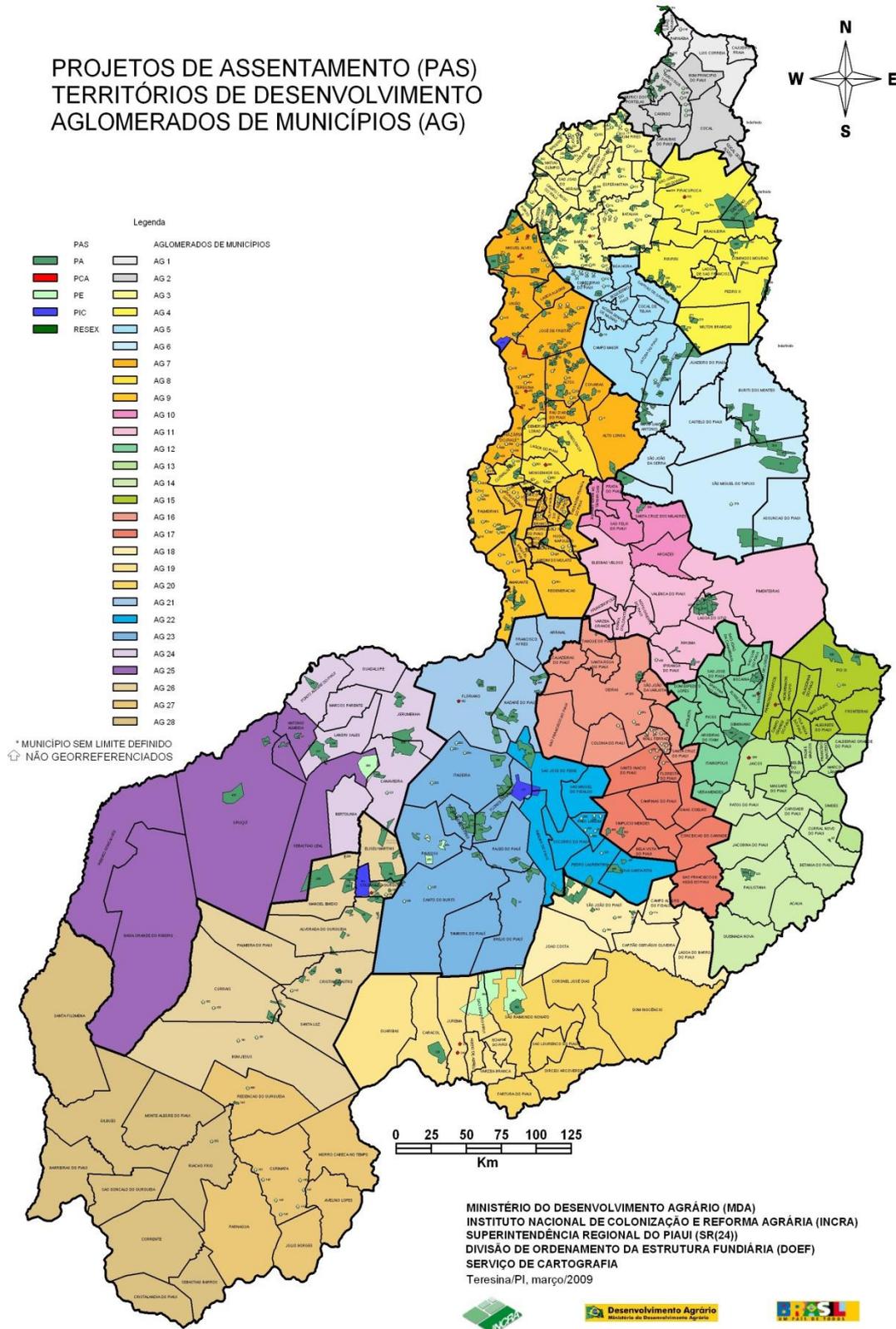
Fonte: Estevan Coca (2013)

\* Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Centro de Conservação de Unidades de Conservação/secretaria de Estado de Meio \*\* Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Amazonas)

\*\*\* Instituto de Terras do Pará

Figura 2 - Projeto de Assentamentos e território de desenvolvimento



Fonte: MDA, 2009.

A partir dos anos de 1990, a espacialização dos assentamentos rurais, no espaço agrário piauiense vai ocorrer com maior intensidade favorecida com o fortalecimento da resistência e luta das famílias pela reforma agrária no Estado. A figura 2 e o apêndice evidenciam os assentamentos reconhecidos pelo INCRA no período de 1999 a 2008. Assim, constata-se uma maior quantidade de assentamentos concentrados nos territórios de Cocais e Entre Rios. A concentração de assentamentos nestes dois territórios é resultado da grande presença de posseiros e de trabalhadores rurais sem-terra, influenciados pela forte atuação dos movimentos sociais.

A resistência e luta dos camponeses no Estado do Piauí contribuíram para a continuidade da política de reforma agrária do Estado Capitalista, por meio da efetivação de assentamentos de famílias camponesas. Neste processo, continua a importância da FETAG, do MST, do MPA e da CPT. A atuação destas entidades manifesta-se numa conjuntura bastante complexa, quando se trata da questão agrária no Piauí. Vive-se o momento em que o Estado fomenta a política de expansão do agronegócio da soja no espaço agrário piauiense. O movimento atua através da mobilização e das ocupações de terras devolutas e dos latifúndios improdutivos. Estas entidades têm forçado negociações junto ao Governo Federal e Estadual com o apoio do INCRA garantindo, assim, a instituição de assentamentos em todo o território piauiense.

### **3 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA, CONCEPÇÕES DE SUSTENTABILIDADE E OS IMPACTOS SOBRE A AGRICULTURA CAMPONESA**

#### **3.1 O processo de modernização da agricultura brasileira**

O processo de modernização da agricultura ocorreu a partir da segunda metade do século XX. E está inserido no desenvolvimento das políticas do estado capitalista, no processo de consolidação das relações de produção capitalista na economia brasileira para o campo. Está associada, também, à Revolução Verde a partir da inserção de componentes técnico-científicos e da biotecnologia no processo produtivo nas atividades da pecuária, do extrativismo e da agricultura, principalmente.

Nesse novo contexto da agricultura brasileira, duas temáticas que envolvem a produção no campo estão em evidência: a “questão agrária” e a “questão agrícola”. A primeira está ligada às transformações nas relações de produção: a organização do trabalho e a produção; o nível de renda e a ocupação dos trabalhadores rurais, etc. A segunda está condicionada às políticas do Estado em relação às necessidades de produção de determinados produtos; o controle desta produção e as especialidades destinadas a estas atividades produtivas. (Graziano da Silva, 1984).

Nesse contexto, os debates se configurarão em quatro vertentes distintas: a do PCB, que teve o papel de influenciar as Ligas Camponesas sob o ponto de vista político e organizativo; a dos setores reformistas da igreja católica, cujo núcleo conservador era contrário ao movimento camponês; a da Cepal e a das reflexões dos economistas conservadores. (DELGADO, 2005)

Apesar da importância das teses dos intelectuais ligados ao PCB, como Caio Prado Jr., Ignácio Rangel e Alberto Passos Guimarães, que abordaram a questão agrária brasileira, de modo teórico e político numa visão marxista e, do pensamento católico, que procura evidenciar a doutrina social da igreja diante de uma realidade agrária brasileira que apresentava injustiça e exclusão social, o que norteará o debate da “questão agrícola” a partir dos anos de 1960, são as concepções da Cepal e dos economistas conservadores, como explica Delgado (2005 p. 53-54).

A tese central da Cepal neste período, protagonizada no Brasil pela contribuição de Celso Furtado e diagnosticada no Plano Trienal 1963-1965, destaca o caráter inelástico da oferta de alimentos às pressões da demanda urbana e industrial. O grupo de economistas e **econometrista** da USP demonstram a tese da resposta funcional da oferta agrícola às pressões da demanda, tentando desta forma, desmontar o argumento implícito da rigidez da oferta agrícola, qual seja a inadequação da estrutura agrária. Esta ao não permitir que a agricultura responda às pressões da demanda, provocaria tensões inflacionaria e crises recorrentes de abastecimento.

Nesta perspectiva, para esta última vertente, conservadora, com tal estrutura agrária teriam sido cumpridas as funções da agricultura no desenvolvimento econômico, a saber:

a) liberação de mão-de-obra a ser utilizada no setor industrial, sem diminuir a quantidade produzida de alimentos; b) criação de mercado para os produtos da indústria; c) expansão das exportações e; d) financiamento de parte da capitalização da economia (DELGADO, 2005 p.55).

Essas análises faziam parte de um contexto do desenvolvimento econômico do pós-guerra, em que a agricultura estaria inserida na lógica de uma economia global e o Brasil em um ritmo de industrialização e urbanização.

Um ponto relevante sobre a modernização do campo brasileiro é que esse processo também é decorrente das relações entre o próprio desenvolvimento da agricultura e do processo de industrialização que, de certa forma, determinam os liames da articulação entre ramos e setores da produção na formação social capitalista no Brasil. Ainda é necessário compreender que o desenvolvimento do capitalismo é entendido como um processo contraditório da reprodução capitalista ampliada do capital. Que essa lógica não está presente apenas no processo produtivo, mas também na circulação de mercadorias, na troca de mercadorias por dinheiro e de dinheiro por mercadorias (OLIVEIRA, 2010).

Desta forma, a inserção das relações capitalistas de produção no campo brasileiro consolidou-se na unidade entre capitalista e proprietário da terra e, independente do tamanho da propriedade, garante a apropriação da renda da terra pelo capital. Conseqüentemente, deu-se a apropriação do capital perante as grandes propriedades constituídas por altas tecnologias no processo produtivo (modernização da agricultura) para o desenvolvimento de importantes atividades econômicas no campo, em sintonia com as necessidades da demanda interna e externa (seja de alimentos ou insumos agrícolas). As teses conservadoras para o

desenvolvimento da agricultura brasileira passam pela compreensão desse processo.

Outro aspecto indispensável na modernização da agricultura brasileira deve-se ao processo de institucionalização de créditos para o setor rural. A partir de 1967, na conjuntura do estado ditatorial começa a ser implementado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), como principal estrutura de fomento à produção agropecuária (DELGADO, 2005).

Nesse contexto, Santos (2005) justifica que a partir de 1960 o país passa por um processo de integração territorial condicionado pelo advento do meio técnico-científico-informacional, impulsionado, principalmente, pelo desenvolvimento do sistema de transporte, de telecomunicação e produção de energia; dinamização e aumento da produção material, industrial e agrícola. Ocorreu também uma dinâmica nas áreas de saúde, educação, informação e lazer.

As áreas ou regiões a agricultura está expandindo-se, o meio natural e o meio técnico vão sendo substituídos pelo meio técnico-científico-informacional. As relações do modo de produção capitalista vão tendo maior consistência e maior solidez e, ao mesmo tempo, proporcionando condições para fortalecer o meio técnico-científico-informacional. As atividades agropecuárias desenvolvem-se a partir da inserção intensiva do capital, tecnologia e informação, constituindo-se as principais forças produtivas deste momento histórico. (ELIAS, 2008).

Para Santos e Silveira (2005), essas condições vão acelerar o processo de tecnificação da agricultura brasileira com a utilização de sementes híbridas, fertilizantes e herbicidas. Desenvolveram-se a partir desses avanços técnicos e científicos culturas de entressafras, entre soja e trigo principalmente; criação de bancos de germoplasmas; práticas de correção de solos e intenso uso de máquinas industriais, como tratores, colhedeiças, implementos de irrigação etc.

Esse processo vai contribuir para a consolidação entre a produção primária de alimentos e matérias-primas e vários ramos industriais, como oleaginosos, industriais de cana e álcool, papel, fumo, têxtil, indústrias de bebidas entre outros. Toda essa estrutura de capital consolidado na conjuntura de um Estado conservador vai se desdobrar a partir dos anos de 1980 com a política de desenvolvimento e estratégia do agronegócio. Essa trajetória vai ocorrer na conjuntura de um Estado como agente ativo na era da globalização, receptivo às concretudes da Revolução Verde para a modernização do campo brasileiro.

O processo de industrialização da agricultura, ao longo de quase duas décadas (1965-1982), constituiu-se em um período de desenvolvimento de uma agricultura capitalista a partir da integração com a economia industrial e urbana ligada fortemente ao setor externo (associada à Revolução Verde) com o apoio financeiro do setor público. Esta estratégia do Capital aliado ao Estado consolidou todo um processo de “modernização conservadora” da agricultura e que, paulatinamente, neutralizou o movimento político pela reforma agrária. Um processo que se efetivou negando a existência de uma estrutura fundiária historicamente concentrada. Foi na essência uma “modernização sem reforma”, sem mudança na estrutura agrária.

### **3.2 Manutenção e aperfeiçoamento da modernização conservadora do campo brasileiro: domínio neoliberal e avanço do agronegócio**

A partir do final dos anos de 1970 e início da década de 1980, a conjuntura da economia brasileira vai se caracterizar pelo fim do ciclo de crescimento econômico e o começo da chamada década perdida. O ciclo econômico de crescimento da economia brasileira compreende o período entre 1930 e 1980. Alguns fatores foram condicionadores para este crescimento: a Política de Substituição das Importações, o Plano de Metas e o advento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Nesse período passa a vigorar um novo padrão de desenvolvimento, baseado na substituição das importações. Esse novo padrão foi uma resposta à crise de 1929, quando ocorreu o colapso do comércio internacional e dos preços das commodities. (MATHIAS, 2013).

Esta crise no comércio internacional vai afetar a economia brasileira. A redução das exportações de produtos primários como café irá contribuir para a escassez de divisas permanentes, o que vai determinar a redução da capacidade do país continuar realizando importações de bens de capital e insumos necessários para a expansão da capacidade produtiva da economia.

Mathias (2013) justifica que o Brasil não se limitava somente à substituição espontânea de importação, pois, a partir da segunda metade da década de 1950, o Presidente J.K. instituiu o Plano de Metas. Foi uma política de governo que contribuiu para impulsionar e acelerar a industrialização brasileira. O Plano foi estratégico, pois neste período já era necessária à substituição de bens

intermediários, bens duráveis de consumo e bens de capital essenciais para suprir uma demanda interna. Por isto, este plano visava privilegiar a indústria de base, bens de capital, reforço ao capital nacional, bem como a de bens intermediários.

Mathias (2013) também ressalta a instauração do II PND, que apresenta duas premissas básicas: manter os elevados níveis de crescimento econômico alcançados até os anos de 1970 e completar o parque industrial brasileiro, que objetivava a autossuficiência em produção energética e abrir novas frentes de exportações.

A idéia por trás do II PND era, portanto, a transformação da estrutura produtiva. Nos anos de 1970, o financiamento externo era abundante, o que foi fundamental para se completar a industrialização. O recurso ao endividamento externo foi amplamente utilizado, o que levou, posteriormente, a sérios problemas de balanço de pagamentos e a crises. Apesar disso, o resultado da industrialização brasileira foi incomparável, em termos de América Latina (MATHIAS, 2013, p.3)

Se, por um lado, até o final de 1970, o Brasil vinha mantendo um considerável crescimento econômico e um processo de industrialização bastante avançado, por outro lado, iniciavam-se efeitos negativos na economia, destacando-se o endividamento externo e a concentração da renda.

Assim, o início dos anos de 1980 põe fim ao longo ciclo de crescimento econômico da economia brasileira que vinha desde o começo da segunda metade do século XX. O período de crise foi denominado de “Década Perdida”. Qual o fator determinante para o advento desta crise?

No término dos anos de 1970 vai ocorrer uma abrupta mudança no contexto financeiro internacional, provocada pelo choque Volker dos juros em 1979, e intensificada com o segundo choque do petróleo no mesmo ano. Em decorrência disto, uma nova conjuntura econômica passou a vigorar: a restrição externa. Mathias (2013, p.7) explica que “Essa restrição, combinada com o fim das velhas fontes de dinamismo interno da economia e a erosão das bases financeiras do Estado são os fatores fundamentais para responder à crise do modelo de desenvolvimento”, *herdado das décadas anteriores* (grifo do autor).

Tabela 3 – Resultados do padrão de desenvolvimento brasileiro (1950-1980)

Taxa de crescimento (%)	Período base (1950-1980)	Período de crise (1980- 1992)	Período pós- crise (1992- 1998)
PIB	7,0	1,3	1,8
PIB per capita	4,1	-0,7	0,1
Acumulação de capital	9,8	2,7	2,6
Produtividade do trabalho*	3,9	1,4	0,6

Fonte: Adaptação de Hofman (1999)

A Tabela 3 destaca a dimensão da crise econômica do País no período entre 1980 e 1992 quando comparada com o período entre 1950-1980. Na Década Perdida a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) caiu para 1,3% ao ano. A acumulação de capital que no período base estava a quase 10% declinou para 2,7% ao ano. O PIB por renda per capita e a produtividade do trabalho seguem também a trajetória de queda. Além da crise financeira do Estado, do endividamento externo e da adoção de políticas recessivas, o país passa a conviver com uma aceleração inflacionária.

Diante destes problemas de ordem externa e interna, o estado nacional desenvolvimentista, foi no transcorrer dos anos de 1980, perdendo sua capacidade e seu poder mediante os interesses públicos e privados, constituindo-se em um aspecto fundamental para a crise do padrão de desenvolvimento que norteou o país ao um longo período de crescimento da economia nacional.

O outro aspecto do final da década de 1970 e início da década de 1980 seria marcado na dimensão político-social pela a crise econômica e política com fim do regime militar em 1984, período este marcado por grande efervescência social. A questão agrária seria impulsionada e norteadada neste novo contexto de ordem econômica, social e política.

O movimento pela reforma agrária enfrentou duas investidas estratégicas do estado desenvolvimentista: uma foi a repressão pela força militar contra os movimentos camponeses organizados politicamente nas suas organizações sindicais, sejam confederações sejam sindicatos de trabalhadores rurais. A outra esteve relacionada às Teses Econômicas conservadoras que prevaleceram e impuseram a modernização da agricultura. O movimento sofreu um processo de

arrefecimento diante de uma conjuntura que visava por um lado, ao desmonte das organizações sociais do campo e, por outro, à consolidação das relações de produção capitalista, principalmente na agricultura.

Os movimentos sociais do campo, pela magnitude das políticas de repressão, práticas e artifícios de cooptação e funções assistencialistas de grande parte dos sindicatos de trabalhadores rurais, não reuniram condições políticas e organizativas para manter um movimento nacional por uma reforma agrária sustentada, teórica e politicamente, que viesse a se contrapor à modernização conservadora, sem reforma.

Outro ponto marcante na conjuntura dos anos de 1980 e, também, por conta da decadência do regime militar, foi a abertura política que compreende um processo que se desenvolveu a partir de um conjunto de fatores: o aumento dos conflitos no campo e as greves nas cidades, o esgotamento do “milagre econômico”, que permitiu a queda abrupta das taxas de crescimento econômico como o PIB, o PIB Per Capita, o que vai permitir a reorganização política dos movimentos sociais no campo. Neste contexto, Delgado (2005, p.61) ressalta:

Com um ambiente de abertura política ocorre numa articulação ampla dos movimentos sociais e entidade de assessoria agrária: Nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), reorganiza-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Comissão Pastoral da Terra, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em 1979, é fortalecida pela igreja e surgem várias organizações não governamentais (ONGs) em apoio ao Fórum Nacional Pela Reforma Agrária.

Por isto, a temática da reforma agrária volta à agenda política do Estado; embate político entre o Estado e os movimentos sociais ligados ao campo, os empresários e os representantes do capital protagonizam o debate sobre a questão agrária. A reforma agrária como projeto de luta dos movimentos sociais do campo é reforçado no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília pela CONTAG, do qual foi proposto o I PNRA (1985-1988).

Como resposta a esta ação do movimento, os latifundiários criaram a União Democrática Ruralista (UDR). Entidade criada para defender os interesses dos empresários ruralistas, dos latifundiários, combater os movimentos sociais no campo e a reforma agrária defendida pelo campesinato. A elaboração de uma nova

Constituição (1988) muda o estatuto da propriedade fundiária, legitimado pela sua função social.

Esses dois aspectos na condução política da questão agrária apresentam-se como fatores positivos rumo à efetivação de uma reforma agrária. Mas, sob o prisma econômico, o Brasil está inserido numa economia globalizada, necessitando de acordo com a lógica do capital, com a do Estado e das classes dominantes ajustar-se ao propósito neoliberal, política que vai se concretizar desde os anos de 1990 ao momento atual.

Nesse contexto, o projeto de reforma agrária instituído pelas reivindicações dos movimentos sociais no campo, vai passar por um processo de reorganização política para enfrentar o avanço do capital no campo. Por sua vez, é concreto o crescente processo de modernização da agricultura e expansão do agronegócio.

A expansão da fronteira agrícola permite aos latifundiários e proprietários de grandes empresas capitalistas, que atuam no campo, agirem com violência contra camponeses, indígenas e lideranças sindicais. No que tange à luta política no Congresso Nacional, os deputados e senadores ligados à bancada ruralista são contra as desapropriações previstas nos Planos de Reforma Agrária. São contra a Reforma Agrária. Nesse sentido, vem prevalecendo o processo de contra reforma agrária, pois o Estado impulsiona a expansão da fronteira agrícola incorporando novos territórios e bens naturais para proporcionar a sustentação de uma agricultura tecnificada, empresarial e do agronegócio.

A década de 1990 foi marcada por uma conjuntura internacional que se caracterizou por uma abundância de capital circulando pelas economias emergentes. O Plano de Estabilização Monetária (Plano Real), adotado no Brasil, caracterizado como uma economia emergente em um contexto de política neoliberal, criou perspectivas para atrair capital externo e especulativo. A agricultura brasileira já bastante tecnificada terá um novo impulso na ordem neoliberal, objetivando consolidar e expandir o agronegócio no campo brasileiro.

O agronegócio pode ser entendido como a associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária e patrocinado pela política de Estado. Tem provocado mudanças na relação trabalho versus capital, que é uma consequência da reestruturação produtiva do capital. Assim, a partir do uso e exploração dos seus meios naturais, o agronegócio apoiado pelo Estado se territorializa e se fortalece com complexos industriais: os mineros-químicos, que

produzem fertilizantes; o montador-metalúrgico, especializado na produção de automóveis e implementos agrícolas e os barrageiros, responsáveis pela produção de energia e reserva de água para os irrigantes (MENDONÇA, 2010).

Nesta trajetória, o agronegócio garante as condições de produção e reprodução do capital. Institui novas paisagens; desenvolve relações conflituosas com povos locais; promove o desmatamento e extermínio da fauna local. Consolida-se no tripé: terra/capital/trabalho. A terra constitui-se como o bem que comporta a produção; o capital caracteriza-se como agente impulsionador que investe na produção com infraestrutura e tecnologia e o trabalho se coloca como responsável pela produção.

Thomaz Júnior (2007) compreende que o agronegócio caracteriza-se como um dos mais perversos meios de territorialização do capital no campo. Institui uma lógica político-estratégica para garantir a hegemonia, pois reflete a imposição do pensamento único e o entendimento do mundo sem contradições.

Apesar do agronegócio se constituir como uma nova panaceia do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista, pode-se afirmar que esse modelo não é novo. Sua origem remonta ao processo de colonização no Brasil, através do sistema Plantation. Nesse sistema, grandes propriedades foram utilizadas na produção de cana-de-açúcar, para exportação. Esse sistema passou por vários processos de adaptação e modificação na esfera tecnológica e nas relações de trabalho, no processo de desenvolvimento das relações capitalistas de produção no espaço agrário aumentando, desta forma, a produtividade e intensificando a exploração da terra, dos recursos naturais e dos trabalhadores (MENDONÇA, 2010).

O processo de consolidação do agronegócio no campo brasileiro ganhará maior oxigenação a partir do ano 2000, posto que o governo da época realizou uma política voltada para o desenvolvimento do agronegócio com iniciativas que convergiam:

- i) um programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial com "eixos de desenvolvimento", visando à criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transportes e corredores comerciais ao agronegócio;
- ii) um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária manifestada pela organização da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a operar em perfeita sincronia com empresas multinacionais do agronegócio;

- iii) uma regulação frouxa do mercado de terras de sorte a deixar fora de controle público as “terras devolutas”, mais aquelas que declaradamente não cumprirem a função social, além de boa parte das autodeclaradas produtivas;
- iv) mudança na política cambial, que ao eliminar a sobrevalorização tornaria o agronegócio competitivo junto ao comércio internacional e funcional para o “ajustamento constrangido” (DELGADO, 2005, p.67).

As iniciativas da política voltadas para beneficiar a expansão do agronegócio evidenciam a opção do governo em valorizar os setores primário-exportadores. Constituem-se como prioritários para gerar saldo comercial exterior, suprimindo desta forma, déficit da balança comercial. É a continuidade da penetração do grande capital para áreas do Centro-Oeste, do Norte, Sudeste e Nordeste e da modernização técnica de atividades da agropecuária e da reforma agrária voltada para o agronegócio.

A política ao ajustamento constrangido foi uma resposta do governo à estagnação da economia brasileira, a partir de 1980, conhecido como a “década perdida”. O aumento do endividamento externo; a restrição de acesso ao mercado internacional de crédito; a crise financeira do Estado e a aceleração da inflação constituíram problemas recorrentes da referida década.

Com isto, o governo desenvolve uma política recessiva que permite a desvalorização das taxas de câmbio, com objetivo de promover deslocamento de recursos dos setores produtivos de bens para o consumo doméstico para os setores voltados às exportações, na tentativa de retomada do crescimento econômico sob a dependência do comportamento do mercado externo. Neste momento, o agronegócio, especificamente ligado à agricultura, é entendido como uma estratégia do capital financeiro e apoiado pelo Estado para permitir superávits e garantir o ajustamento da balança comercial.

Delgado (2005), explica que o ajustamento constrangido no período entre 1982 e 2003 apresentou um movimento de fluxo e refluxo na renda da terra. Entre 1983-1993 e a partir de 2003 aumentou, substancialmente, a produção agrícola estimulada pelas cadeias agroexportadoras. Entretanto, esse crescimento não atinge, simultaneamente, a expansão da agricultura familiar e tão pouco a ocupação da força de trabalho rural. Trata-se, na verdade, de uma denominada “expansão constrangida” voltada, apenas, para o desenvolvimento do agronegócio, de outros

setores exportadores, sem uma relação com a demanda interna, sem se constituir como um projeto de expansão econômica do conjunto de economia.

Portanto, destacam-se as culturas do milho e da soja, as quais vêm em um crescente processo de expansão para determinadas porções do Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país. Todavia, analisando especificamente a questão do desempenho da soja, certifica-se que na década de 1990, na fermentação da adoção das políticas neoliberais no Brasil, a commodity identificada e selecionada como principal indicador das mudanças na política agrícola do país foi a soja. Tornou-se a segunda maior geradora de receitas de exportação da balança comercial brasileira perdendo, apenas, para o setor automobilístico, – pois o seu cultivo atendia à necessidade de aplicação intensiva de capitais e de tecnologias (MENDONÇA, 2010).

O agronegócio “selecionou” as áreas para sua expansão e territorialização do seguinte modo: Cerrado - soja; Caatinga/Sertão - fruticultura; Amazônia - mineração, etc. Em virtude disso, constata-se, cada vez mais, a expansão da soja, do milho, do eucalipto, da cana-de-açúcar e da pecuária bovina. Esse conjunto de atividades do agronegócio tem causado mudanças na paisagem dos territórios onde são praticadas. O desmatamento da vegetação original, o desaparecimento da fauna local e a mobilidade das populações rurais constituem-se exemplos dessas mudanças. Vale dizer que a agricultura familiar vem perdendo espaço para a agricultura empresarial, moderna e tecnificada.

Apesar do grande avanço técnico no processo de produção agropecuária no campo brasileiro, seja de produtos de origem animal ou de origem vegetal (fibras têxteis, oleaginosos, citricultura, viticultura, fumo, hortifruticultura, mandioca, trigo, silvicultura) é a produção da soja que se constitui a atividade do campo que mais cresceu nas últimas duas décadas. Esse crescimento deveu-se a dois fatores: o da entrada das multinacionais no ramo da produção de rações e na exportação, principalmente do farelo. E o outro fator refere-se à mudança de hábito alimentar da população urbana, que passou a substituir gordura de origem animal por óleos vegetais (OLIVEIRA, 2010).

Atualmente, vastas áreas do cerrado, até então não aproveitadas economicamente pela agricultura comercial/empresarial foram “descobertas” pelo capital. Nesta perspectiva, empresas nacionais e multinacionais passam a apropriar-se de vastas áreas deste bioma com objetivo de expandir as atividades

agroindustriais necessárias às necessidades do mercado, seja nacional seja internacional (MENDONÇA, 2010).

A expansão do agronegócio tem provocado problemas ambientais nos principais biomas brasileiros: Amazônia, Cerrado e Caatinga. O primeiro deles é a intensa devastação da cobertura vegetal e com esta a extinção de animais silvestres existentes nesses biomas; a erosão e a degradação do solo, eliminado seus nutrientes por conta do desmatamento e da utilização de fertilizantes químicos; a poluição química dos rios, córregos, riachos e do lençol freático. O avanço do agronegócio leva à destruição da biodiversidade em geral.

Deste modo, o capital industrial, nacional ou multinacional, com o apoio do Estado monopoliza um conjunto de atividades no espaço agrário, consolidando todo um processo de integração e interdependência entre ramos de atividades. Citam-se, por exemplo, as atividades de origem animal como pecuária de corte, pecuária do leite, suinocultura e avicultura. O desenvolvimento dessas atividades depende da produção de insumos fornecidos pela Revolução Verde; da infraestrutura e de financiamentos bancários subsidiados pelo Estado.

Isto significa que nas atividades agrícolas a incorporação de novos objetos ou sistemas técnicos e ações políticas do Estado têm sido utilizadas a partir do processo de industrialização/modernização da agricultura; como processo de oxigenação na busca do aumento do lucro, do controle, do monopólio desde a extração da matéria-prima ao processo de comercialização.

Nesta lógica, Graziano da Silva (1996) adverte que a modernização da agricultura ocorre quando esta atividade deixa de basear seu crescimento na expansão das áreas cultivadas e passa a buscar novas estratégias, como a modificação da base técnica que levaria mesmo a uma industrialização da agricultura. Mais do que isso, a agricultura passaria a figurar como um elo na cadeia industrial, formando um complexo industrial.

Se, por um lado, compreende-se que esse modelo agrário-agrícola, do ponto de vista ideológico, se coloca como uma atividade econômico-social extremamente moderna, sobretudo, no seu poder de diversificação e produção; por outro, constata-se a fase da modernização dolorosa que na compreensão de Porto-Gonçalves (2011, p.243-244), esse modelo utiliza o que há de mais antigo e colonial em termos de padrão e de poder para estabelecer uma forte aliança oligárquica entre:

(1) as grandes corporações financeiras internacionais, (2) as grandes indústrias-laboratórios de adubos e de fertilizantes, de herbicidas e de sementes, (3) as grandes cadeias de comercialização ligadas aos supermercados e (4) os grandes latifundiários exportadores de grãos. Esses latifúndios produtivos são *mutatis mutandis*, tão modernos como foram os grandes fazendeiros da cana-de-açúcar e seus engenhos no Brasil e nas Antilhas dos séculos XVI e XVII.

O desenvolvimento e o avanço do agronegócio no espaço agrário brasileiro constituem-se em mais uma atitude do capital nacional e internacional em negar as históricas e as atuais questões agrárias brasileiras. É uma ação política de origem da parceria do Estado/Capital que vem procurando desarticular as diversas comunidades camponesas existentes no Brasil. Tem provocado profundas consequências para o mundo do trabalho no espaço agrário, tais como transformação dos camponeses em trabalhadores assalariados e trabalho semiescravo (proletarização do trabalho rural, como consequência da expropriação da separação do camponês da terra); aumento do número de trabalhadores (camponeses) temporários; aumento do desemprego. É a precarização do trabalho no espaço rural, no dizer de Graziano da Silva (1982); Singer (1979); Martins (1991); Ianni (1979).

Essas condições de trabalho no campo a que são submetidos os camponeses expropriados de suas terras, agora denominados de trabalhadores rurais assalariados, fazem parte do processo de reestruturação do mundo do trabalho no atual contexto da sociedade/economia capitalista. A reestruturação no âmbito do capitalismo atinge a classe trabalhadora de um modo geral, tanto nos países centrais (capitalistas desenvolvidos) quanto nos países emergentes.

Assim, um amplo contingente de trabalhadores (homens e mulheres) disponíveis para o trabalho encontram-se em várias situações em nível global exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, terceirizados e virtuais. Estão inseridos no contexto do desemprego estrutural. Todas essas condições estão marcadas pela mundialização e financeirização de capitais, proporcionando maior complexidade entre os setores tradicionais da economia (indústria, agricultura e serviços), do elevado grau de interpenetração entre essas atividades, como exemplo a agroindústria, a indústria de serviços e os serviços industriais, todos integrados e inter-relacionados pela lógica totalizante do capital global (ANTUNES, 2011).

A reestruturação produtiva do capital tem provocado mudanças na relação capital versus trabalho, na própria dinâmica das dimensões objetivas e subjetivas

dos trabalhadores. Também tem alterado a dinâmica geográfica do trabalho no processo de territorialização – desterritorialização - reterritorialização. Destarte, vem ocorrendo a diminuição do operariado industrial tradicional; a expropriação de camponeses, o desemprego estrutural e a redefinição do mercado de trabalho. São as consequências provocadas por esta “nova ordem” econômica, definida pelo capitalismo (THOMAZ JÚNIOR, 2006).

Esse processo de mundialização e financeirização do capital vem provocando profundas alterações no mundo rural brasileiro, principalmente, nos espaços onde se territorializa o agronegócio, seja expulsando seja precarizando as condições de trabalho dos camponeses; estabelecendo novas formas de controle social sobre o trabalho com o objetivo de desmontar as atividades políticas dos sujeitos sociais envolvidos e valorizar as atividades do agronegócio. Essa lógica moderna na agricultura brasileira é reforçada com as teses centradas nos grandes empreendimentos, no espaço agrário organizado por empresas rurais e fortes empreendimentos barrageiros apoiados pelo Estado. Além de tentar promover o desmonte da agricultura camponesa, promove intensa degradação ambiental e não cumpre a legislação trabalhista.

Oliveira (2004) destaca a expressividade e a importância das pequenas unidades de produção em três aspectos: superioridade das pequenas unidades de produção no valor da produção animal e vegetal (56,8%) e destaca a produção de algodão arbóreo (76%), da banana (85,4%) e do café em coco (70,4%); nas commodities na qual laranja, café e cacau produzidos nas médias propriedades chegam a 29,6%, enquanto nas grandes propriedades representam 13,6%. Em relação à mão de obra empregada, de um total de 18.000.000 trabalhadores, as pequenas unidades de produção somam 87,3% do pessoal empregado, enquanto as grandes propriedades chegam apenas 2,5%.

Mesmo com o desempenho na produção e na ocupação da mão de obra nas pequenas e médias unidades de produção, a política agrícola adotada pelo Estado Brasileiro é aquela que favorece o agronegócio. Devido a sua magnitude de abrangência em vários setores da economia e apropriação dos recursos naturais (a terra e a água) são também denominadas de agrohídro-negócio.

Assim, para a viabilização dos grandes projetos de produção do campo, produção de origem animal ou de origem vegetal, as empresas transnacionais instaladas nos países da América Latina, África e Ásia, apoiadas pelo Estado e elites

nacionais, reforçam a ideologia de que o hidroagronegócio é portador do progresso. Com isto, monopolizam a água para a viabilização dos grandes projetos como a construção de grandes barragens (garantindo, desta forma, energia, irrigação e hidrovias), assegurando reservas de água para a produção necessária de mercadoria para o consumo, principalmente, do mercado internacional.

Daí a ocorrência das implicações socioambientais. Do ponto de vista social, privam as comunidades da utilização desses recursos (terra e água), além de exercer controle sobre as populações locais; há maior concentração da terra em poder das empresas e, do ponto de vista ambiental, provocam a degradação ambiental através do desmatamento da vegetação original.

Nesse sentido, o papel da Geografia como conhecimento científico é de fundamental importância na compreensão e reflexão dessa “nova” Geografia que vem se territorializando por meio das atividades do agronegócio/hidroagronegócio e agroindustrialização no espaço agrário brasileiro.

Também uma “nova” Geografia que vai se territorializando através da (re) existência de diversas comunidades camponesas (camponês, indígena, ribeirinhos, quilombolas, seringueiros, cerradeiros) que, historicamente, vivem e (re) existem no espaço agrário e dependem da terra e da água para desenvolver a agricultura familiar. As diversas formas de resistência significam a defesa dos seus territórios.

A preponderância da ordem capitalista na economia provoca uma profunda alienação não somente naqueles que se apropriam dos bens de produção do sistema capitalista, mas também nos teóricos e intelectuais e em setores das organizações sindicais, pois são levados a compreender todas as formas de desenvolvimento econômico ligadas à moderna teoria da economia nacional, como explica Chayanov:

Na moderna teoria da economia nacional torna-se costume pensar todos os fenômenos econômicos exclusivamente em termos de economia capitalista. Todos os princípios de nossa teoria – renda da terra, capital, preço e outras categorias – formam-se dentro do marco de uma economia baseada no trabalho assalariado, que busca minimizar lucros (CHAYANOV, 1981, p. 133).

Em outra via, as demais atividades econômicas que não possuem características tipicamente capitalistas são consideradas insignificantes com tendência ao desaparecimento. Consideram que não possuem nenhuma influência

fundamental no desempenho da economia moderna, não apresentam, desta forma, interesse do ponto de vista teórico. Deve-se considerar o domínio do capital na ordem econômica internacional, mas, em nenhum momento, negligenciar outras atividades que não são tipicamente capitalistas de produção existentes no espaço rural, as que são desenvolvidas por camponeses tendo como base produtiva a estrutura familiar.

### **3.3 A reforma agrária de mercado via política de assentamentos rurais**

A existência de assentamentos rurais no Brasil é consequência da política de reforma agrária do Estado, que vem se concretizando por conta da luta e da resistência camponesa. Essa política efetivou-se, particularmente, a partir dos anos de 1980 com o I PNRA. Mas as discussões teóricas e políticas que envolvem a sociedade civil organizada, favorável a uma reforma agrária, só vão ocorrer no pós-guerra. Após a revolução de 1930 as discussões teóricas e políticas da “questão agrária” no pensamento econômico ocorrerá de maneira mais sistemática nos anos de 1960, pois a conjuntura política e econômica exigia debates políticos sobre a emergência de uma reforma agrária. (DELGADO, 2005).

É importante explicar que antes de 1964 foi o momento das discussões políticas e teóricas em torno da “questão agrária” não se deu por acaso, foi consequência dos desdobramentos econômicos da economia brasileira (economia voltada para a industrialização e modernização do campo via penetração das relações capitalistas de produção); além disso, devem-se levar em consideração os conflitos sociais no campo, pois as organizações sindicais já reivindicavam uma reforma agrária que eliminasse o latifúndio e melhorasse as condições de vidas das famílias camponesas. Porém, o golpe militar em 1964, sufocou, por um lado, o debate sobre a “questão agrária” do ponto de vista político e teórico e, por outro, as organizações sindicais existentes no campo. (DELGADO, 2005)

Esse quadro só vai mudar com a conjuntura política e econômica do início dos anos de 1980. Com a crise e esgotamento do regime militar em 1985 e com o advento da Nova República vai ocorrer, a partir da abertura política, uma massiva atuação de movimentos como cita Delgado (2005, p. 61).

[...] Uma articulação ampla dos movimentos sociais e entidades de assessoria agrária: nasce o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST); organiza-se a Confederação Nacional Dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); a Comissão Pastoral da Terra e surgem varias organizações não governamentais (ONGs) em apoio ao “Fórum Nacional Pela Reforma Agrária”.

Se o regime democrático instituído pelo “Novo Estado” abre perspectivas para o avanço da luta política e para as discussões teóricas em vários setores da sociedade como as questões urbana, ambiental, agrária etc., por outro lado, esse momento conjuntural de abertura política propicia outras investidas.

Fontes (2010), explica que a democracia proporciona aberturas preciosas para a investida de capitais e de setores empresariais; abre perspectiva para “a intervenção democrática” de instituições financeiras que passam a ditar normas que se referem ao controle e gerenciamento de conflitos e a garantia de que o Estado vai estabelecer políticas sociais voltadas para aliviar a pobreza e garantir a segurança.

Contudo, em se tratando da realidade social no espaço agrário mesmo no contexto de um regime democrático, com a prática participativa dos movimentos de entidades sindicais, cooperativas de assentamentos rurais, o envolvimento com organizações não governamentais, vive-se um momento no país concretizado pela construção e ampliação de coogestão das políticas públicas, a exemplo dos Conselhos Gestores e experiências de orçamentos participativos (LUCHEMANN, 2002). Portanto, o que se constata, desta forma, são precárias condições de vida, violência e pobreza no campo, corrupção envolvendo dinheiro público etc.

Neste contexto cabem alguns questionamentos: O Estado implantou a reforma agrária? Mas que tipo de reforma agrária? Quais os impactos políticos e sociais para os camponeses decorrentes da reforma agrária do estado capitalista?

O Estado deu continuidade a uma política de reforma agrária, sob a ótica do capitalismo, consolidando as relações capitalistas de produção no campo através da expansão da fronteira agrícola e continuidade do processo de modernização do setor agropecuário rural. A conjuntura política do Estado, a partir dos anos de 1980, vai reforçar uma agricultura, produzida nas grandes propriedades ou nas pequenas, voltada para o mercado.

A formação do território brasileiro está associada à luta pelo domínio e posse da terra ao longo da trajetória das atividades econômicas. Colonizadores, proprietários de terra, poder público e privado contra camponeses, trabalhadores

(as) e povos indígenas. A questão da terra constituiu-se ao longo da história e, também, na atualidade, como um processo de territorialização/desterritorialização. O capital, no processo de expansão e reprodução territorializa-se, proporcionando a desterritorialização de camponeses, povos indígenas e ribeirinhos.

Essa história de violência contra esses povos é a indicação de que o Estado não fez uma reforma agrária que promovesse o fim do latifúndio, da pobreza e da precarização das condições de trabalho no campo. O que o Estado tem realizado historicamente é a instituição de leis para o campo, que contribuíram para disciplinar e controlar a ocupação e o uso da terra para o processo de expansão, reprodução e territorialização do capital, priorizando a apropriação de novos territórios para a consolidação do agronegócio. É o caso da lei de terras, em 1850 e o Estatuto da Terra, de 1964. A política de assentamento para famílias rurais foi impulsionada pela luta no campo e não por uma reforma agrária.

A partir da segunda metade do século XX, o Brasil segue a trajetória do processo de industrialização. Em Santos (2005), em meio século, entre 1940-1991, ocorreu uma verdadeira inversão quanto ao lugar de moradia da população brasileira. Enquanto em 1940 a taxa de urbanização era de 26,35%, já em 1991 este índice chegou a 77,13%. Esse fenômeno social foi impulsionado pela histórica precarização do trabalho e condições de vida no meio rural brasileiro, condicionado pela não realização de uma reforma agrária que alterasse a estrutura fundiária, historicamente concentrada no País.

O processo de modernização da agricultura impulsionado pela Revolução Verde, a partir dos anos de 1960, acelerou a violência no campo contra camponeses e povos indígenas. Com a grilagem de terra realizada por fazendeiros, grupos econômicos nacionais e multinacionais aumentaram o poder econômico e político dos latifundiários favorecendo a consolidação do agronegócio.

Vive-se o contexto de uma política agrária e agrícola que está voltada para os interesses do mercado que envolve o capital nacional e internacional, e a intervenção do Estado com uma política de subsídios. Adiciona-se, ainda, a este momento a importância do conhecimento e as descobertas científicas no ramo da Biotecnologia, envolvendo o campo da Engenharia Mecânica e da Engenharia Química na produção de equipamentos e estruturas necessárias para a sustentação das atividades do agronegócio. Esta política agrária é uma Contra- Reforma Agrária.

O resultado da Contra-Reforma Agrária para os camponeses tem se constituído como um entrave para a efetivação de uma reforma agrária defendida pelos movimentos sociais no campo brasileiro. A resposta do capital, do Estado e dos grupos privados em relação à resistência camponesa no campo manifesta-se com a disseminação da violência. Porto - Gonçalves e Alentejano (2010, p. 110-111) explicam que, em 2010, foram registrados como protagonistas da violência do poder privado as seguintes situações:

Fazendeiros (256), Empresários (109), Grileiros (69), Empresários Palmiteiros (31), Mineradores (27), Madeiros (12), Pistoleiros (5), Políticos (5), Grandes Arrendatários (2), Capataz (1), Garimpeiro (1). Mais de 96% dos casos envolvem segmentos históricos do bloco de poder dominante no País... agora identificados como empresários.

Estes dados evidenciam que o Estado deu continuidade a uma política agrícola voltada para beneficiar e proteger os proprietários do capital, os quais utilizam a repressão para intimidar camponeses, povos indígenas e ribeirinhos e não propriamente a realização de uma reforma agrária.

No entanto, mesmo diante do processo de modernização no campo, a conjuntura política a partir de 1980 se colocou favorável, pelo menos no debate e nos movimentos sociais em relação a vários temas da sociedade e, em particular, pode-se destacar a questão da reforma agrária. Mas, nesta mesma década, o processo de modernização do campo, notadamente na agricultura, já estava num estágio bem avançado e se colocava em confronto e resistência em relação às tentativas de uma reforma agrária tipicamente defendida pelos movimentos sociais no campo, organizados pelas lutas camponesas.

O I PNRA, o qual também foi resultado da luta camponesa pela reforma agrária, tinha uma meta para assentar mais de um milhão de famílias entre 1985 e 1989, como explica Oliveira:

A primeira previsão para assentamento entre 1985 e 1989, apresentava em termos totais para o Brasil, 1.400.000 famílias em uma área de 43.000.000 hectares. Na região Norte seriam assentadas 140.000 famílias em 10.080.000 ha. Na região Nordeste seriam 630.000 famílias em 18.900.000 ha; na região Centro-oeste seriam 210.000 famílias em 7.560.000 ha; na região Sudeste seriam 280.000 famílias em 4.370.0000 ha; e na região Sul seria 140.000 famílias em 2.180.000 ha (OLIVEIRA, 2007, p.126).

Pode-se afirmar que dois fatores se colocaram como entraves ao desenvolvimento do I PNRA: o primeiro refere-se ao próprio processo de modernização do campo, impulsionado pelo agronegócio e o segundo pela própria ação da UDR, no sentido de inviabilizar as desapropriações garantidas no Plano. Com base nisto, os resultados do I PNRA mostraram uma contrarreforma agrária, prevalecendo e evidenciando o poder dos latifundiários no Brasil. Segundo Oliveira (2007, p.129): “Foram assentados apenas 89.950 famílias (6,4% da meta), em uma área desapropriada de 4,8 milhões de hectares (1,5% da previsão)”.

A conjuntura política e econômica na década de 1990 também não foi favorável à implementação de uma reforma agrária que promovesse, por um lado, o fim da concentração fundiária no Brasil e, por outro, justiça social no campo: fim de trabalho escravo; terra para aqueles que vivem do trabalho e para o trabalho, fim da violência através da expropriação de camponeses, indígenas e populações ribeirinhas que vivem no campo.

O governo de Fernando Collor de Mello em apenas dois anos no poder demonstrou seu comprometimento com a burguesia nacional, com o capital Internacional e com a consolidação do projeto neoliberal do País. Com a cassação de Fernando Collor de Mello, em 1992, assume a Presidência da República o vice Itamar Franco. Nesse período de instabilidade política e econômica a reforma agrária já não se colocava como prioridade para o governo. O resultado foi que no período de 1990 a 1994, menos de 50.000 famílias foram assentadas.

Com um ritmo lento para a implantação da reforma agrária por meio do assentamento de famílias rurais, motivado pela falta de vontade política dos governos e pelo poder da bancada ruralista no Congresso Nacional, colocava-se um desafio para os movimentos sociais no campo pela reforma agrária, podendo assim, se destacar: a luta dos povos indígenas pela demarcação de suas terras/territórios; a luta dos posseiros pela posse da terra e contra a exploração dos fazendeiros; a luta de camponeses de um modo geral contra os grandes projetos e obras, como construção de barragens que impactam o meio ambiente e expropriam famílias camponesas, como também a luta dos seringueiros da Amazônia pela demarcação das reservas florestais.

Todos esses movimentos no campo constituem-se como resistência ao processo de apropriação do capital em relação aos meios naturais: a água, o solo, as florestas, os minérios etc. São também movimentos espacializados pelo território

nacional em favor de uma reforma agrária que combata o latifúndio, a violência contra camponeses e povos indígenas e que garanta a terra para aqueles que vivem do trabalho na terra. Nesta luta, destaca-se o papel da CONTAG, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), da Via Campesina e, principalmente, do MST.

Os movimentos sociais do campo compreendem que uma reforma que provocará mudanças na estrutura fundiária, concentrada no Brasil, só vai acontecer a partir da ampla mobilização dos camponeses, visando à exposição para toda a sociedade do processo de domínio, de exploração e de espoliação dos meios naturais e de expropriação de camponeses, dos povos indígenas e suas terras; realizado pelo capital, pelos capitalistas, pelos latifundiários apoiados e protegidos pelo Estado. Assim, promovem a grilagem e a concentração da propriedade da terra. As ocupações de terras públicas e privadas e de terras improdutivas passou a se constituir como tática prioritária do MST, principalmente a partir dos anos de 1990, como forma de combater o avanço do capital no campo e acelerar a reforma agrária, intensificando o assentamento de famílias camponesas.

Entretanto, a modernização conservadora da agricultura, a expansão da fronteira agrícola para o avanço do agronegócio se colocam como entraves para a reforma agrária. As ocupações de terras lideradas pelo MST foram intensificadas na Amazônia, no Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, conseqüentemente, avivando os conflitos agrários. A resposta do governo Fernando Henrique Cardoso à propagação dos conflitos foi uma prática de repressão policial, no intuito de intimidar a luta no campo.

Com isso, além da violência cometida por fazendeiros através da pistolagem contra camponeses e líderes sindicais, as forças militares dos estados atuaram e atuam no sentido de reprimir o movimento. Exemplos dessa violência e criminalização promovida pelo Estado contra os camponeses e sem-terra foram: o massacre de Corumbiara, em Rondônia, do Eldorado dos Carajás, no Pará e do Pontal do Paranapanema, em São Paulo.

Para Oliveira (2007), no governo de Fernando Henrique Cardoso criaram-se estratégias para isolar, neutralizar e destruir o importante papel do MST na luta pela reforma agrária e implantar uma contrarreforma agrária, via mercado. Desenvolveu-se, também, a política de fortalecimento para a agricultura familiar; buscou-se uma negociação com movimentos sociais que não eram adeptos à tática da ocupação como estratégia de luta. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criou o

Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) com o objetivo de elaborar estudos para o desenvolvimento de políticas para o fortalecimento da agricultura familiar.

Assim, o governo de Fernando Henrique Cardoso apresenta a partir do seu segundo mandato (1999 a 2002) uma redução do número de assentamentos rurais. No período de 1995 até 1998, em termos gerais, foram assentadas mais de 83 mil famílias. Em 1999 assentaram-se em torno de 57 mil famílias e em 2000 foram assentadas somente 39 mil famílias.

O final do século XX e início do século XXI seriam marcados, no âmbito da economia internacional, pela aceleração da expansão das políticas neoliberais e pelo processo de mundialização do capital. O Brasil vem seguindo esta “rota”, principalmente, a partir dos anos de 1980. A partir de 1990, intensificam-se a abertura da economia nacional ao capital internacional e o processo de privatização dos serviços e empresas públicas essenciais ao desenvolvimento nacional. No campo, o capital e grupos econômicos envolvidos na produção de grãos e outros setores produtivos: Bunge, Citrosucos, Cargill, Votorantim, Nestlé, Aracruz, Friboi etc, todos ligados ao agronegócio, apropriam-se de mais territórios para a consolidação da mundialização da agricultura no Brasil.

Para fazer frente a esse processo de territorialização do capital no campo, é necessário, por parte do Estado e dos proprietários do capital nacional e internacional, a destruição dos movimentos sociais do campo e a desterritorialização dos camponeses e comunidades indígenas. Devido a isto, os conflitos no campo persistem com suas marcas históricas; no período de 2002 a 2011 foram registrados, de acordo com os dados da CPT (2011), 10.512 conflitos no campo, totalizando 6.217.926 pessoas envolvidas e 360 assassinadas.

Esses conflitos são uma resposta/resistência dos camponeses e indígenas, no campo brasileiro, à modernização da agricultura brasileira, agora, mundializada e contra a reforma agrária implementada pelo Estado. É uma resposta, também, para mostrar ao povo, aos intelectuais e tecnocratas do Estado e ao governo que o camponês tem conhecimento e precisa da terra para continuar produzindo alimentos básicos para a população e continuar existindo como categoria social.

O resultado do conhecimento camponês acumulado historicamente está na organização social, econômica, política e cultural camponesa. Em relação à

produção no campo, Oliveira compreende que os camponeses são responsáveis por partes significativas da produção agropecuária do país:

A pequena propriedade que detém apenas 20% da área ocupada do Brasil, foi responsável por 46% do valor da produção agropecuária e 43% da renda gerada no campo. Enquanto isso, as grandes propriedades que controlam mais de 44% da área ocupada total, foram responsáveis por apenas 21% do valor da produção e 23% da renda gerada. As médias propriedades que controlam 36% da superfície ocupada ficaram com a diferença, ou seja, 32% do valor da produção e 34% da renda (OLIVEIRA, 2007, p.151).

Mesmo com esta capacidade de participação na produção agropecuária, os camponeses, no Brasil, vêm lutando historicamente para tornarem-se camponeses proprietários de terra de direito. Proprietários para produzirem alimentos e matérias primas indispensáveis à sociedade brasileira. Proprietários que possuem uma base de conhecimento capaz de promover a sustentabilidade ambiental e social dos territórios camponeses.

No ano de 2003 foi elaborado o II PNRA na gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. De acordo com o “Novo Plano”:

Uma reforma agrária se faz com grandes metas. As diretrizes do II PNRA desdobram-se em metas que demonstram o compromisso com uma Reforma Agrária massiva e de qualidade, capaz de produzir uma profunda transformação no meio rural brasileiro e impulsionar um novo padrão de desenvolvimento com igualdade e justiça social, democracia e sustentabilidade social” (BRASIL, 2003).

As Metas do II PNRA – 2003/2006 foram:

Meta 1 – 400.000 novas famílias assentadas; Meta 2 – 500.000 famílias com posses regularizadas; Meta 3 – 150.000 famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário; Meta 4 – Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos; Meta 5 – Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado; Meta 6 – Implementar cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais; Meta 7 – Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas; Meta 8 – Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas; Meta 9 – Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária; Meta 10 – Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas; Meta 11 – Universalizar o direito à educação, à cultura e à segurança social nas áreas reformadas.

O Plano afirmava, ainda, que a reforma agrária é reconhecida como condição para a retomada do crescimento econômico com distribuição de renda e a construção de uma nação moderna e soberana. Mas, a realidade prática do II PNRA é que as metas não foram efetivamente cumpridas, pois, durante o período de 2003 a 2009 foram implementados 3.346 projetos de assentamentos; durante o ano de 2010 foram implantados apenas 205 projetos de assentamentos em todo o país (BERGAMASCO; ESQUERDO, 2013).

Quanto à reforma agrária do governo da Presidente Dilma Rousseff, pode-se afirmar que vem ocorrendo um retrocesso. Os movimentos sociais no campo têm-se posicionado contra o desempenho do governo em relação à reforma agrária. A prioridade do atual governo está em sintonia com o processo de modernização do campo através do agronegócio.

A política do atual governo para o agronegócio, de acordo com as projeções do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento até 2022/2023, é que o Brasil vai ter capacidade para abastecer anualmente um total de 200 milhões de brasileiros e gerar excedentes exportáveis para algo em torno de 200 países (BRASIL, 2013). Então, a política agrícola aplicada para garantir a expansão do agronegócio no país, seja como crédito de investimento, custeio e comercialização deve, igualmente, dar sustentação para o desenvolvimento de todas as cadeias produtivas. Para isto, o Estado deve incentivar os grupos econômicos e produtores ligados ao agronegócio. Esta política significa proporcionar a continuidade da modernização do campo brasileiro.

Isto significa que o Estado deve proporcionar uma maior infraestrutura espacial para garantir a produção e a circulação dos produtos, tais como: estrutura para armazenagem, vias de transporte intermodal rodoviário, ferroviário e aquaviário, eclusas nas hidroelétricas (BRASIL, 2013). Essa ação do Estado e do capital vai provocar mais conflitos no campo. Para continuar a expansão e o desenvolvimento do agronegócio, é necessária a apropriação e a transformação de novos territórios. Isto exprime a expropriação de camponeses e uma maior espoliação dos bens naturais para abastecer as “necessidades” da agricultura industrial e do agronegócio.

Assim, de acordo com o pensamento de Oliveira (2012), o que se constata no espaço agrário brasileiro nestes últimos anos é que a reforma agrária tem dado passos cada vez mais lentos, por causa, principalmente, da aliança entre governos,

latifundiários, proprietários de terras e grupos econômicos nacionais e internacionais ligados à agricultura industrial e ao agronegócio. O movimento no campo é bastante complexo, podendo-se destacar:

1. Aumento do número de conflitos pela terra por compreender que o campesinato brasileiro luta pela reforma agrária.
2. Esse tipo de luta leva à barbárie, pois é, sobretudo uma luta dos posseiros, os quais estão desprovidos das históricas instituições sociais, tais como FETAG, Central Única dos Trabalhadores (CUT), CONTAG, etc.
3. Aumento dos assassinatos de trabalhadores rurais, posseiros, ou seja, de camponeses de um modo geral.
4. Persistência da pobreza no campo, ou seja, 47% dos considerados miseráveis estão no campo.
5. O avanço cada vez mais rápido do agronegócio ligado ao cultivo de soja, ao plantio de cana-de-açúcar, do eucalipto, e expansão da pecuária, principalmente, nos Estados de Tocantins, sul do Piauí, Sudoeste do Maranhão, estados do Pará e Amazonas.
6. A conjuntura política de 2002 a 2012, isto é, ao longo de 10 anos, a reforma agrária do Estado, no que se refere à política de assentamentos rurais está, praticamente, estagnada.

Perante esta análise, percebe-se que a realidade política e social do espaço agrário brasileiro, nesta primeira década do século XXI, aponta para enormes desafios tanto para os camponeses quanto para as entidades sindicais rurais: a continuidade da luta, a organização política, as mobilizações e ocupações de terra por camponeses, uma reforma agrária que garanta a sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida no campo.

### **3.4 A concepção de sustentabilidade disseminada no contexto de uma sociedade global**

Para compreender as formas de resistência e luta do campesinato, em qualquer que seja a esfera (global, nacional, regional, estadual ou municipal), faz-se necessário entender o contexto da sociedade/mundo em sua plena complexidade, em diversos níveis: econômico, social, cultural e ambiental, sedimentados no modo de produção capitalista que pela sua própria essência de produção e reprodução, procura homogeneizar o modo de vida, o consumo, a cultura, as relações de trabalho e, as diversas formas de acumulação e exploração das mais variadas categorias sociais que vivem do trabalho, através do trabalho. (THOMAZ JÚNIOR, 2006).

A história e/ou o processo evolutivo da humanidade é marcado por contradições econômicas, sociais, políticas ou territoriais. Momentos históricos sempre conflitivos. Mas, há um consenso nos estudos voltados para o entendimento e compreensão da “nova sociedade” ou do “mundo” que emerge a partir dos séculos XVII, XVIII e XIX, especificamente, a Europa Ocidental: a edificação de uma sociedade moderna; a formação de uma sociedade intrínseca às relações capitalistas de produção, a produção do conhecimento científico como instrumento de transformação social e econômica e a produção industrial (intensificada pelas duas revoluções industriais) como a principal atividade para o desenvolvimento econômico e produção de riqueza.

Neste sentido, a natureza inserida nesta “nova” sociedade transforma-se em mercadoria. Impulsiona-se a exploração dos recursos naturais para garantir a demanda do parque fabril capitalista, a mundialização da mais-valia e profundas transformações no mundo do trabalho, causando fortes impactos nos movimentos populares de resistência a esta ordem econômica, sejam movimentos sociais operários ou movimentos sociais camponeses (THOMAZ JÚNIOR, 2006).

Essa sociedade evoluiu nos últimos três séculos, marcada por rápidas e profundas transformações decorrentes de crises econômicas, conflitos políticos e de guerras entre nações (Primeira e Segunda Guerras Mundiais) e conflitos em regiões urbanas (engendrados por operários e manifestações populares) e os espaços agrários (impulsionados por diversas categorias de camponeses).

O processo de urbanização desse novo tipo de sociedade em direção a outros espaços mundiais (parte da Ásia, da África, Oceania e continente americano), impulsionado pela globalização do capital, desencadeia uma nova ordem socioeconômica e faz desaparecer (através de processos históricos econômicos e conflitivos) uma mobilidade socioeconômica espacial, construída anteriormente.

Deste modo, as sucessivas revoluções industriais ou “momentos técnicos”, provocaram uma maior dinâmica no ritmo evolutivo da sociedade mundial (embora com diferenciações regionais e locais), contribuindo para um mundo cada vez mais acelerado, a começar do século XX, em especial, quando se analisa esse processo de modernização a partir da segunda metade dos anos 1950. Acelerou o processo de uma sociedade global inserida em contradições socioeconômicas e ambientais.

Santos (2005) explica que o meio técnico-científico-informacional é caracterizado pelo conhecimento científico, ou seja, configura a presença da ciência

e da técnica, envolvido no processo de modelação e remodelação dos territórios fundamentais para a consolidação dos processos produtivos hegemônicos.

Esse processo contribuiu para acelerar a globalização da economia. Marcou o período da mundialização das empresas e da internacionalização da produção. O território é reestruturado a partir da inserção das técnicas, impulsiona os fluxos, facilitando, desta forma, a circulação. Neste território tecnificado aumenta a capacidade e a velocidade da reprodução do capital (SANTOS, 1997; 2005).

A tecnificação dos territórios agrícolas no Brasil está associada ao advento da Revolução Verde e ao processo de tecnificação do território brasileiro a partir da segunda metade do século XX. Assim, ocorre a interligação das estradas de ferro, das estradas de rodagem federais e estaduais, contribuindo para o processo de integração territorial do País.

A condição técnica constitui-se como fundamental à remodelagem do território. O conhecimento científico ligado às áreas da biotecnologia e dos sistemas de engenharia vão proporcionar as condições necessárias para o desenvolvimento de uma agricultura moderna, sustentada com o uso de equipamentos técnicos e insumos. Esse processo foi historicamente mais intenso nas regiões Sudeste e Sul e, mais recentemente na região Centro-Oeste. Elias (2006) sintetiza que nessas regiões concentram-se os principais territórios agrícolas, os quais passaram por transformações nos últimos quarenta anos e que possuem e desenvolvem arranjos produtivos concentrados por empresas nacionais e multinacionais, controladoras dos sistemas agroindustriais.

Os desequilíbrios socioeconômicos estão marcados pelas disparidades econômicas entre países, mercados econômicos ou em uma escala social, entre estados, municípios e cidades em nível global. Em relação às questões sociais, as desigualdades são históricas, e caracterizadas pela fome, precárias condições de moradia, saúde e saneamento básico e, principalmente, pelo aumento do desemprego em esfera global.

Essas desigualdades econômicas e sociais intensificaram-se a partir do advento do mundo moderno e do desenvolvimento do processo de globalização da economia, impulsionadas pelas relações de produção capitalista. Essas contradições também foram inerentes ao modelo soviético, baseado na economia estatizada, planejada e pela ideologia do Estado. Kurz (1997, p. 91), explicando o advento do mundo moderno e suas contradições, cita:

Na história do mundo moderno houve sempre o entrelaço mais ou menos hostil de dois ou mais princípios: Mercado e Estado, economia e política, capitalismo e socialismo. A luta do homo economicus e do homo politicus renovou-se, constantemente, a cada surto de modernização, a cada crise os “individualistas” e os “coletivistas”, os livres empresários e os planejadores da economia, os gerentes de empresas e os burocratas estatais, os defensores do liberalismo econômico e os intervencionistas, os adeptos do livre comércio e os protecionistas enfrentam-se em combates.

Os impactos ambientais manifestaram-se em todas as escalas: mudanças climáticas em nível global, o comprometimento da camada de ozônio que é vital para a vida na Terra, a poluição das águas superficiais, deteriorização das condições de fertilidade do solo provocada pelo desmatamento e pela utilização de agrotóxicos, desmatamento da cobertura vegetal original pela ação da indústria madeireira e expansão da bovinocultura e soja. Ocorre a substituição da cobertura vegetal original por vegetais do tipo eucalipto para fins industriais, etc.

Os impactos ambientais intensificaram-se a partir dos “momentos técnicos”, da consolidação das relações capitalistas de produção e do próprio processo de globalização da economia mundial, do modelo de desenvolvimento engendrado pela sociedade e associado a três condições básicas:

A primeira condição dos impactos ambientais dar-se-á por conta da exploração dos meios naturais. A água, o solo, a cobertura vegetal original e os minerais devem ser explorados para abastecer as indústrias e fábricas, os quais serão transformados em produtos para satisfazer as “necessidades” da sociedade de consumo.

A segunda, os impactos ambientais estão associados às práticas da agricultura moderna, tecnicizada e mundializada. E a terceira, a agricultura desenvolve-se a partir da associação com a grande propriedade, o latifúndio e as grandes corporações nacionais e internacionais, apoiadas pelo Estado e que se constituem nas forças que impulsionam a exploração e espoliação da natureza (PORTO-GONÇALVES; ALENTEJANO, 2010).

Camponeses e povos indígenas que vivem do trabalho, através do trabalho são destituídos dos meios naturais, agora, apropriados pelo capital. A pobreza, o desemprego e a violência existentes no campo e que envolvem esses povos estão associados a esse processo.

A economia capitalista desenvolveu-se como um sistema dissociado da natureza. Assim, as práticas de domínio da natureza através da apropriação dos

meios naturais pelo capital, negam a dimensão ecológica. Portanto, a economia da sustentabilidade caracteriza-se pela noção de crescimento econômico associado à preservação do meio ambiente e pela capacidade de sustentação dos ecossistemas. Cavalcanti (2009, p. 18), explica que essa concepção “necessita de uma análise multidimensional, multidisciplinar, que dê conta, no processo econômico, das referências físico-biológicas, geológicas, químicas – dentro do que se encaixe as estruturas da economia”.

Dentre os problemas engendrados por esta sociedade capitalista, os de maiores complexidades de caráter estrutural referem-se ao desemprego e ao crescimento da pobreza. Envolvem, de forma crescente, os países considerados desenvolvidos e ricos, emergentes e subdesenvolvidos. O maior crescimento da pobreza em nível global está associado às transformações estruturais ocorridas durante a modernização conservadora no mundo do trabalho.

### **3.5 As estratégias para a reprodução do capital e as discussões para uma sociedade sustentável**

Foi com o surgimento e aguçamento da crise mundial do capitalismo, no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, que foi instituído a partir dos países capitalistas desenvolvidos, um conjunto de mudanças e transformações no próprio processo de produção de mercadorias. Para Antunes (1999, p. 10), esse processo deu-se:

Através da constituição das formas de acumulação flexível, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, onde se destaca principalmente o “toyotismo” ou modelo japonês. Estas transformações, decorrentes da própria concorrência intercapitalista (num momento de crise e disputas intensificadas entre os grandes grupos transnacionais e monopolistas) e, por outro lado, da própria necessidade de controle das lutas sociais, acabaram por suscitar a ruptura do capital à sua crise estrutural.

O que se compreende na trajetória da evolução das relações capitalistas de produção é um nível de relação global bastante complexa, denominada de mutação contemporânea. Veiga (2005, p. 03) identifica cinco pontos fundamentais desta nova ordem:

a) maior intensificação econômica nas e entre as regiões do mundo, ainda que com conseqüências multifacetadas; b) novas dificuldades

e abalos de velhas oligarquias, ambas provocadas pela competição inter-regional; c) ampliação de problemas transnacionais e transfronteiriços (lavagem de dinheiro ou disseminação de OGMS – Organismos Geneticamente Modificados; d) Expansão das formas de gestão internacional – como a União Européia (UE) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que trouxe novas interrogações sobre o tipo de ordem mundial a ser construído; e) exigência de novas maneiras de pensar e das respostas criativas sobre as futuras formas democráticas de regulação política.

Essas contradições são mais acentuadas nos países subdesenvolvidos e/ou emergentes, pois foram submetidas a uma ordem da dominação política, econômica e cultural secular em decorrência do processo de expansão colonial, a partir principalmente, do século XVI. Assim, mesmo com resistência das populações locais, a “ordem moderna” se impõe, fortalecendo a exclusão social da imensa maioria das populações urbanas e rurais da América Latina e África, principalmente.

Essa trajetória ou modelo de desenvolvimento do modo de produção capitalista instituído historicamente, através dos diversos processos de reprodução do capital, do poder político e ideológico engendrado pelas classes dominantes continuamente passou por tensões sociais em busca de ordem social e de produção econômica alternativa que proporcionasse o fim da exploração do homem através do trabalho, sem contradições sociais.

Mas, somente a partir da segunda metade do século XX, se aprofundam as discussões sobre o atual modelo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, que foi redimensionado a partir da crise econômica do final dos anos de 1929. Para enfrentar os desafios da crise mundial, não somente econômica, mas também política e social, era mister a constituição de um Estado desenvolvimentista; por fim aos conflitos entre nações; estabelecer regimes demográficos e superar o atraso econômico e social.

A concepção de desenvolvimento foi sempre associada ao crescimento econômico (VEIGA, 2005) e que foi reforçada pela conjuntura política, econômica e social da primeira metade do século XX. Para reconstruir a economia mundial e consolidar o processo de globalização, iniciou-se um período de reformulação nas políticas de desenvolvimento do capitalismo na qual o Estado passou a ser o planejador e o gestor das importantes questões econômicas e sociais.

A atual ordem econômica já ultrapassa a primeira década do século XXI e percebem-se, pelo viés da realidade econômica, social e ecológica, dois grandes eixos de compreensão: um centrado nos teóricos defensores do capitalismo, os

quais afirmam que foi a partir do advento do modo de produção capitalista que a humanidade atingiu um elevado patamar de desenvolvimento técnico-científico capaz de eliminar patologias, evitar impactos ambientais, produzir uma diversidade de gêneros alimentícios para o consumo humano. O outro pontua que nessa sociedade capitalista global vive-se um grande paradoxo engendrado pelo próprio modo de produção capitalista: de um lado, o aumento da riqueza material e de outro a espacialização da pobreza em todos os continentes. Buarque (1999, p.225-226) sintetiza:

Na economia de livre mercado, a pobreza cresce a cada dia em relação ao aumento progressivo da prosperidade que é essencialmente concentrada. O mecanismo eficaz de produção de riquezas prova, ao mesmo tempo, aumento das desigualdades socioeconômicas, aprofundando a exclusão e tormentos coletivos em face dos sofrimentos físicos e morais gerados.

Mesmo com a difusão das discussões teóricas sobre princípios e desafios rumo à economia de sustentabilidade, na qual se insere a concepção de desenvolvimento sustentável, perseguido a partir dos anos de 1970, pela publicação de estudos sobre limites do crescimento, sobre a relação histórica da sociedade capitalista com a natureza, realização de conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), a trajetória de injustiça social, o desequilíbrio econômico mundial, os impactos ambientais globais, as manifestações populares urbanas e rurais constituem uma realidade espacializada em todos os continentes.

Buhr (2004) já adverte que o mundo capitalista funciona como um sistema, um conjunto, atravessa uma crise estrutural global. Por isso esta ordem global busca novas formas de reprodução do capital como a reestruturação produtiva, expansão do agronegócio, mundialização da agricultura, etc. É neste sentido que conflitos e tensões sociais são inerentes ao próprio processo de produção e reprodução das relações capitalistas.

Esse processo de expansão do capital e modificação das relações de trabalho são explicados por Binsztok (2008), quando analisa as recentes transformações ocorridas no campo brasileiro, na Amazônia e, particularmente, na porção central do Estado de Rondônia. Em decorrência dos antigos projetos de colonização do INCRA, ocorreu uma grande concentração de pequenos produtores especializados, principalmente em horticultura, produção de leite e cafeicultura. Produção esta

dedicada em nível local, nacional e internacional. Contudo, a expansão do capital através do agronegócio e outras atividades têm provocado fortes impactos ambientais na região:

A expansão da cultura da soja, proveniente do Norte do Mato Grosso, dirigida pelos Grupos Maggi e Cargill; avanço sem precedentes da pecuária, envolvendo pequenos, médios e grandes pecuaristas; construção de cadeias nacionais de frigoríficos e de exportação como Friboi e Independência; intensa atuação das Madeireiras e a retomada de intervenções governamentais, representados pelo Complexo da Madeira, destinado a atenuar o atual déficit energético do País. Estas transformações estão contribuindo para o aumento do desmatamento e da depredação dos recursos naturais, com sérias repercussões a nível nacional e internacional (BINSZTOK, 2008, p.3-4).

Como forma de contrapor essas práticas convencionais que impactam o meio ambiente, segmentos comunitários com a participação de setores progressistas da Igreja Católica decidiram investir e desenvolver as práticas agroecológicas, pois, além de conservar os meios naturais tinham a garantia de produzir alimentos de qualidades biológica superior à produção convencional.

Mas, três ordens de fatores impuseram limitações a estas práticas agroecológicas: os requisitos e normas impostas pelas instituições certificadoras das práticas agroecológicas; a apropriação da agricultura orgânica por empresas transnacionais e, por último, desvalorização do dólar. Esses três fatores têm contribuído para que agricultores, antes envolvidos com práticas agroecológicas, retornem às práticas e uso de técnicas convencionais, norteadas pelo intenso uso de agrotóxicos (BINSZTOK, 2008).

A ampla disseminação do termo sustentabilidade nos meios científicos, nas políticas de Intervenção do Estado e nas organizações sociais é consequência dos impactos ambientais – poluição e degradação do meio, crise de recursos naturais, energéticos e de alimentos os quais surgiram nas últimas décadas do século XX e compreendidos como crise de civilização. Nesse contexto, questiona-se a racionalidade econômica e tecnológica dominante.

Esta problemática tem sido debatida e explicada a partir de diferentes perspectivas ideológicas. Por um lado, é percebida como resultado da pressão exercida pelo crescimento da população sobre os limitados recursos naturais. Por outro, é entendida como efeito da acumulação de capital e da maximização da taxa de lucro e curto

prazo, que induzem padrões tecnológicos de uso e ritmos de exploração da natureza, bem como formas de consumo que vem esgotando as reservas de recursos naturais, degradando a fertilidade dos solos e afetando as condições de renovação dos ecossistemas naturais (LEFF, 2010, p. 31).

A instituição de uma sociedade sustentável, passa pela construção de uma nova economia fundada em princípios de racionalidade ambiental. Passa pelo compromisso de assumir desafios que implicam a reconstrução do paradigma da economia. Leff (2010, p.31), explica que a construção desse novo paradigma econômico:

A economia precisa de um descentramento, de uma ruptura e uma refundamentação semelhantes, que acabem com a supereconomicização do mundo, com centralidade e o domínio da razão econômica sobre outras formas de racionalidade e formas de ser do mundo. Não será fácil fazê-lo, mas é a única maneira de passar à sustentabilidade.

O conceito de desenvolvimento sustentável perseguido nos últimos quarenta anos, através das conferências da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, é compreendido como uma nova forma do desenvolvimento: uma articulação entre eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica. Mas a adoção de projetos nos mais variados campos eco-sócio-econômicos para países subdesenvolvidos da América Latina, África e Ásia, principalmente, não têm contribuído para eliminar os problemas sociais e ambientais das populações desses continentes. Esta “nova” perspectiva é mais uma confirmação dos interesses do capital em dar sequência ao domínio e expansão do capital sobre a natureza.

Como abordar a sustentabilidade em um sistema econômico que, na sua essência, gera contradições e exclusão social? Na visão de Mészáros esse processo é histórico e já era compreendido por Marx em 1858 da seguinte forma:

O “cantinho do mundo” de que Marx falou em 1858 já não é mais um cantinho: os sérios problemas da crescente saturação do sistema do capital lançaram suas sobras por toda parte. A histórica ascendência do capital está hoje consumada naquele “terreno bem mais vasto” cuja desconcertante existência Marx teve de reconhecer em sua carta de 18 de outubro de 1858 para Engels. Vivemos hoje em um mundo firmemente mantido sob as rédeas do capital, numa era de promessas não cumpridas e esperanças amargamente frustradas, que até o momento só se sustentaram por uma teimosa esperança (MÉSZÁROS, 2011, p. 37).

Contudo, expressar sustentabilidade e desenvolvimento sustentável na sociedade capitalista requer uma discussão crítica na forma de apropriação, de produção e de consumo dos bens naturais. Até porque, as possíveis formas de aproveitamento sustentável desses recursos são determinadas pelas condições de expansão da economia de mercado. Para Leff (2010, p. 63):

As estratégias políticas orientadas à solução da problemática ambiental e à geração de um desenvolvimento sustentável, fundado no aproveitamento integrado de recursos requerem uma análise teórica das causas profundas das crises do capital e de suas próprias estratégias de sobrevivência (por exemplo, as atuais políticas neoliberais, a expansão dos mercados regionais, a liberação do comércio mundial e os avanços recentes da ciência e da tecnologia).

Mas, num sistema global ocorre uma aceleração das políticas neoliberais e da expansão dos mercados regionais que irão fortalecer a “globalização” e isto significa o desenvolvimento necessário de um sistema internacional de dominação e subordinação (MÉSZÁROS, 2011).

A racionalidade instituída no contexto da sociedade capitalista é aquela que se fundamenta numa ordem econômica que toma por base o crescimento a qualquer custo. Esta racionalidade firma-se num mundo mecanicista que se sustenta ideologicamente pelo papel da tecnociência instrumentalizada, amplamente utilizada a serviço do grande capital, do próprio Estado.

A racionalidade técnica determina outras concepções de racionalidade, como a produtiva, a econômica, a ecológica e etc., intrínsecas ao sistema de produção capitalista, apropriando-se dos bens naturais e impulsionando as atividades econômicas. Nesta trajetória, utilizam tecnologias poluentes e destruidoras dos bens naturais. Desenvolvem, também, um sistema de valores na própria sociedade, objetivando proporcionar a expansão ilimitada do consumo material.

A construção de uma racionalidade produtiva alternativa depende de mudanças e transformações nas condições econômicas, tecnológicas e políticas que determinam as formas dominantes de produção. Essas formas dominantes de produção estão confirmadas ideologicamente em uma concepção: a sociedade tem o domínio da natureza e que seus recursos são indispensáveis para a existência da própria sociedade. Se um dos princípios do capitalismo é o lucro, é lógico que esses recursos tornam-se mercadorias, as quais vão gerar lucros que, por sua vez, vão reproduzir o capital. Leff (2010 p.63), explica que:

Assim, colocar em prática princípios e estratégias do ecodesenvolvimento provou ser mais complexo e difícil que a simples internalização de uma “dimensão” ambiental dentro dos paradigmas econômicos, os instrumentos do planejamento e das estruturas institucionais que sustentam a racionalidade produtiva prevalecente.

Esta racionalidade produtiva intensifica o aumento da exploração de produtos primários (os produtos primários da natureza são limitados) de que depende a vida, provocando o entropismo da natureza. Esta lógica é comandada pelos países desenvolvidos na medida em que importam matérias primas e energia dos países periféricos, exportam para estes seus rejeitos sólidos, líquidos e gasosos.

Esta racionalidade produtiva prevalecente intensifica a exploração e espoliação dos meios naturais. Com esta prática, expropriam-se os camponeses e os povos indígenas dos seus territórios; precarizam-se as condições de vida e de trabalho daqueles que vivem do trabalho, através do trabalho. O capital, no seu processo de expansão, “descobre esses “novos” territórios” reestruturando-os, remodelando-os de acordo com os interesses das classes dominantes. O avanço tecnológico e a reestruturação produtiva do capitalismo reforçam o desemprego estrutural.

Assim, pode-se falar em insustentabilidade do desenvolvimento sustentável, compreendendo-se que a própria lógica de produção das relações capitalistas de produção, redimensionada pelo acúmulo do conhecimento científico e sustentada ideologicamente em um contexto global que nega a consolidação de uma ordem sustentável em todas as dimensões: política, social, econômica e ambiental.

Mas o Estado articula ações e decisões no sentido de convencer a sociedade a incorporar os ideais e práticas de sustentabilidade envolvidas em um contexto ideológico, em que é possível, na economia de mercado, garantir a sustentabilidade na sociedade capitalista. “O modelo de desenvolvimento sustentável propõe saídas no ecoturismo. A venda de mercadoria verde, nas quais áreas verdes paisagísticas, praias, montanhas são vendidos em benefício da lógica da reprodução do capital” (CONCEIÇÃO, 2004, p. 87).

Um exemplo desta articulação foi o Documento Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20. Este Documento sinaliza para a consolidação da chamada “economia verde”. Paula e Morais, (2012, p.3) sintetizam que:

De acordo com o Relatório Publicado pela ONU em 2011 Towards a green economy: pathways to sustainable development and poverty eradication, a “economia verde”, se caracterizaria por possuir, entre outros traços, o reconhecimento do valor do capital natural e investimento nele, a promoção e utilização mais eficiente de recursos e energia; conservar e recuperar o capital natural e contribuir para a redução da pobreza.

Para garantir o avanço da “economia verde”, é necessário o papel do Estado como órgão que deve institucionalizar as novas marcas regulatórias e de controle para uso sustentável das florestas. Paula e Moraes (2012, p.6) estabelecem assim duas iniciativas conjugadas:

- I- Institucionalizar, regulamentar e intensificar o Manejo Florestal Sustentável (MFS), com vistas a imprimir uma nova racionalidade na extração e exploração de madeira.
- II- Promover um reordenamento, incentivando, entre outros, a criação de unidades e conservação para fins de uso sustentável na forma de propriedade pública estatal.

Mas, o ideário de compatibilização entre o desenvolvimento capitalista e a conservação ambiental ocorreu com o advento do Relatório Brundthand, aprovado em 1987, no âmbito da ONU. O referido relatório marcava uma nova concepção de desenvolvimento no contexto da ordem econômica capitalista: o “desenvolvimento sustentável”. “Este capaz de assegurar as necessidades do presente, sem comprometer as necessidades das gerações futuras”.

Desta forma, o capital se apropria dos bens naturais com um discurso ideológico de desenvolvimento sustentável, investimento no capital natural significa produzir recursos energéticos, conservar e recuperar esse mesmo capital e contribuir para a redução da pobreza. Esse modelo não é sustentável, pois à medida que incorpora novos territórios e seus meios naturais, promove conflitos com povos indígenas e comunidades camponesas, expropriando-os da natureza.

Deste modo, compreende-se o sentido ideológico dos discursos e das políticas de desenvolvimento sustentável. Vive-se em uma sociedade de consumo em que todos os bens primários são transformados em mercadoria e proporcionam lucros. Nesse contexto, o sentido de sustentável significa nova investida do capital para continuar apropriando-se dos meios naturais.

A situação é ainda mais complexa quando se analisam os ideais e as intervenções de políticas de desenvolvimento sustentável para os países subdesenvolvidos periféricos. Assim:

A perspectiva do desenvolvimento sustentável nos países periféricos está diretamente relacionada às políticas governamentais locais em sintonia com a política neoliberal, que estabelece o que e como se produzir. Seus objetivos não se limitam à satisfação e necessidade da população como um todo enquanto condição de uso, mas à determinação de entendimento ao programa do BIRD, sob o controle das instituições financeiras, o FMI e o Banco Mundial (CONCEIÇÃO, 2004, p. 87).

A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável torna-se concreta diante da tendência do desemprego crônico, da precarização nas condições do trabalho; da proliferação de governos corruptos violência urbana, conflitos agrários, desmatamento das florestas tropicais e equatoriais; fomento ao comércio de madeiras e à expansão do agronegócio ligado à agricultura e à pecuária, à poluição das águas superficiais e degradação do solo.

Assim, as ideias de sustentabilidade articuladas pelo Estado capitalista para resolver a crise do capital contribuíram para desdobramentos mais complexos no campo dos processos produtivos: apresentam-se diferentes formas de contratação, estratégia de dominação no que se refere às novas relações interfirmas, fechamento e/ou transferência de unidades produtivas em várias regiões do espaço mundial e, principalmente, diversas ações no campo do planejamento, ações políticas, as quais redimensionam a territorialidade da sociedade e da luta de classe. Todas essas atitudes objetivam proteger o capital (THOMAZ JÚNIOR, 2006).

Diante deste contexto, é necessário discutir o desenvolvimento sustentável a partir de outras perspectivas, de outras dimensões, pois o modelo de desenvolvimento vigente está relacionado com o crescimento econômico, a uma economia competitiva, centrada nas grandes corporações econômicas capitalistas. Crescimento econômico e lucro a qualquer custo em detrimento de um desenvolvimento social que preserve os bens naturais.

As estratégias rumo a consolidação de uma sociedade sustentável passa pela incorporação das seguintes dimensões: ecológica, social, econômica, cultural, política e ética. Essas dimensões serão analisadas com maior profundidade no

capítulo 5, que trata do modo de vida camponês dos Assentamentos do Quilombo e do Mocambo.

O processo de transformação das relações de produção capitalistas, especificamente, no mundo do trabalho na esfera global tem constatado um conjunto de ações, atitudes econômicas e políticas, seja no campo do planejamento ou da violência promovida pelo aparato militar do Estado, no sentido de garantir a apropriação da riqueza produzida pela classe que vive do trabalho, na cidade ou no meio rural.

Um dos setores da economia capitalista que vem passando por grandes transformações é o setor agrário, principalmente, nos países subdesenvolvidos fornecedores de matérias-primas para o mercado dos países ricos e ao mesmo tempo consumidores de insumos agrícolas controlados pelas multinacionais deste setor. Os desdobramentos e problemas sociais, especialmente para os camponeses, são uma realidade nesses países.

Montenegro (2010) explica o processo de intervenção do Estado Neoliberal na América Latina como uma forma de apropriação e domínio dos recursos naturais para “alimentar” a máquina capitalista. As consequências desse processo são os conflitos entre os proprietários do capital (com a intervenção do Estado) e os camponeses.

Por isso, o processo de modernização do campo no caso brasileiro vai ocorrer de forma mais acelerada a partir da segunda metade do século XX. Este processo no Brasil faz parte de uma ordem global, norteadas pelos países desenvolvidos, Estados Unidos da América, Europa Ocidental e Japão, dominadores das tecnologias avançadas e das grandes empresas multinacionais.

A partir da segunda metade do século XX, o mundo rural vai passar por mudanças nos ramos da produção. Foi o período em que o componente técnico-científico tornou-se importante no processo produtivo. As transformações nas relações de poder seriam permeadas pela tecnologia.

A Revolução Verde foi impulsionada pela rede internacional do Centro de Pesquisa Agrícola, objetivando a expansão e difusão dos pacotes tecnológicos, fundamentalmente, para os países subdesenvolvidos. Foi um verdadeiro complexo técnico-científico-informacional, financeiro e educacional para a formação de profissionais nas áreas da engenharia mecânica, agrônômica, química e da biotecnologia. Todo esse complexo a serviço do capital, dos grupos econômicos

nacionais e internacionais para intensificar uma agricultura tecnificada e empresarial, a partir da utilização de energia, fertilizantes, pesticidas químicos, sementes sintéticas, maquinário agrário, etc (PEREIRA, 2011; PORTO-GONÇALVES, 2011).

No processo de consolidação da Revolução Verde, o papel dos Institutos Nacionais de Pesquisas em parcerias com universidades americanas contribuíram para o processo de americanização dos sistemas agroalimentares nacionais (PEREIRA, 2011).

A Revolução Verde abrange etapas como a implantação deste modelo de produção no meio rural dos países subdesenvolvidos da América Latina e da Ásia, especialmente; caracterizam-se pela expansão das técnicas utilizadas por empresas ligadas aos ramos da produção agropecuária e, mais recente, às descobertas no ramo da biotecnologia, que impulsionam o desenvolvimento de organismos geneticamente modificados ou transgênicos, seja material biológico de plantas ou animais.

Esse avanço tecnológico que atingiu vários países da América Latina, chamado de Revolução Verde – é caracterizado por suas sementes híbridas e seus mais novos desdobramentos: a biotecnologia dos transgênicos e de plantio direto. Esse processo vem sofrendo mudanças ecológicas, sociais, políticas e culturais. Porto-Gonçalves (2011, p. 225) explica que:

Essas importantes transformações nas relações de poder por meio da tecnologia começaram a ganhar concretude ainda nos anos de 1950 quando mais de 70% da população habitava o mundo rural. Temos experimentado todos os dias nos enormes aglomerados humanos urbano-periféricos, sobretudo na América Latina e no Caribe, o que vem significando essa desruralização da população, sobretudo nos anos de 1970 para cá, muito embora essa desruralização ainda não tenha atingido a maior parte da humanidade.

As inovações técnicas e organizacionais na agricultura brasileira vão determinar um novo uso da terra pelo capital. As novas práticas agricultáveis, mais velocidade da circulação de produtos e de informações, disponibilidade de crédito etc. Santos (2005), explica que esse processo no Brasil vai permitir uma reinvenção da natureza a partir da modificação do solo, criando sementes em laboratórios. É o novo uso agrícola do território no período técnico científico-informacional.

Além do objetivo de expansão das tecnologias para a modernização da produção do espaço rural, essencialmente na agricultura, a Revolução Verde iria cumprir uma importante função política e ideológica para o capital. Esta Revolução desenvolveu-se, também, com o objetivo de deslocar o sentido social e político das lutas contra a fome, e a miséria existente nas várias regiões da Ásia, América Latina e Caribe. Porto-Gonçalves (2011, p. 126) pontua que a “grande marcha de camponeses lutando contra a fome brandindo bandeiras vermelhas deixaram fortes marcas no imaginário”. Daí, a Revolução Verde buscou despolitizar o debate da fome atribuindo-lhe um caráter meramente técnico, escamoteando, desta forma, a essência do Estado.

Esse caráter técnico vai prevalecer na agricultura brasileira, contribuindo para a condição do processo de internacionalização de grande parte das atividades agrárias, comandadas por grupos econômicos nacionais e internacionais, além de ter sido um período marcado por grandes conflitos no campo, por lutas impulsionadas por camponeses na defesa de uma reforma agrária para a classe que vive do trabalho, da terra.

A expansão do modo de produção capitalista no campo ocorre através de um processo denominado de sujeição da renda da terra ao capital e esse processo se concretiza por dois momentos; no primeiro, o capital se apropria da terra através da compra objetivando a exploração ou a venda mediante a especulação; no segundo, a partir da subordinação da produção do camponês. É a partir desse processo que o capital reúne as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra (MARTINS, 2010).

A atuação do capital na apropriação da terra, conformada e legitimada pela ação do Estado, consolida uma agricultura voltada, principalmente, para o mercado externo. Em contrapartida, o aparato do poder armado público e privado pretende desmontar as organizações dos movimentos sociais rurais. Apesar da resistência camponesa, esse processo tem contribuído para o avanço de uma agricultura tecnificada.

A agricultura submetida nas relações de produção capitalista tem contribuído para a destruição, em grande parte, da diversidade cultural e de conhecimento existente na vida dos camponeses. É uma agricultura que prioriza produção, produtividade, conhecimento científico, inovações tecnológicas, concentração da terra e que, na atualidade, está sedimentada pelo agronegócio.

A modernização do campo brasileiro é caracterizada por Oliveira (2010), como modernização conservadora, pois expulsa os povos para as cidades, aguça conflitos por terras, aumenta a concentração fundiária, contribui para o assalariamento de camponeses que passam a vender sua força de trabalho para o capital nas atividades da agricultura, pecuária e mineração. É, também, conservadora porque suas práticas produtivas envolvem modernas tecnologias e causam degradação ao meio ambiente. Esse processo de modernização no campo brasileiro coincide com o advento das discussões do chamado desenvolvimento sustentável.

Essa modernização conservadora é resultado de um conjunto de políticas e estratégias de desenvolvimento instituídas no âmbito do Estado que preconizava a substituição das florestas e da economia extrativa subjacente a uma agricultura pautada nos cânones da Revolução Verde. (PAULA; MORAIS, 2013, p.4). Esse processo tem contribuído para a expansão da fronteira agrícola para a Amazônia brasileira, intensificando o aumento de conflitos para indígenas e camponeses.

Em primeiro lugar, a noção de sustentabilidade emerge para as ciências sociais e práticas sociais a partir da influência dos movimentos ecológicos e ambientalistas, críticas contrárias ao advento da produção industrial que, no espaço rural, assumiram e impuseram pacotes tecnológicos da Revolução Verde e, no Brasil, o Estado capitalista priorizou a adoção de subsídios de créditos para estimular a grande produção agrícola, as esferas agroindustriais, as empresas de maquinários e de insumos industriais.

A crítica a esse modelo de desenvolvimento da agricultura que é socialmente conservadora, caracteriza-se por três componentes: a técnica, a social e a econômica (MOREIRA, 2007). Esses componentes vão contribuir para ampliar as contradições sociais no campo.

A crítica ao componente da técnica manifesta-se por conta dos impactos causados ao meio ambiente. O uso intensivo dos agrotóxicos que provocam a contaminação das águas dos rios, riachos e das águas subterrâneas; o envenenamento dos alimentos; o desmatamento das florestas e matas; destruição do solo e o assoreamento dos rios. De um modo geral, o advento da técnica implica perda da biodiversidade.

Quanto à crítica social, pode-se afirmar que os impactos causados pela modernização tecnológica são extremamente conservadores, pois têm provocado a

exploração da força de trabalho rural, a precarização das condições de trabalho com prática de trabalho escravo, incluindo o trabalho infantil, feminino e até o da terceira idade e o êxodo rural de camponeses para as cidades.

A expansão da fronteira agrícola, a partir de 1970, para a consolidação de uma agricultura sedimentada no agronegócio contribuiu para concentrar a propriedade da terra em poder de grupos privados nacionais e internacionais. Aumentam e agravam os conflitos desenvolvidos por proprietários de terras e do agronegócio em relação aos camponeses e indígenas. Moreira (2007, p. 160) explica que: “a elevada concentração da propriedade da terra e a distribuição da propriedade e dos recursos produtivos de origem industrial, conformam uma formação social capitalista no Brasil de exclusão social”.

Essa exclusão social não é apenas condição para as populações rurais, mas também foram estendidas às populações urbanas com a questão do emprego, da moradia, do saneamento, da educação, da alimentação, da segurança, da saúde.

O terceiro componente vulnerável à crítica ao advento da Revolução Verde está associado à economia. A crise do petróleo dos anos de 1970 provocou impactos na agricultura brasileira, tais como a elevação dos custos do conjunto de incrementos tecnológicos e insumos oriundos da Revolução Verde. E ainda uma redução de subsídios de créditos. Foi nesta conjuntura que o Brasil buscou alternativa para o desenvolvimento de matrizes energéticas que pudessem compensar os custos crescentes em relação ao pacote tecnológico da Revolução Verde. Assim, surge nessa mesma década o programa do pró-álcool (MOREIRA, 2007).

A resposta do Estado, por meio da política de Estado, aos impactos provocados na agricultura devido à crise, especificamente, do petróleo, foram a expansão do agronegócio via expansão da fronteira agrícola, em busca de novos territórios para a apropriação dos meios naturais e avanço do agronegócio.

A sustentabilidade no meio rural está voltada para a reprodução do capital no campo, através da sujeição da renda da terra ao capital, do assalariamento dos camponeses e da expansão das atividades agropecuárias. Como sustentar a ideia da existência de uma agricultura camponesa sustentável ou uma agricultura capitalista altamente tecnificada e voltada para o mercado em diversas escalas?

Moreira (2007), explica que o termo sustentabilidade é carregado de imprecisão, pois reflete um campo de disputa político-ideológico e de interesses que

envolvem um conjunto de atores e forças sociais, representado por diversas classes, grupos sociais, envolve políticas ambientalistas que são papel do Estado. Nesse contexto, a questão da sustentabilidade está associada à economia política ou ao ideário de desenvolvimento, econômico, político ou social.

Em uma agricultura cujas relações de trabalho e de produção estão inseridas nas relações capitalistas de produção, o ideário da sustentabilidade passa pela garantia da reprodução das condições de produção capitalista. É assim que o Estado, para responder às crises que ocorrem no processo de produção, busca saídas em sintonia com a ordem global, ou seja, com as tendências do mercado internacional. Para isto, promove inovações tecnológicas, transformações no mundo do trabalho e oxigena o agronegócio/hidroagronegócio.

Assim, Moreira (2007), no contexto de um mundo rural com atividades desenvolvidas a partir de tecnologias avançadas, tipicamente capitalistas, coloca como desafio a instituição de práticas agrícolas sustentáveis.

Para Löwy a força e o poder do sistema de produção instituído pelo capitalismo provocam uma grande tensão na economia humana.

A economia de mercado que é norteada pelo PIB (produto interno bruto) e pelo consumo per capita produz riqueza que aumenta a cada dia, embora de forma concentrada. Enquanto que a economia da natureza que é medida pelo índice do planeta vivo (índice criado pelos organismos ecológicos e o estado geral da biosfera) vem diminuindo, conforme dados do Fundo Mundial da Natureza: “entre 1970 e 1994 a economia natural caiu 30%, e que a partir de 1995, dado a veracidade é de 3% ao ano. Este nível de queda persiste, acarretando pesadas consequências que poderão ameaçar a biosfera, inviabilizar o futuro da humanidade e, com ela, a economia dos economistas” (LÖWY, 2008, p. 92).

Os pontos abordados sobre a concepção de sustentabilidade no contexto de uma sociedade capitalista globalizada, evidenciam um processo de contradições, visto que o paradigma econômico transforma os recursos naturais em mercadoria, devastando-a a partir de uma lógica destrutiva e consumista.

## **4 AGRICULTURA CAMPONESA SUSTENTÁVEL: FORMAS DE REINVENÇÃO DO CAMPESINATO E DE NOVAS TERRITORIALIDADES CAMPONESAS**

### **4.1 Modo de vida e da cultura política do camponês familiar**

Definir ou determinar a origem e o modo de vida, cultura, política do camponês familiar torna-se uma tarefa complexa, pois são diversos os contextos históricos nos quais o campesinato está presente e em “movimento” nas sociedades.

Shanin (1980, p.51) quando analisa as principais características atribuídas ao camponês, na tentativa de buscar uma definição do que é camponês, explica que tais características – agricultura como principal fonte de sobrevivência; propriedade rural familiar como base da organização econômica e social; vida ou aldeia e cultura ligada a pequenas comunidades rurais e, comunidades oprimidas pela dominação e exploração por forças externas, as quais norteiam sua definição, justifica que:

Não pode ser simplesmente reduzida a qualquer um deles. A essência das características determinantes do camponês parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social.

O modo de vida camponês, incluindo sua cultura e organização econômica, são expressados por Chayanov (1974), quando este estuda a morfologia da unidade econômica camponesa. Explica que os agricultores camponeses possuem uma racionalidade própria, baseada na relação trabalho e consumo. Nesse processo, estabelece estratégias de reprodução econômica, social e cultural em frente às transformações mais amplas da sociedade. A família constitui o fundamento de empresa camponesa. É a fonte da força de trabalho que proporciona toda a produção para garantir a própria existência da política camponesa.

Mendras (1978) compreende que a sociedade camponesa:

É um “conjunto relativamente autônomo no seio de uma sociedade global mais larga”. Apresenta traços fundamentais que caracterizam uma sociedade camponesa, como por exemplo: são sociedades que apresentam autonomia relativa em frente a uma sociedade envolvente mas que mantém suas originalidades; importância do grupo doméstico na organização da vida econômica e na vida social da coletividade; desenvolve um sistema econômico que tem relações com a economia envolvente e, formada por uma coletividade local que possui relações de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas (MENDRAS, 1978, p.14-15).

Neste sentido os camponeses são sujeitos sociais que instituem autonomia e ao mesmo tempo uma condição de confronto, ou seja, desenvolvem formas de luta, resistência e reinvenção do seu mundo frente às transformações da sociedade de um modo geral. Desta forma, desenvolvem condições de trabalho familiar, com base geradora de bens que se articulam com as relações produtivas. A terra constitui-se como meio de produção fundamental e base para suprir as necessidades dos camponeses; o autossustento, a moradia, a vivência familiar e a reprodução sociocultural. Nesse processo histórico acumulam e ampliam seus bens como condição importante para assegurar as futuras gerações de camponeses. Nesta perspectiva, a produção camponesa é mais que um bem de capital, pois se constitui em primeiro lugar em bens para sua própria existência (MENDRAS, 1978).

O camponês instituído na sua unidade econômica é capaz, de forma racional, de utilizar o conjunto dos meios naturais existentes no seu território, com base na estrutura familiar, de obter uma maior quantidade possível de produtos na atividade da agricultura, pecuária e extrativismo vegetal, necessários ao consumo da família.

A cultura camponesa, sedimentada no trabalho familiar, numa relação direta com os meios naturais permite que o resultado da produção seja parte de um circuito em movimento, pois cada produto, resultado do processo produtivo, possui um destino definido. Após a colheita dos produtos da roça, o espaço vira pasto para a pecuária bovina que se alimenta do restolho, ou seja, da palha do milho, arroz, feijão e da fava.

Da mesma forma, a mandioca quando transportada da roça, será processada na casa de farinha. Vários subprodutos originam-se desse processo: a farinha, o polvilho ou goma, a puba, o beiju e, a sobra da produção – as raspas da mandioca e a massa que sobra do peneiramento – são destinadas aos animais, como o gado bovino e os suínos.

Ao longo da história o sistema de produção camponês esteve associado à relação denominada de policultura-pecuária, na qual conseguiu desenvolver uma combinação entre diferentes técnicas para práticas de variadas culturas agrícolas e variados tipos de animais indispensáveis ao consumo familiar.

Para garantir a especificidade do sistema de produção e estabelecer a garantia para além da sobrevivência nas diversas condições do presente, o camponês, na sua organização social e cultural, projeta-se para o futuro. É necessária a garantia do patrimônio fundiário, estabelecendo-se desta forma um

conjunto de estratégias da família em relação à continuidade das relações sociais e culturais entre seus membros, parentes e vizinhos, garantindo, desta forma, a sucessão entre várias gerações.

#### **4.2 Necessidade da resistência camponesa: novas territorialidades frente ao poder do capital imperial e do Estado**

O campesinato brasileiro está inserido no processo de formação sócio territorial do país. Sua origem, diversidade social, econômica e cultural estão associados às diversas formas de resistência na luta pela posse da terra, pelo acesso livre e autônomo aos bens naturais, como o solo, as florestas e as águas, condições fundamentais e patrimônio essencial para a permanência do campesinato. Godoi, Menezes e Marin (2009, p.13), afirmam que:

Eles investiram na legitimidade desses mecanismos de acesso e apropriação, pela demonstração do valor de modos de vida decorrentes da forma de existência em vida familiar, vicinal e comunitária. A produção *stricto sensu* se encontra assim, articulada aos valores da sociabilidade e da reprodução da família, do parentesco, da vizinhança e da construção política de um “nós” que se contrapõe ou se reafirma por projetos comuns de existência e coexistência sociais.

Desta forma, a organização camponesa no Brasil, com seus valores sociais, culturais, políticos e de produção agropecuária familiar fazem parte da construção da sociedade nacional.

A constituição do campesinato no Brasil, segundo Godoi, Menezes e Marin (2009) perpassa por três dimensões: a luta pela posse da terra e pela construção do seu patrimônio, condição fundamental para sua existência. A propriedade da terra garante o acesso a bens naturais fundamentais para a produção econômica; a segunda dimensão refere-se às estratégias desenvolvidas pelos camponeses para trabalhar em quaisquer que sejam as condições e assegurar a reprodução da família; uma terceira dimensão está associada às formas de produção do camponês, formas de uso da terra, relações com os bens naturais, diversificação e intensificação da produção, invenção e reinvenção de técnicas e utensílios de trabalhos, produzidos pelos camponeses, disponíveis na natureza e adquiridos nos

mercados. É no contexto destas dimensões que os camponeses constroem seus projetos de vida perante as transformações mais gerais da sociedade.

O movimento da luta camponesa no Brasil pela posse da terra tem uma trajetória histórica. Esse movimento se consolidou não somente pela posse da terra, mas também pela espacialização da pobreza e miséria vivenciadas pelas famílias rurais no vasto território brasileiro. As políticas de reforma agrária instituídas pelo Estado, notadamente, a partir da segunda metade do século XX até os dias atuais, foram forjadas sob pressão dos movimentos sociais do campo. Como exemplo, cita-se a política de assentamento de famílias rurais sem-terra.

Shanin (2008, p.24), refletindo sobre o processo de evolução agrícola, criação e recriação do campesinato, explica que vem ocorrendo em alguns países o fenômeno de criação do campesinato, e que no Brasil, esse fenômeno também vem ocorrendo, em que “pessoas que não são camponesas ou pessoas que são “sem-terra” recebem terra por meio de políticas, de redistribuição fundiária”. Esse processo ocorre no contexto de forte expansão da agricultura industrial e do agronegócio ligados à produção de grãos.

Mas esse processo não é tão recente. A partir da segunda metade do século XX, especialmente dos anos 1960, o espaço agrário brasileiro vai passar por um significativo processo de transformação socioterritorial – ambiental, sedimentado pela exigência da revolução verde, que vai repercutir, de forma diferenciada junto a forças sociais que atuam no campo, sejam ligadas principalmente ao redor da agropecuária que politicamente vai intensificar suas atividades rumo à consolidação do agrário sejam as comunidades formadas por camponeses, por indígenas que passam a se sentirem ameaçados de exposição com a perda de seus territórios. A modernização do setor agropecuário e, principalmente a monocultura voltada para a exportação, contribuiu para o processo de expansão da fronteira agrícola, intensificando a incorporação de novos territórios para advento do agronegócio. Com isso, aumentaram as tensões e conflitos pela terra entre empresas ligadas ao agronegócio e comunidades camponesas, incluindo as indígenas.

Vive-se um momento e um contexto de extrema valorização das abordagens sobre os territórios, seja pelas análises governamentais e aplicação de modelos de desenvolvimento, seja abordagem realizadas pelas ciências das sociedades. Ocorre também um momento de disputa pela apropriação de territórios, de novos territórios,

na defesa de territórios, seja nos espaços urbanos e rurais em diferentes escalas envolvendo um conjunto de atores sociais.

Este fenômeno de disputa territorial vem se intensificando no espaço agrário brasileiro, impulsionados pela expansão do capital, do agronegócio e, em contrapartida, a resistência das comunidades camponesas. Desta forma é importante compreender o processo do movimento camponês no Brasil, notadamente no contexto da agricultura moderna, industrial. Seus avanços, recursos, impasses e suas formas de reinvenção para manter-se como categoria.

Territórios em disputa significam o avanço das atividades agropecuárias ligadas ao agronegócio, mineração e extração de madeira da floresta amazônica e do cerrado em que o capital, apoiado pelo Estado apropria-se de novos territórios para fazer valer essa expansão. Significa também a resistência camponesa na defesa de seus territórios. Em Raffestin (1993), o território, é um local de relações as que estão inseridas num campo de poder.

Nesta perspectiva, como explica Fernandes (2008, p. 14), “O território não é um instrumento. É um conceito, é uma categoria, é um objeto do método e da teoria, portanto não são a teóricos. O sentido do uso do território é o político, que tem como essência e liberdade”.

Por isto, o processo de formação do território está relacionado às lutas sociais, urbanas ou rurais, inseridas em determinados contextos sociais e históricos, contínuos de tensões e conflitualidades. Assim, o processo de desenvolvimento da agricultura no Brasil, norteadas pela base material, técnica e ideológica pelo advento da Revolução Verde, em contraste com a agricultura camponesa, expõe a função histórica do Estado e suas relações de poder no processo de produção desse território agrário.

Compreender a lógica da luta pelo território, para a formação do território, em que estão inseridos o papel do Estado, das políticas de governo, envolvendo também os sujeitos sociais como proprietários do capital, do agronegócio e comunidades camponesas, passa por questões teóricas, políticas e metodológicas.

Desta forma, os estudos sobre o desenvolvimento territorial rural estão fundamentados teoricamente em duas tendências. O primeiro é o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) o qual defende as perspectivas de desenvolvimento territorial e que só poderão ser compreendidas a partir dos modelos do modo de produção capitalista. Assim o processo de modernização está associado à dinâmica

das empresas, do mercado, das tecnologias e demais políticas voltadas para o desenvolvimento econômico, tendo como objetivo a reprodução das relações capitalistas. Os estudos do PCA voltados para as análises das desigualdades sociais no campo, embora conste esse fenômeno, não apresenta perspectivas de tensões e conflitualidades entre as classes sociais (FERNANDES, 2008).

No entanto, o Paradigma da Questão Agrária (PQA) se fundamenta em uma crítica ao próprio sistema capitalista. Assim, os estudos sobre o processo de desenvolvimento territorial rural são apreendidos a partir das críticas às políticas e modelos de desenvolvimento, a partir do modo de produção capitalista. Desta forma, os estudos desta vertente têm como referência para suas análises as contradições, tensões e conflitualidades entre as relações de produção capitalista e não-capitalista.

Nesta perspectiva, os ideais de modernização para o campo, segundo o PQA, estão na busca de criação de modelos alternativos para o desenvolvimento rural, objetivando a superação da produção norteada pelas relações capitalistas. Com isto, procura-se reinventar uma outra lógica de relações econômicas que passem pelas organizações sociais, mercado e tecnologias, que sejam mais justas do ponto de vista social. A grande relevância do PQA está na dimensão política, pois, além de expor as contradições inerentes à reprodução das relações de produção capitalista, busca novos caminhos para as relações de produção e mercado (FERNANDES, 2008).

Nesta perspectiva, fica evidente a questão dos territórios em disputa. Apesar desse processo se constituir do ponto de vista histórico, foi precisamente a globalização da economia e a consolidação das políticas neoliberais que impulsionaram a busca, a apropriação e o domínio dos novos territórios pelo capital. Para os camponeses, seus territórios significam liberdade, autonomia, soberania, garantia do mundo camponês. Isto se justifica pelas formas de resistência do campesinato em relação à defesa dos seus territórios e ao processo de desterritorialização. Mas por outro lado, Harvey (2007), fazendo uma análise sobre o poder do capital imperialista impulsionando as mudanças na lógica da espacialidade e territorialidade, explica que as políticas neoliberais impulsionadas pelo poder do capital imperialista aceleraram o processo de desterritorialização dos territórios não capitalistas pertencentes as comunidade camponesas e indígenas por meio de empreendimentos realizados em parcerias entre o Estado e o capital. Nesse sentido,

as empresas ligadas ao agronegócio se territorializam por meio da monocultura de exportação e por outro lado mantêm o controle pelos empreendimentos através das tecnologias e do mercado. Assim, o capital e o Estado são responsáveis pelo processo de desterritorialização e, ao mesmo tempo pela reterritorialização do campesinato através da mercantilização das políticas públicas, no caso a adoção das políticas da reforma agrária. Essa política é voltada para o assentamento de famílias sem-terra.

Montenegro (2010) explica que a apropriação de novos territórios pelo capital imperialista faz parte de uma nova geopolítica estabelecida pelas grandes corporações internacionais ligadas ao agronegócio, que estão ligadas ao comércio e ao acesso privilegiado a recursos produtivos essenciais à intensificação da espoliação praticada por velhos e novos autores: grandes incorporações internacionais, novas “corporação imperiais”, fruto de fusões ao mais alto nível, governos, como o chinês, entrando no controle das reservas de vários produtos chaves (por exemplo, os minerais ferrosos), governos e corporações comprando terras em outros países para produção de alimentos, empresas nacionais disputando seu quinhão dos recursos e das terras do próprio país etc. Diante da vitalidade do capital para o despojo, as populações que sofrem essa recolonização de seus lugares de vida são mais profundamente exploradas, empurradas a um êxodo incerto, descaracterizadas do arraigo territorial que dá sentido a sua identidade (MONTENEGRO, 2010, p.14).

O que realmente ocorre é um processo de disputa territorial, que nos dias atuais ganha maior dimensão e com isto, o aumento das tensões, conflitos e violência no campo. Isto ocorre porque o capital, no processo de formação dos seus territórios se territorializa e cada vez mais se expande, aumentando o controle de terras em todas as regiões brasileiras.

Se o grande capital nacional e internacional apropria-se cada vez mais de terra, de território, apoiado pelo Estado, veiculando a ideologia do desenvolvimento econômico, para os camponeses existe, de modo geral, pelo menos, dois desafios: defender seus territórios, e os camponeses que foram desterritorializados, buscar a reterritorialização através da luta pela terra e pela reforma agrária. Este se constitui no principal meio de territorialização do campesinato no espaço agrário nacional.

De um modo geral, os assentamentos são consequência de uma jornada histórica de luta pela reforma agrária, reforçada a partir dos anos de 1980. O

movimento sindical no campo teve uma importância significativa, através da atuação da CUT, MST, FETAG E STRS.

O MST constitui-se em um movimento socioterritorial na luta pela terra e reforma agrária, pois constitui-se em uma das forças que ganharam mais visibilidade nesse processo, tendo uma atuação mais regional, no primeiro momento, no estado do Rio Grande do Sul e de São Paulo, mas posteriormente expande-se por todo o território nacional. A função fundamental firma-se em realizar ocupações e com isso pressionar o governo a intervir mediante o processo de desapropriação ou compra da propriedade.

Destaca-se, também, a atuação da CPT. Pode-se afirmar que esse período marca um importante processo que passou a dar origem a novas territorialidades camponesa. Nessa conjuntura, a luta pela terra conseguiu aglutinar vários segmentos sociais do campo tais como: camponeses-sem-terra, camponeses em conflitos com fazendeiros e latifundiários, indígenas, remanescentes de quilombolas, povos ribeirinhos afetados pelas construções de hidrelétricas. Essa luta pela reforma agrária estava associada à crise econômica do período e à crise política do Estado governado pelos militares. Estava na ordem do dia a luta e a mobilização pelo processo de redemocratização do país.

Foi um período, em que, por conta da magnitude das mobilizações, pela reforma agrária e também por conta da violência com a expropriação e assassinato de camponeses acelerou-se a criação de assentamentos rurais por todo o território nacional. Esse processo de territorialização do campesinato deu-se de forma diferenciado, ou seja, de acordo com o poder de mobilização e também ligado a certas particularidades locais, como decadência de fazendas, latifúndios, improdutivos, entre outros.

A luta pela reforma agrária a partir da década de 1950 até a década de 1970 será emperrada por conta de dois fatores. Uma, refere-se a situação interna ligada ao próprio processo de formação do espaço agrário voltado para a monocultura de exportação. Essa atividade agrícola herdou uma estrutura fundiária bastante concentrada e um poder político e social comandado pelo coronelismo e fazendeiros que, paulatinamente passam a controlar setores da economia urbana e o poder político nas diversas esferas, municipal, estadual e federal.

O segundo fator está ligado aos ideais das revoluções socialistas, principalmente da Revolução Russa. Ramos Filho (2013, p.29) destaque que:

Desde a década de 1960 até início dos anos 1980, a reforma agrária foi uma expressão de certa forma proibida em muitos países, devido a concepção ideológica socialista que estava na base das organizações dos movimentos sociais e partidos políticos que a protagonizavam.

Desta forma, na agenda política e econômica dos governos não havia espaço para a implementação de uma reforma agrária que viesse alterar a estrutura fundiária do país. A prioridade do espaço agrário brasileiro continua voltado para a produção de monoculturas para suprir o mercado externo. Mesmo diante deste quadro, os movimentos sociais rurais se colocavam como resistência ao regime ditatorial e mantinham a bandeira da reforma agrária.

Com isso, os governos militares responderam aos movimentos sociais do campo a partir de duas ações. Uma voltada para a repressão dos movimentos socioterritoriais rurais, colocando Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Federações e Confederações representativas dos trabalhadores no campo, na ilegalidade. Por outro lado, a partir da década de 1970, o governo federal definiu ações voltadas, principalmente, para a região mais pobre do país, a região Nordeste: o PROTERRA (Programa de Aquisição de Terra); POLONORDESTE (Programa de Áreas Integradas do Nordeste); PDRI (Projeto de Desenvolvimento Integrado) e Programa de implementação de projetos de colonização na área da Amazônia. Esses programas eram voltados para o desenvolvimento local. Com a forte concentração fundiária e o poder do coronelismo, a migração de camponeses do Nordeste para outros Estados como São Paulo, Brasília, Amazônia e Rio de Janeiro, principalmente, coloca em questionamento esses programas do governo federal.

Pedron (2009) explica que as décadas de 1970 e 1980 vão ser palco de fortes agitações e mobilizações da sociedade civil organizada num contexto de abertura política que de modo geral criou expectativas nos setores da sociedade que buscava mudanças políticas e sociais, pois a conjuntura política e social era bastante complexa: fortalecimento de um capitalismo monopolista aliado a um Estado autoritário, de ações seletivas que se confrontavam com uma sociedade organizada e mobilizada. Assim, especificamente em relação ao espaço agrário vai está posto um quadro de pobreza, precárias condições de vida e violência em relação aos camponeses e comunidades indígenas. Com isto, a agenda de luta vai condensar questões que vão desde o acesso à terra, acesso a créditos, exclusividade dos Estados sobre a política de reforma agrária.

Se a luta pela reforma agrária resultou no desencadeamento de uma política governamental voltada para assentamento de famílias sem-terra, nesse sentido o movimento foi vitorioso porque fez valer a conquista do meio de produção fundamental para os camponeses que é a terra. Mas essa política priorizou o aspecto quantitativo como forma de aliviar as tensões e conflitos no espaço agrário.

Nesta perspectiva o campesinato no Brasil tem quatro desafios. O primeiro, refere-se a continuidade na busca e consolidação de novas territorialidades camponesas como forma de garantir sua existência como classe social, na luta pela posse da terra, mesmo em uma economia sedimentada no interior das relações de produção capitalista em que a reforma agrária está sob a ótica do mercado e para o desenvolvimento econômico. Assim, deve dar continuidade à luta contra essa reforma agrária de mercado, também chamada de contra reforma agrária. Esse é um desafio bastante complexo, pois essa política do governo para o campo vem carregada do discurso ideológico da Revolução Verde, que valoriza a aquisição de novas tecnologias e insumos para aumentar a produtividade e a “qualidade na produção”. Na verdade, o essencial nessa ordem é o lucro a qualquer custo. Outro aspecto é relativo ao financiamento para aquisição da terra e implantação de benefícios.

Em relação à origem dos recursos entra em cena o Banco Mundial, coautor do Programa Cédula da Terra e participante de 60% dos recursos a ser aplicados no Programa.

Esse fato mostra que a questão agrária não é somente uma questão do Estado Nacional. As forças financeiras internacionais objetivaram lançar as lutas camponesas no Brasil nos interesses do mercado. (PAULINO, 2012).

O segundo desafio em resposta ao primeiro é não se deixar dominar pela predominância das relações capitalistas de produção e nem tornar-se dependente do mercado. Em uma economia global, de mercado, de uma sociedade de consumo e com interesses do Estado em destinar recursos para diversificar e dinamizar a produção dos camponeses assentados, obviamente ocorrem mudanças de comportamento na condição social, nas formas de produção e nas atividades culturais das famílias. O processo histórico de formação desses camponeses e a herança sociocultural acumulada e transmitida por várias gerações tornam-se elementos fundamentais para manter o mundo camponês vivo.

O terceiro desafio refere-se à ação do capital imperial na tentativa de domínio dos territórios não capitalistas povoados pelos camponeses, indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Constitui-se em uma ação geopolítica avassaladora pela necessidade de incorporação desses territórios com o objetivo de apropriação dos meios naturais essenciais para a reprodução das atividades do agronegócio ligadas à produção da soja, cana-de-açúcar, pecuária bovina, mineração e extração de madeira. É nesse sentido que a terra, a água, os sais minerais e a diversidade da flora são essenciais para o capital.

Esse desafio para os camponeses é ainda mais complexo, pois além de lutar contra as classes dominantes locais e ações do próprio Estado, ainda é necessário desenvolver estratégias de luta contra a ordem imperialista internacional, composta pelas multinacionais do agronegócio e de outras atividades desenvolvidas no território agrário.

E, por último o quarto desafio está no campo da resistência, da reinvenção, da criação. Se o campesinato existe como categoria, ao longo da história da sociedade tem buscado formas de resistência em frente às transformações econômicas, políticas, sociais e culturais da sociedade de modo geral.

Essa trajetória histórica de herança cultural do mundo camponês está ligada desde o princípio em que os homens se relacionavam a partir dos processos de produção do campo, numa relação com a terra em que desenvolvia práticas econômicas e socioculturais que firmavam diversos sentidos, tanto no campo cultural, dos sentimentos como no material.

Nesse sentido, os camponeses desenvolveram a capacidade de conhecer seus territórios e também a temporalidade, ou seja, o tempo da natureza. Desta forma, apropriou-se do conhecimento do tempo para realizar as atividades fundamentais para a sua existência. Assim conhece o tempo de fazer o trabalho na terra, a agricultura e o que proporciona a sustentação das outras atividades, que são a pecuária e o extrativismo.

Mendonça (2010), sobre a questão da resistência camponesa dá um sentido mais amplo para esta terminologia, que é a (re)existência:

são permeadas por lutas pela permanência na terra, mas também por várias dimensões do ser camponês, como as práticas socioculturais (religiosas, festas, atividades políticas, ofertas, mutirões, em fim, o trabalho coletivo) que firmam e estabelece laços

de solidariedades, possibilitando resolver questões do cotidiano. (MENDONÇA, 2010, p. 192).

No enfrentamento do campesinato em relação à penetração do capital industrial nos territórios não capitalistas, esses camponeses desenvolveram diversas formas de (re)existência: os protestos, as marchas e caminhadas, obstrução de estradas e rodovias, acampamentos, ocupação de prédios públicos. Esses processo de (re)existência constitui-se na defesa da terra de trabalho e para quem vive do trabalho na terra, permeado com essas ações políticas.

## **5 A QUESTÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS QUILOMBO E MOCAMBO COMO RESISTÊNCIA CAMPONESA A PARTIR DO SEU MODO DE VIDA NO ESPAÇO AGRÁRIO PIAUIENSE**

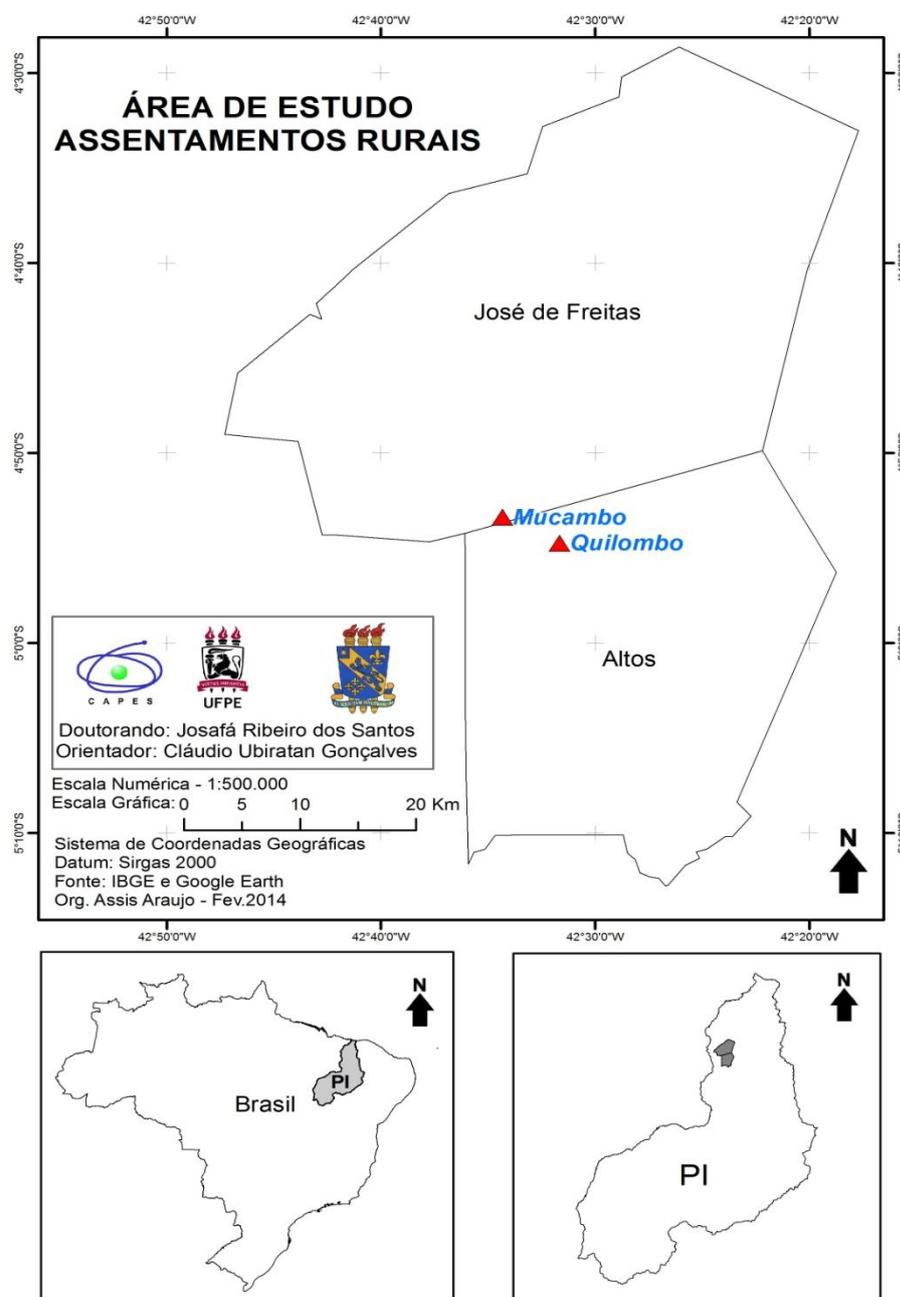
### **5.1 Caracterização da Área de Estudo**

Para compreender a origem dos assentamentos Quilombo e Mocambo, é necessário destacar três aspectos fundamentais: o resgate histórico da origem dos conflitos, as estratégias de organização política das famílias com organizações sindicais e setores da Igreja Católica para manter a luta pela posse da terra; o segundo está relacionado à intervenção pública, ou seja, o papel do Estado intervindo junto aos conflitos através da regularização das terras que deram origem aos assentamentos, da delimitação da área dos assentados, do fornecimento de linhas específicas de créditos (alimentação, habitação, custeio), respeitando a organização espacial produzida, anteriormente, pelas famílias e, por último, após o fim do conflito, a posse da terra para as famílias. A dimensão conflitiva passa a ser interna, na busca da contribuição de organizações políticas representativas locais, na mobilização de reuniões ou assembleias para definir pautas de reivindicações junto ao Poder Público, objetivando melhorias e/ou aquisição de condições de infraestrutura para os assentamentos.

Os assentamentos Quilombo (1992) e Mocambo (2002) se constituem como estudos de caso desta Tese por fazerem parte do contexto de luta pela reforma agrária, principalmente, a partir dos anos de 1980.

Os assentamentos Quilombo e Mocambo estão situados no Território entre Rios, nos municípios de Altos e José de Freitas, respectivamente. Estes municípios fazem parte da Grande Teresina. No que se refere às mesorregiões geográficas estão localizados no Centro-Norte Piauiense (Figura 3).

Figura 3 – Área de estudo: assentamentos rurais



Fonte: IBGE; GOOGLE EARTH, Assis Araújo (Orgs), 2014

Em relação às características fisiográficas e ambientais das áreas dos assentamentos e região do entorno, pode-se afirmar o predomínio das matas de cocais, os babaçuais, os carnaubais e a vegetação típica do cerrado por toda sua extensão. O clima é caracterizado como tropical chuvoso, com precipitações que variam entre 1.200 a 1.400mm. O solo em geral é arenosos e areno-argiloso, a

fertilidade natural é baixa, mas é considerado favorável para a agricultura (CODEVASF, Brasil, 2006).

Figura 4 - Fisiografia da área dos assentamentos



Fonte: Pesquisa direta, 2012.

Nos territórios, independentes da escala, são produzidos, tecidos, desenhados e redesenhados a partir das ações, resistência e lutas políticas que envolveram, e continuam envolvendo sujeitos como: o próprio Estado e os movimentos sociais (urbano e rurais), ações que se configuram como atitudes políticas cotidianas.

Do ponto de vista do capital, as condições fisiográficas de um determinado território negam os saberes e o cotidiano das comunidades que historicamente vivem dessas condições. Assim, a condição de especificidades do solo, do clima, dos recursos hídricos, as experiências e vivências dos sujeitos e, principalmente, as suas relações com a natureza são condições fundamentais para que famílias camponesas assentadas possam assegurar plenas condições de vida e garantir sua existência como categoria social no espaço agrário (MENDONÇA, 2010).

Os assentamentos Mocambo e Quilombo constituíram-se em propriedades pertencentes a duas famílias tradicionais que praticavam a criação do gado bovino e o extrativismo vegetal com a exploração do pó da carnaúba e da amêndoa do babaçu. Com a decadência dessas atividades, os proprietários firmaram-se como chefes políticos municipais, fortalecendo e concentrando o poder local. Essas áreas, no passado, pelo poder do proprietário, conseguiriam reunir camponeses sem terra

que, em troca de uma parcela de terra para trabalhar, obrigavam-se a servir e defender o proprietário.

As áreas de pastoreio rudimentar, com a presença do trabalho familiar ligado à prática da pecuária bovina e agricultura para o autoconsumo, quando comparada com as regiões de monocultura de exportação que necessitavam de capital para a produção, eram consideradas regiões pobres e sem maior expressão no quadro político econômico e nacional.

Esta relação de dominação local estabelecida pelo poder do coronel é uma herança do processo de colonização. Andrade (2006), analisando essa questão, explica que, na época da colonização, moradores que residiam em engenhos ou fazendas, recebiam uma porção de terra para a prática da lavoura de subsistência e uma casa para morar. Assim, estabelece-se uma relação de dominação, de subserviência na qual o morador tem obrigações junto ao proprietário da terra, principalmente o de proporcionar dias de trabalho semanais pagos. Somente no tempo livre é que o morador podia juntamente com a sua família desenvolver o cultivo de lavouras temporárias nas áreas permitidas.

## **5.2 Resistência camponesa e formação do Quilombo**

O processo de luta e resistência desenvolvido pelos movimentos sociais no espaço agrário piauiense, na perspectiva de uma reforma agrária, especificamente, a partir da década de 1980, acarretou desdobramentos a partir dos anos de 1990, com o surgimento de vários assentamentos em todo o Estado.

A origem do Quilombo materializa a luta pelo espaço e pela conquista de um novo território. Constitui-se na verdade um segundo território, produto das relações sociais em movimento da conflitualidade expressa pelas relações de subalternidade e resistência dos camponeses contra o poder arraigado, seja da herança coronelista ou contra o avanço atual do agronegócio em territórios indígenas e camponeses. Assim, sua origem está ligada às inquietações das famílias caracterizadas como posseiros, em relação às práticas de autoritarismo, ameaças de violência, despejo das famílias pelos proprietários da terra. As lideranças resistiram à repressão e à ameaça de morte:

nós só sai daqui morto e nenhuma família vai abandonar suas casas, suas roças E nem seus animais. Tudo isso aqui é trabalho de nós” (Raimundo Brasilino, 77 anos, liderança comunitária do Quilombo).

Mas a história de luta e resistência é bem anterior a estas datas. Esse processo foi marcado por revoltas de camponeses contra os proprietários da terra. As famílias camponesas eram exploradas através do trabalho nas atividades do extrativismo vegetal, na extração da amêndoa do babaçu e do tucum, produtos que eram exportados para a fabricação de óleos comestíveis. Uma forma de trabalho caracterizada como semisservil. Após as jornadas de trabalho para o dono da propriedade, as famílias praticavam a agricultura, através do plantio do arroz, feijão, fava, milho, mandioca, abóbora e melancia. Eram obrigados a fornecer parte da produção ao proprietário como pagamento da renda da terra. As famílias que não fossem “fiéis” às regras estabelecidas dentro da fazenda, eram ameaçadas de expulsão da terra.

Desta forma, fazia-se presente nas relações sociais nas fazendas a prática do coronelismo como uma relação de poder econômico e político e como mandonismo local (Queiroz, 1976). A relação de sobrevivência e dependência das famílias camponesas frente ao poder do “coronel” era diretamente proporcional ao nível de pobreza dos camponeses.

Facó (1976) explica que o monopólio da terra que historicamente abrigou uma economia voltada essencialmente para exportação de alguns produtos emperrou o crescimento das forças produtivas. O regime de trabalho escravo nas fazendas travou a propagação do trabalho livre. Assim a relação escravocrata deixou evidências nas relações de produção no campo. O trabalho semisservil caracterizou-se como uma herança por várias décadas no Nordeste.

A participação de entidades sindicais como a FETAG, CPT e Str foi de fundamental importância no processo de organização e formação política dos posseiros. O Estado, ausente no que se refere à atuação de políticas públicas para famílias camponesas faz-se presente como aparelho repressor.

A formação do assentamento Quilombo deu-se em 1992. A desapropriação dos primeiros lotes que deram origem ao assentamento, processou-se no segundo semestre de 1993, da seguinte forma: a primeira área a ser desapropriada deu origem ao PA (Projeto de Assentamento) denominado Quilombo Central ou Baixinha Quilombo (17 de agosto de 1993); em 08 de novembro de 1994 foi desapropriada

uma segunda área com o nome de Quilombo II; em 22 de dezembro de 1996 surgiu o terceiro PA, com o nome de Quilombo IV, todos situados no município de Altos-Pi. No ano de 2002, foi desapropriada uma quarta área chamada de Quilombo III, localizado no município de José de Freitas-PI (SANTOS, 2007).

A prática da agricultura familiar (cultivo de arroz, feijão, mandioca e milho, abóbora, melancia) e a criação de animais (suínos, caprinos, ovinos e bovinos) e de animais para o suporte do trabalho no campo constituem a base de autossustento das famílias camponesas. O excedente oriundo do cultivo da produção constitui-se como um complemento da renda familiar. Fernandes (2008) explica que um grupo de camponeses organiza seu território, primeiro para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. Por isto, a luta no território e pelo território é permanente.

A garantia da terra, mesmo na forma de assentamentos rurais, para quem nela vive e trabalha é um lugar por excelência. Seu processo de organização espacial (lugar da morada, do plantio ou da roça, da pequena horta, a área de pasto para a criação de animais) é resultado do trabalho familiar, pois, é um espaço socialmente construído. Constitui-se um conjunto de espaços articulados entre si que se organiza e se desenvolve como um sistema composto de um conjunto de insumos e produtos (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997).

Por isto, para os camponeses do Quilombo e do Mocambo, a propriedade da terra é a base, a garantia da continuidade de sua existência como categoria social. Os antigos posseiros viviam sob o domínio dos proprietários, era uma vida de escravo, fora do período da escravidão, sem direito à educação formal, sem direito à terra. Suas vidas eram guiadas pelos proprietários. Eram considerados “coronéis”, que tinham poder político e econômico. Em relação ao poder político, Facó (1976) explica que eles comandavam a política local através do “prestígio” político, privilegiado pela sua situação econômica e social, por ser proprietário de terra.

Sendo o Quilombo resultado da luta pela posse da terra, no qual as famílias moravam e trabalhavam há várias décadas, pagando renda para o proprietário, a organização política, social, cultural e a produção do espaço é consequência de um processo histórico, em que as famílias desenvolveram um conjunto de atividades a partir das condições ambientais do lugar, sem promover impactos ambientais como os desmatamentos desordenados, a caça a animais silvestres, que contribui para a extinção de espécies. Essas práticas permitem que as famílias continuem

produzindo as condições necessárias para a reprodução da estrutura socioeconômica camponesa.

Com avanço e consolidação da política de governo na efetivação dos assentamentos rurais, a partir da década de 1980 e o apoio do INCRA, órgão responsável pela política de reforma agrária, que destina verbas através de financiamentos para implementação de lotes com recursos suficientes para construção de moradias e para a manutenção das famílias durante um determinado período, é que as famílias assentadas passam a ter acesso aos investimentos públicos destinados à organização do espaço e para a dinamização da pequena produção (MEDEIROS, 1994).

Neste contexto, a partir de 1997, as famílias do assentamento do Quilombo tiveram acesso à políticas de créditos, oriunda das políticas públicas destinadas ao campo. Com o crédito fomento, foram adquiridos instrumentos de trabalho e insumos agropecuários; o crédito habitação, permitiu a construção de casas de alvenaria e com o crédito de alimentação, as famílias adquiriram, de forma coletiva, produtos alimentícios básicos para a comunidade,

Quadro 4 - Créditos recebidos

Créditos/Destino	Assentamentos (P.A)		
	Baixinha/Quilombo	Quilombo II	Quilombo IV
Alimentação	45.680,00	3.600,00	14.400,00
Fomento	104.080,00	9.225,00	36.900,00
Habitação	115.000,00	-	-
Emergencial	105.045,00	6.705,00	26.820,00

Fonte: CEPAC/INCRA (2001) (modificado pelo autor)

No final dos anos 1990, além da atuação do INCRA, com investimentos na infraestrutura, constatou-se, também a participação da Prefeitura Municipal da cidade de Altos com um programa voltado para a saúde pública (Secretaria de Saúde), para educação com implementação do ensino fundamental e médio e incentivo para o desenvolvimento de atividades culturais (Secretaria de Educação), ações e projetos para o incentivo da agricultura familiar, objetivando a diversificação e o aumento da produção agropecuária como forma de melhoria da renda para as

famílias. A UFPI elaborou um projeto para o desenvolvimento do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos.

Outra investida Institucional, do ponto de vista não-governamental, deu-se através da atuação da CARITAS (Cáritas Brasileira – Regional do Piauí), da NOVIB (ONG HOLANDESA) e CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais) Quadro 5. Essas instituições tinham como objetivo incentivar as famílias na fabricação de produtos higiênicos (sabão, água sanitária, detergente e perfume), criação de caprinos e desenvolvimentos de hortas. Além de investimentos para aquisição de matérias-primas (vide quadro) as famílias passaram por um processo de aprendizagem. A comercialização da produção contribuiu para a melhoria da renda das famílias envolvidas nessas atividades.

Quadro 5 - Demonstrativos de recursos recebidos de ONGs no P.A Quilombo

Atividades e P.A's Financiados	Entidade Financiadora	Valor R\$	Famílias beneficiadas	Ano
Horta	CERIS	396,00	11	1998
Produtos de Limpeza	CERIS	1.002,00	09	1998
Produtos de Limpeza	NOVIB	5.000,00	09	1998
Caprinos Baixinha/Quilombo	CÁRITAS	4.901,00	10	1998
Caprinos Quilombo IV	CÁRITAS	4.901,00	11	1998

Fonte: CEPAC/INCRA (2001, p.40) (modificado pelo autor)

A partir de 2003, o assentamento Quilombo, através da ACOMDEPERUQ (Associação Comunitário de Desenvolvimento de Pequenos Produtores do Quilombo), passou a implementar projetos financiados pelo PRONAF. Os projetos estavam voltados para duas perspectivas. Os estruturantes, voltados para o desenvolvimento de campos irrigados a partir da produção de melancia e feijão e plantio de caju. A outra estava voltada para os projetos alternativos, voltados para a criação de suínos, galinha caipira e caprinos.

De 2004 até 2006, as atividades econômicas desenvolvidas nos campos agrícolas (plantação de melancia e feijão) tiveram desempenho razoável, de acordo

com os camponeses envolvidos na produção. Mas, estas atividades apresentaram problemas técnicos. A partir deste momento, desenvolveram situações conflituosas entre as famílias em relação ao acompanhamento da produção, desde os processos de preparação do terreno, plantação, irrigação e colheita. Nesta perspectiva, nem todas as famílias tiveram bom desempenho na produção.

A liderança comunitária Raimundo José, versa que sempre trabalhou com produção para o mercado e, mesmo com dificuldades e preocupação em ter que pagar o banco, as famílias envolvidas nesta atividade não vão desistir da produção, pois vão está sempre procurando soluções para o que surgirem. No Quilombo, as atividades financiadas pelo PRONAF também estão voltadas para a criação de caprinos. Essa atividade, além da produção para o mercado, torna-se fundamental para o consumo das famílias. A roça tradicional continuou sendo atividade desenvolvida pelas famílias camponesas assentadas, como forma de complemento da renda (SANTOS, 2007).

A estrutura social camponesa é constituída historicamente através das relações de produção transmitidas de geração em geração. Por isto, garante sua autonomia diante das transformações da sociedade de um modo geral (técnicas, políticas, culturais, ideológicas, etc). Kautsky (1980) interpreta esta autonomia quando analisa a capacidade de superação de certas dificuldades enfrentadas pelos camponeses. A perda da produção agrícola ou de parte do rebanho de animais (bovino, ovino e caprino), por motivos de ordem natural ou política se constitui como situação passageira. Da mesma forma é em relação ao mercado: “do resultado do mercado poderia depender sua abastancia e seu luxo, mas nunca sua existência” (KAUTSKY, 1980, p.29).

Portanto, os camponeses do Quilombo enfrentam problemas em relação ao desempenho da produção nos campos agrícolas, financiados pelo Pronaf. O conjunto de atividades ligadas à agricultura tipicamente camponesa (a prática da roça e hortas) e a pecuária, têm como base de produção o trabalho familiar, garante autonomia das famílias perante os problemas ligados à produção voltada para o mercado.

### 5.3 Resistência camponesa e formação do Mocambo

A crise em inúmeras fazendas do interior do Estado do Piauí forçou seus proprietários a fortalecer seus negócios, a ampliar os investimentos e a estrutura do poder econômico e político nas zonas urbanas, porém, não abdicaram de suas propriedades. Para manter o poder em suas propriedades, deu-se continuidade ao processo de arrendamento das terras para as famílias camponesas, que anualmente tinham que pagar a renda da terra com produtos da agropecuária (arroz, feijão, farinha, milho, fava, goma, suíno, caprinos e gado bovino) ou mesmo em dinheiro aos proprietários donos das terras.

A terra continua concentrada e em poder dos proprietários e mais fortalecida como o chefe político do poder municipal. Sua relação com a propriedade da terra está em uma outra dimensão, como explica Leal (2012) “o chefe municipal, depois de haver construído, herdado ou consolidado a liderança, já se tornou um absenteísta. Só volta ao feudo político de tempos em tempos, para descansar, visitar pessoas da família ou mais frequentemente, para fins partidários”.

Essa relação manteve-se por várias décadas. Além do pagamento da renda da terra, as famílias camponesas eram privadas de fazer qualquer construção nas propriedades (estradas, poços, cercas etc.), pois, já eram ameaçadas de expulsão das terras pelos proprietários. A influência das organizações sindicais FETAG, ST e CPT contribuiu para fomentar uma formação política e organizativa junto às famílias em relação à garantia da terra, porque esta constitui-se a base do autossustento e sustentabilidade das comunidades.

O assentamento Mocambo tem sua origem a partir deste contexto. Está situado no município de José de Freitas-PI. As famílias atuais são descendentes de “antigos” posseiros que, historicamente, viveram na propriedade que hoje é o assentamento. Esses posseiros “antigos”, sem posse da terra eram obrigados a fazer os mandos do proprietário da terra e no pouco de tempo que lhes restava, iam cuidar da roça.

O assentamento possui uma área equivalente a 1.466 ha, é composto por 64 famílias de camponeses. A luta e resistência pela posse da terra, de forma mais politizada e organizada, deu-se a partir de 1990, influenciada pelo movimento sindical no campo. A propriedade que deu origem ao assentamento Mocambo

pertencia a uma família de forte poder econômico local, situado no município de José de Freitas-PI.

Temendo a perda da propriedade pelos posseiros, o proprietário utilizou o aparato do Estado (poder político, econômico e ideológico), para proporcionar ações de violência contra as famílias (ameaça de morte às lideranças e despejo das famílias). Sob pressão, às famílias não podiam explorar os recursos naturais (exploração de rochas sedimentares e coleta do babaçu para fabricação de óleo comestível), produtos comercializados no mercado de José de Freitas. O óleo produzido é utilizado na culinária das famílias, como herança histórica. Essas atividades proporcionavam o aumento da renda. As famílias vivenciavam essa realidade cultural há décadas.

Um aspecto importante nessa luta pela posse da terra, é que as famílias buscaram formas organizativas (reuniões sistemáticas, articulação com o movimento sindical localizado em Teresina e com setores progressistas da igreja católica) voltadas para a politização e conscientização em relação à posse da terra.

Foi somente em 2003, que ocorreu o processo de desapropriação da área, que deu origem ao PA denominado de Assentamento Mocambo. Com a garantia da terra e da organização político-social, as famílias adquiriram linhas de crédito (fomento, alimentação e habitação), assegurando uma organização espacial que viabilizasse a sua autonomia. Com isto, intensificou-se o desenvolvimento da agricultura camponesa para o autoconsumo com o cultivo de arroz, batata, feijão, milho, macaxeira, mandioca, fava e banana. Intensificou-se também a pecuária, com a criação do gado bovino, ovinos e caprinos. O excedente dessas atividades é comercializado no mercado da cidade de José de Freitas, permitindo que as famílias aumentassem sua renda.

A Associação Comunitária do Mocambo tem um papel importante no sentido de promover a unidade entre as famílias assentadas. Nas reuniões periódicas sempre estão em pauta questões sobre a importância da família, do trabalho coletivo familiar, da cooperação e das formas sustentáveis de produção na terra. Também, discute-se sobre a realidade da juventude no campo, em relação à permanência do(as) jovens no assentamento, da formação educacional e dos projetos de financiamento para as atividades da agricultura e pecuária para as famílias de camponeses assentadas.

Outra questão que permeia as discussões entre as famílias está ligada à implementação dos projetos ou campos agrícolas financiados pelo PRONAF e destinados essencialmente ao mercado. As famílias do Mocambo, atualmente tem resistido a este tipo de agricultura, pois esta é voltada, essencialmente, para o mercado com o cultivo, principalmente, da melancia, feijão e do caju, por considerar a prática desses produtos bastante complexa. Em relação ao financiamento destes programas, os assentados afirmam que, produzindo ou não, as famílias têm que pagar ao governo, aos bancos. Além disso, surge outro impasse que para os assentados é mais preocupante: “é quando uma família de assentados se envolve com os campos de produção para vender”. Ele não tem tempo para plantar a sua roça. Assim, não pode ter o arroz, mandioca, feijão, fava. Assim, além de não dispor destes produtos, também não produzem a goma e a farinha os quais são fundamentais para a alimentação de uma família, e nem tem dinheiro para comprar estes produtos. “Quem planta sua roça todo ano, cria suas “cabras, galinhas, suínos, “cabeças” de gado e etc.. Assim não passa fome” (Seu Raimundo Antonio, 52 anos, camponês Mocambo).

De acordo com o Seu José Antonio (camponês do Mocambo), posicionando-se sobre o desenvolvimento dos campos de produção, afirma:

Quando a gente entra neste negócio de trabalho para o governo e para o banco, a gente fica sem sossego. Digo isso, porque tenho amigos que desenvolvem esse negócio de produção e eles só andam preocupados se vai dar certo. Não têm tempo nem para conversar, muito menos, para jogar baralho. Também cria conflitos entre as famílias. É uma vida sem sossego.

#### **5.4 O Modo de vida camponesa no Quilombo e Mocambo: as dimensões socioeconômicas, a manutenção do tecido social e cultural**

A economia desenvolvida pelas famílias do Quilombo e Mocambo é a economia familiar, herança de posseiros históricos que habitavam esses territórios quando ainda predominava a pecuária bovina e o extrativismo vegetal na região. Por isto, as famílias que trabalhavam e habitavam nas fazendas, ao longo de várias décadas, a partir de suas estruturas sociais e culturais próprias, tiveram na agricultura familiar, pecuária bovina, criação de caprinos, suínos e extração da amêndoa do babaçu a base do autossustento. As atividades desenvolvidas

atualmente estão relacionadas a modalidades de uso comum da terra, sustentados no trabalho familiar. Em Shanin (2008, p.27):

A economia familiar tem seus próprios modelos, e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições a economia camponesa é mais eficiente do que economias não camponesas. Os membros das famílias e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar. Daí sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa.

Um dos eixos fundamentais que garante as práticas da agricultura, pecuária e extrativismo vegetal camponesa no Quilombo e Mocambo é a relação de socialização e cooperativismo existente entre as famílias e a diversidade dos bens naturais existentes nos assentamentos: predominância de palmeiras como o babaçu e a carnaúba, além de tipos vegetais do Cerrado e da Caatinga.

Para os camponeses do Mocambo e do Quilombo a política da agricultura e da pecuária tendo como base o autoconsumo é compatível, embora as culturas plantadas sejam temporárias e a pecuária permanente. As comunidades camponesas possuem um conhecimento de lavouras e criação de animais passados de geração a geração que, embora tenha passado por mudanças e aperfeiçoamentos, mantêm o conhecimento tradicional. Para Woortmann e Woortmann (1997), o processo de trabalho tradicional que combinando lavoura e criação de gado bovino, caprino, ovino e suíno, produz um movimento cíclico em que a natureza torna-se espaço de lavoura para voltar a ser natureza.

Para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, a vegetação natural vai sendo substituída pelos espaços para o manejo da roça, com o plantio do arroz, feijão, milho, fava, mandioca. O sistema é denominado de roça-de-toco. É uma prática da agricultura familiar que ainda ocorre, principalmente, no Nordeste. Compreende algumas etapas: brocar a mata, derrubar e, por último, queimar. Essa prática é desenvolvida antes que ocorram as primeiras chuvas, que dependendo da região pode ocorrer nos meses de setembro e outubro. Após o início da temporada de chuva, inicia-se o plantio das culturas.

Após a colheita, os espaços da roça vão servir para o sustento do gado bovino e dos caprinos. Posteriormente, a terra trabalhada vai passar por um processo de “descanso”, que varia de 5 a 10 anos, permitindo, nesse período o

crescimento da mata. A economia familiar camponesa baseada na agricultura, pecuária e extrativismo vegetal está associada à biodiversidade que inclui todos os bens da natureza existente no território: a água, o solo, o ar e a vegetação.

As famílias procuram preservar a mata. Porque, é ela que permite conservar o solo e os organismos que são importantes para o plantio. A mata também é importante para esfriar o tempo e fazer sombra para os animais como: o gado, caprinos e ovinos, além de permitir a existência dos pássaros. Por isto, dá “pena” quando a gente precisa derrubar o mato pra plantar (Seu Elias Nepomoceno, liderança comunitário do Quilombo, Junho de 2012).

Por isto, para os camponeses, é necessária a prática para deixar a terra “descansar”. A vegetação, o mato é o espaço em que se produz a roça-de-toco e espaço para locomoção e pastagem de animais. É também o espaço onde as famílias adquirem madeira, como lenha, estacas, caibros, etc, para construção de casas, cercas e outras atividades domésticas. Assim, o saber camponês revela em conhecimento bastante complexo em relação às práticas agrícolas, pecuárias e extrativistas. (Figura)

Figura 5 - Vegetação típica dos assentamentos



Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Esses camponeses assentados organizaram-se nas condições oferecidas pela própria natureza, estabelecendo a partir desse momento um conjunto de relações sociais com o meio, em um processo de interação que modifica a natureza, explicitando um processo de indissociabilidade. Consolida-se desta forma, um intercâmbio e uma dinâmica própria entre os elementos da natureza e os objetos sociais produzidos. Nesta relação se define um conjunto, o lugar, o território (MORAES, 2009, p.134),” habitação, (alojamento), refúgio, local de trabalho e limite de vida”.

Portanto, a posse da terra para as famílias do Quilombo e do Mocambo é um recurso fundamental, visto que é por meio dela que os camponeses produzem alimentos e desenvolvem a criação de animais. Em Carvalho (2005, p.7), “é na terra que se expressam nas famílias camponesas diferentes formas de relações sociais, baseadas na prática e no cultivo de valores que os camponeses construíram ao longo de suas histórias, tendo como centro a solidariedade e a igualdade entre si”.

Para os camponeses, a terra apresenta o lugar da moradia e do trabalho desenvolvido através dos cultivos, do desenvolvimento dos diversos tipos de pecuária, do extrativismo, da caça, etc. Essas práticas de trabalho e a relação com o lugar institui-se ao longo do tempo pela comunidade camponesa. Consolida-se uma organização social e estabelece-se o modo como organiza, como interage com os meios naturais para uso próprio e satisfação das necessidades das próprias famílias camponesas.

No Quilombo e no Mocambo, a produção da agricultura familiar como o arroz, feijão, fava, mandioca, milho, batata, banana é para o consumo familiar. O milho tem dupla função, quando colhido verde é apropriado para o consumo de várias formas: cozido, assado, processado para fazer cuscuz, quarenta, pamonha, etc. Quando seco, é armazenado para proporcionar alimento aos animais.

Figura 6 - Plantação de milho, mandioca



Fonte: Pesquisa direta, 2014.

A colheita e o processamento da mandioca é de fato um trabalho coletivo, realizado em mutirão, desde a coleta, o transporte, a raspagem até a produção da farinha, goma, puba e do beiju. A sobra da raspagem serve como alimento para os animais. A mandioca, para os camponeses, é como a palmeira da carnaúba, pois, dela tudo se aproveita. As famílias mantêm a tradição de guardar as sementes dos produtos para o plantio do ano seguinte.

Quando a colheita é boa e a produção é avantajada, a gente separa uma parte para vender no mercado da cidade. Então a gente trás alguma coisa da cidade que aqui nós não tem. Quando o inverno não é bom, o ligume é fraco. A gente não vende. Só guarda para comer com família. Aí tem que se virar com outras atividades pra ajudar na renda (Francisco de Assis, 46 anos, camponês do Quilombo)

Figura 7 - Processamento da farinha de mandioca no Quilombo



Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Existe, ainda, o sistema de troca, realizado pelas famílias em relação aos produtos da agricultura e da pecuária. “se a produção da roça do companheiro foi pequena, sua família não vai passar fome. A gente dá um jeito. A gente garante cereais e até animais como caprinos e suínos para que aquela família possa aguentar o momento difícil. Com certeza ela paga a gente na próxima safra, aí ele vai pagando como pode. Até dinheiro a gente arranja” (Francisco de Assis, 46 anos, camponês do Quilombo). Esse conjunto de práticas, segundo Shanin (2008, p.29) é consequência da:

Criatividade e Multiplicidade de respostas dos camponeses em situações de crises e de sua capacidade para usar a família como instrumento para se defender de calamidades. A família pode empregar sua mão-de-obra de diferentes maneiras e, agregando os resultados de seu trabalho, manter-se reunida e proteger-se de maiores danos. Em certas situações em que não há créditos no banco para os camponeses, eles podem obter créditos com parentes.

O sistema de troca e de reciprocidade fazem parte das relações sociais das comunidades camponesas Quilombo e Mocambo. São práticas atuais, mas que estão ligadas às antigas gerações que habitavam a região. A relação de parentesco e religiosidade entre os camponeses contribui para o compartilhamento de recursos ou outras situações no cotidiano das famílias. A troca entre produtos cereais, da pecuária e dias de trabalho são comuns entre os camponeses do Quilombo e Mocambo.

O que nós produz na terra é tudo que nós tem: a galinha, o porco, o milho, o arroz, a goma. Quando a gente precisa de alguma coisa que nós não tem a gente vai à casa do cumpade e faz troca (Seu José Luís, 43 anos, camponês do Mocambo).

Nas duas comunidades manifesta-se a ajuda mútua e o compartilhamento de bens naturais (água e pasto).

Aqui a gente procura fazer uma irmandade. Um ajudando o outro. Quando a gente tá com alguma dificuldade é com a vizinhança que a gente resolve os problemas: a cobertura da casa, caçar algum animal perdido na capoeira ou na mata (Seu José Luís, 43 anos, camponês do Mocambo).

Pode-se dizer que a reciprocidade desenvolvidas no Quilombo e no Mocambo possui 03 (três) momentos: quando as famílias viviam na condição de posseiros; quando ocorreu a posse da terra em que eles transformaram-se em assentados e o estágio atual. Nas duas primeiras situações, as condições de vida eram extremamente precárias: não havia água tratada, estrada, energia elétrica, médico, escola, ou seja, nenhuma assistência dos poderes Municipal, Estadual ou Federal. Por isto, era comum o trabalho em “mutirão”: para cavar o poço; abrir os caminhos ou veredas que ligavam as moradias.

Nesse tempo de muita dificuldade, a gente tinha muita coragem, nós também tinha medo de ser jogado para fora da terra (Dona Francisca Maria, 53 anos, camponesa do Mocambo).

Atualmente esse tipo de reciprocidade manifesta-se em outras atividades importantes para o conjunto das famílias, pois ajuda a manter os laços entre as relações de parentesco e fora dele. Citam-se como exemplos: construção, reforma e manutenção do prédio da Igreja, construção do campo de futebol, organização dos festejos do(da) Santo(a) Padroeiro(a) do assentamento, entre outros. Sabourin (2009, p. 66), sintetiza a prática da ajuda mútua da seguinte forma:

Às vezes, essa prática é associada à festa que motiva a ajuda mútua recíproca. No caso do mutirão, o número de diárias de trabalho por famílias não é contabilizado. Todavia a pressão social supõe a participação de todas as famílias da comunidade. Os homens jovens e adultos são mobilizados para os trabalhos pesados, crianças e adolescentes cuidam da limpeza dos postos de água; as mulheres raspam a mandioca na hora de torrar a farinha.

Os poços denominados de cacimbões foram construídos pela própria comunidade, em regime de mutirão, água necessária para o consumo das famílias e para os variados animais que criam. No período de estiagem, as famílias definem regras específicas para controlar o consumo e garantir água durante o período de escassez de chuva. Essa situação só chega ao fim com a construção de poços artesianos e da água saneada nas residências. A pecuária é historicamente extensiva e itinerante. As áreas de pasto são de uso comum.

Figura 8 - Pecuária extensiva nos assentamentos



Fonte: Pesquisa direta, 2013.

A relação de parentesco é marcante no Quilombo e no Mocambo. É decorrente de um processo de relações sociais históricas das primeiras famílias que habitaram a região. Comunidades como Lagoa dos Martins, Crioli, Boqueirão, Lembrado, Felicidade, Serra do L, São Francisco, Triunfo, Sitio Novo, Trapiar e Povoado Felicidade, constituem-se territórios de descendentes das atuais famílias do Quilombo e do Mocambo. Assim, esses descendentes permanecem nesses assentamentos desde as primeiras décadas do século XX. Com isso a relação de parentesco está espacializada nas comunidades.

Minha mãe contava que lá tinha escravo há muito tempo atrás e que a vida era muito difícil. Lá ainda tem paredes construídas pelos escravos. Meus pais nasceram no Trapiá. Eu também nasci lá e moro no Quilombo há 60 anos. Tem parentes espalhados por todos esses lugares. Tenho um irmão que mora no Sítio Novo, faz tempo que a gente não se vê. Naquele tempo as famílias tinham muita

gente, mas hoje é diferente (Dona Raimunda Marques Silva, 80 anos).

Outras famílias já tiveram origem no próprio Quilombo, embora seus descendentes tivessem origem em outras comunidades, mas é no Quilombo que a história social das atuais famílias está sedimentada culturalmente em várias gerações.

Toda minha família é daqui do Quilombo. Nossas bisavós, avós, pais. Todos já morreram. Mas tenho três irmãos e muitos sobrinhos, filhos e netos. Todo mundo vem pra cá no domingo. Meu marido já morreu e moro com uma neta (Dona Maria de Jesus, 78 anos, camponesa do Quilombo).

O modo de vida camponês no Mocambo também está ligado à relação de parentesco junto aos descendentes das atuais famílias que habitam o assentamento.

Meu pai era do povoado São Francisco e minha mãe do Triunfo. Vieram morar aqui. Aqui eu nasci, não me casei e já criei três gerações de parentes. Criei irmãos, sobrinhos. Aqui eu encontro a felicidade, tranquilidade, não faz muito calor durante o dia. Acho que é por causa do mato perto da minha casa. Também acho bom quando meus parentes e compadres vêm comer na minha casa (Dona Josefa, 73 anos, camponesa do Mocambo).

Chayanov (1974, p.47), também destaca a importância da família, sua composição nos limites máximo e mínimo do volume de sua atividade econômica. Compreende que:

a força de trabalho da unidade de exploração está totalmente determinada pela disponibilidade dos membros capacitados na família. Embora a unidade econômica familiar recorra a força de trabalho contratada é a reposição e o tamanho da família que determinam integralmente a quantidade de força de trabalho. Devemos aceitar que o caráter da família é um dos fatores principais na organização da unidade econômica camponesa.

No Quilombo e Mocambo, os filhos têm papel significativo para a sustentabilidade dos assentamentos. Organizam o tempo entre a educação formal e o trabalho na terra, em todas etapas da produção da roça, desde brava, cercamento, plantio e colheita, até o manejo no desenvolvimento da pecuária.

Moro aqui há 30 anos. Não penso nunca em sair daqui. Meus filhos gostam do assentamento. Eles estudam e nas horas vagas ajudam no trabalho da roça, no plantio, na capina e na construção das

cercas. Também campeiam os animais na hora de botar no caminho de casa (José de Ribamar, 40 anos).

A questão da permanência dos jovens nos assentamentos vem continuamente sendo discutida por entidades como CPT e MST, principalmente. A busca pela formação educacional, por emprego tem contribuído para a migração de jovens do campo para as zonas urbanas, pequenas, médias e grandes cidades.

As associações representativas do Mocambo e do Quilombo têm debatido a situação dos jovens do campo. As cidades de Altos, José de Freitas e Teresina constituem centros urbanos atrativos para a frente desses assentamentos. Mas tem destino também para buscar trabalho na Bahia, Pernambuco e São Paulo, principalmente, para o corte de cana-de-açúcar. É papel das entidades representativas dos camponeses desenvolver ações educativas, ligadas à cultura e as relações sociais das famílias camponesas, no sentido de fortalecer a autoestima dos(as) jovens para que eles valorizem cada vez mais a vida no assentamento. A preservação da herança cultural no plano familiar e no comunitário fortalece o tecido social que mantém viva a cultura camponesa.

A presença dos nossos filhos e demais jovens aqui é muito bom. Longe da gente dá muita saudade. Meus filhos quando chegam da escola vão me ajudar em algum trabalho: olhar algum animal, curar bicheira, enchiqqueirar os bodes, pegar cavalo na capoeira. É assim. O que falta é projeto sério para envolver mais os jovens no campo. Tem que saber como trabalhar com os jovens, pois atualmente eles têm outros hábitos. Deve-se envolver os jovens no esporte e nas novenas para que eles possam se afastar dos bares e gostar mais da sua terra. (Francisco de Assis, 46 anos. Liderança do Mocambo).

As mulheres têm um papel bastante complexo porque sempre estiveram presentes em todo o processo da formação, desenvolvimento e dinâmica dos assentamentos: enfrentaram a repressão emanada do proprietário das terras, participam da organização política, estão à frente das atividades religiosas e organização dos calendários das atividades festivas, são especialistas na extração da amêndoa do babaçu e feitura do “azeite de coco”, participam dos cursos de formação política, participam, também do processo de plantio, capina e colheitas das culturas desenvolvidas no campo.

Figura 9 - Atividades desenvolvidas pelo coletivo de mulheres do Mocambo



Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Esse legado feminino faz de um processo de luta das mulheres contra a exploração do trabalho feminino, a dupla jornada de trabalho na Europa e América Latina. No Brasil, especificamente, a luta pela valorização das mulheres intensificou-se a partir da década de 1980. No início rural esse movimento era fortalecido pela criação e organização de entidades representativas e sindicais, que passaram a defender os direitos das mulheres camponesas, como aposentadoria, auxílio acidente de trabalho, salário maternidade, entre outros. Entidades como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Movimento de Mulheres Agricultoras e a atuação da Igreja Católica tiveram papel fundamental nesse processo de luta (PAULILO, 2009).

Pode-se destacar, também, nesse processo de organização política e sindical das mulheres camponesas a atuação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da FETAG, do MST, entidades que nas suas trajetórias de ação, na luta pela reforma agrária definiram política de formação específica para as mulheres do campo. Em 2004, como consequência dos desafios enfrentados pelo movimento feminino no campo. Os diversos movimentos autônomos de mulheres nas diferentes denominações e variadas formas de luta integraram sob uma única organização, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que passa a aglutinar as aspirações e bandeiras de movimento feminino rural.

Antigamente as mulheres que viviam no campo não tinham direito de dar opinião em nenhum assunto. Tudo era o marido que resolvia. Mulher também trabalhava na roça e cuidava de casa e dos filhos, mas não tinha direito dos movimentos. Mas nós conquistamos o nosso espaço na política no movimento. Hoje nós participamos da direção da Associação, das reuniões da comunidade e dos trabalhos da Igreja. Continuamos cuidando de tudo aqui. Aumentou o serviço, mas nós nos sentimos gente (Dona Deusite de Sousa 65 anos, liderança Sindical e religiosa do Quilombo).

É com esta disponibilidade e capacidade que as famílias camponesas do Quilombo e Mocambo fazem uso da terra e dos bens naturais. A produção de caprinos é uma atividade dominante junto às famílias e o rebanho alimenta-se, basicamente, da cobertura vegetal da região.

Para as famílias produtoras de caprino tudo se aproveita, é alimento básico que faz parte da cultura e da culinária camponesa; a comercialização do rebanho melhora a renda das famílias; o esterco é aproveitado para melhorar o desempenho do solo para o plantio e cultivo: da manga, caju, mamão, banana, umbu, laranja, limão, ata e etc. Preparam-se, também, pequenas hortas para a produção de alface, cebolinha, coentro, pimentão, tomate, pimenta, quiabo, maxixe, batata, etc., indispensáveis para alimentação das famílias. Essas atividades de cultivo de frutas e hortaliças são feitas nos lotes das residências, principalmente nos seus arredores e no “fundo do quintal”.

Figura 10 - Prática de hortas comunitárias desenvolvidas no Quilombo e no Mocambo



Fonte: Pesquisa direta, 2014.

A partir da retomada das discussões políticas e da renovação da direção da Associação representativa do Quilombo (ACOMDEPERUQ), em 2012 reacenderam as discussões sobre o desenvolvimento dos projetos de produção agrícola voltados para o mercado. Com isso, um total de 64 famílias fazem parte do chamado Projeto Estruturante, ou seja, aquele que objetiva inserir todas as famílias no processo de produção destinado ao mercado.

Por outro lado, 64 famílias estão inseridas no projeto alternativo, onde desenvolvem a criação de caprinos, suínos e galinha caipira. Essa produção é destinada também ao mercado, principalmente das cidades de José de Freitas e Altos. Os camponeses envolvidos nos dois projetos mantêm suas roças com o plantio de arroz, feijão, fava, capoeira de mandioca e milho.

Esse negócio de campo irrigado para produção é uma faca de dois gumes. Se der boa produção, a gente até dá pra ganhar um dinheirinho a mais e guardar pra pagar o banco. Mas se não der bom, a gente é obrigado a vender o que deu na roça e até um bichinho que a gente cria para pagar as contas e não ficar com o nome sujo no Banco. Por isso que é complicado. Por isso é que fazemos as roças, por que aí alguma coisa agente tem para comer. (Antonio José, liderança Sindical do Quilombo).

Figura 11 - Área preparada para a prática da roça de toco no Mocambo



Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Para os camponeses assentados no Quilombo e no Mocambo, o uso da terra e dos bens naturais constituem a base para a reprodução socioeconômica das famílias, uma vez que estes meios garantem o desenvolvimento das atividades agrícolas, da pecuária e extrativistas vegetais permitindo a aquisição de renda que mantém as famílias no campo. Maluf (2003, p.137) cita que:

Esta função diz respeito à geração de trabalho e renda que permite às famílias rurais manterem-se no campo em condições dignas, função proeminente num contexto de elevado desemprego e de renda reais constantes ou declinantes para amplos segmentos da população.

A agricultura familiar e pecuária desempenham papel central no processo de reprodução econômica e social das famílias do Quilombo e do Mocambo. Trabalho e renda são permanentes. Maluf (2003, p.137), explicando a reprodução socioeconômica das famílias rurais, coloca a agricultura em duas dimensões:

Uma delas é a “agricultura em geral”, formada pelos conjuntos das atividades agrícolas, pecuárias e extrativas realizadas num território, as quais estão interligadas num conjunto diverso de outras atividades (processamento e transporte de produtos, serviços, etc.). A segunda dimensão, mais restrita, é a atividade agrícola própria das famílias rurais, por sua vez, com dois componentes, o mercantil, e o autoconsumo. Nestes termos, enquanto se reduz a contribuição da produção agrícola mercantil para a reprodução econômica das famílias rurais, mantém-se a importância da produção para o autoconsumo familiar, bem como a da “agricultura em geral” como geradora de ocupação e um dos determinantes da dinâmica territorial.

Em relação à pecuária bovina, caprina e suína a forma de criação é extensiva, ou seja, esses animais alimentam-se basicamente do pasto existente nos assentamentos. A criação intensiva ocorre somente na criação de galinha caipira e suínos financiados pelo PRONAF. Nesta atividade as famílias encontram obstáculos para o seu desenvolvimento.

Aqui quem está mexendo com a criação de suíno e galinha caipira a gente fica desnorteado e dá muita preocupação. Esses bichos são criados presos e a gente tinha costume de criar solto. Agora tem que dar comida e remédio na hora se não, não presta nem pra comer, nem pra vender. A gente entrou nesse negócio para ver se dar para ganhar dinheiro, mas a ração e as vacinas são caras e o lucro às vezes não compensa, (Seu Francisco das Chagas, Camponês do Quilombo).

A inserção dos projetos alternativos no assentamento Quilombo alterou a dinâmica na vida das mulheres, pois o manejo da criação de galinha caipira e suínos fica sob responsabilidade delas e dos filhos. Além disso, cuida da estrutura da casa e do rebanho de caprinos que é criado solto. Isto acontece porque, a partir de setembro, a rotina dos homens se volta para o preparo das roças, desde a escolha do terreno, a derrubada da mata, a queima, destocagem, construção de cercas, plantio e cultivo, processo este que vai até abril. Essas ações e dinâmica da roça dependem do período chuvoso, que geralmente inicia-se com as primeiras chuvas no mês de novembro.

Aqui a gente acorda cedo para cuidar de tanta coisa. Quando se espanta já é meio dia. O homem vai pro campo cedo. Como é longe, já leva sua comida e água e só volta ditardizinha. Aí quando chega já vai olhar os bichos se tá tudo bem. Até pergunta se tem alguma parida ou algum bicho cachingando. Olha, moço, eu ainda sou tesoureira da Associação e participo de todas as reuniões da comunidade. (Dona Maria de Jesus, liderança Sindical do Quilombo).

O processo de modernização do campo brasileiro intensifica-se, principalmente, a partir da década de 1970, dinamizando a produção agropecuária através da moderna “agroindústria”.

Esse “novo” momento do campo brasileiro é expressado por grupos econômicos que controlam o agronegócio e pelos governos Federal e Estaduais como a “saída” para colocar para o Brasil, como produtor de alimentos, exportador de madeira, produtor de biocombustíveis, etc. Mas, se por um lado, as atividades do campo brasileiro inseridas no agronegócio tem se modernizado, por outro, têm provocado impactos negativos ao meio ambiente, principalmente por conta do desmatamento. (PIGNATTI et al, 2012).

O pacote tecnológico da modernização do campo brasileiro atinge também, populações camponesas em assentamentos rurais. Os denominados projetos estruturantes voltados para dinamizar a agricultura familiar destinada para o mercado, são veiculados pelo governo como uma política voltada para melhorar a renda das famílias assentadas.

Esses projetos determinam tecnologias e insumos para a produção agrícola de acordo com a necessidade do mercado. Os projetos alternativos voltados para o desenvolvimento da suinocultura, criação de galinha caipira, e caprinocultura, entre outros têm o mesmo conteúdo ideológico: as famílias assentadas estão inseridas

nas práticas da agropecuária moderna podendo melhorar os processos de produção e os produtos finais destinados essencialmente para o mercado. Essa lógica para o governo, aumenta a renda melhorando a qualidade de vida no mundo rural.

Eu acredito no desenvolvimento dos projetos estruturantes. Só assim, o homem fica no campo. É preciso ter coragem e acreditar. É muito trabalho. É diferente da roça. O ritmo da roça é outro. Na irrigação os cuidados são redobrados. Nada pode ar errado, desde a adubação até o tempo de colher. Se os produtos estiverem de péssima qualidade a venda está perdida. É por isto que os companheiros tem medo de entrar no negócio. Pra dar certo tem que ter um tripé: dinheiro, cuidado e comprador, aí fecho o ciclo para o homem ficar no campo. (José Eudes, 28 anos. Presidente da ACOMDEPERUQ).

Desde 2003 que famílias do Quilombo “experimentam” atividades ligadas à agricultura e pecuária financiados pelo PRONAF. Os atritos sociais, as contradições entre as famílias integrantes e entre aquelas que nunca acessaram nenhum tipo de projeto são constantes.

Figura 12 - Campos irrigados de produção de melancia e feijão



Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Desta forma os pacotes tecnológicos da agricultura moderna são impostos aos camponeses assentados. É uma das formas das relações capitalistas de

produção e desmantelou o modelo de vida do camponês existente há vários séculos. O que ocorre é a comercialização das tecnologias e insumos agrícolas que paulatinamente vão mudando o modelo de vida das famílias camponesas assentadas. Mas as famílias do Quilombo resistem.

Olhe. Moro aqui há quarenta anos, pois vim pra cá com meus pais ainda menino. Muita coisa mudou. Tenho um compadre que estão metido nesse negócio de irrigação. Mas quando conversamos vice ele vem dizendo que só dar dor de cabeça e está preocupado com a conta para pagar. Esse negócio de Banco pra mim não dá. Por isso todo anos faço minhas roças e crio minhas cabras. Quando posso dou uma diária pra um amigo que ajuda na feira. (Seu José Antonio, Camponês do Quilombo, 2013)

A investida do capital junto à capacidade de produção das famílias camponesas não se restringe à adoção dos pacotes tecnológicos da agricultura moderna. Procura “descobrir” outras potencialidades no mundo rural como forma de reproduzir o capital e mudar o modo de vida dos camponeses através do desenvolvimento de outras atividades. O turismo rural constitui-se como exemplo. Por outro, lado, vem ocorrendo no interior dos assentamentos, um conjunto de atividades não agrícolas como mercearias, bares, açougue, farmácias. Acrescenta-se a esta realidade a situação de camponeses que se constituem como trabalhadores urbanos e que nos fins de semana e feriados continuam trabalhando a terra.

Meu pai sempre trabalhou na roça e ainda faz roça. Do que eu sei mexer com a terra, plantar e criar aprendi com ele. Mas não vivo só da roça. Trabalho como vigia de uma loja em Teresina. Minha mulher ajuda muito cuidando das coisas no assentamento. (Antonio Batista, 48 anos. Camponês no Mocambo, 2013).

Uma dimensão presente no mundo rural do Quilombo e do Mocambo refere-se à promoção da segurança alimentar das próprias famílias e do excedente comercializado na zona urbana de José de Freitas e Altos. A agricultura, a pecuária e o extrativismo vegetal garantem o autoconsumo das famílias. Em relação, ao extrativismo vegetal, é explorada a amêndoa do babaçu, da qual se produz o azeite, consumido na alimentação das famílias e comercializado no mercado das referidas cidades.

Em termos gerais, as famílias do Quilombo e do Mocambo não utilizam agrotóxicos nas roças cultivadas para o autoconsumo. As famílias entrevistadas

afirmam que os produtos cultivados nas roças como o arroz, feijão, mandioca, fava, milho, a melancia são de boa qualidade. Isto acontece porque não são contaminados pelo “veneno”, como os cultivados nos campos de produção.

Figura 13 - Adubo orgânico utilizado em hortas e plantios de milho, melancia e feijão



Fonte: Pesquisa direta, 2014.

Esse conjunto de atividades contribuiu para consolidar uma terceira dimensão: a manutenção do tecido social e cultural das famílias dos assentamentos. A mão de obra é tipicamente familiar com a experiência de trabalho transmitida de geração em geração como a extração, a coleta, o transporte e o beneficiamento do babaçu e da mandioca; a coleta ou “corte” de arroz, feijão e milho. Está presente nestas atividades a socialização do trabalho.

A manutenção do tecido social e cultural depende do desenvolvimento da agricultura da pecuária e das atividades extrativas vegetais, realizadas pelas famílias rurais. Assim, uma das questões levantadas pelas famílias é em relação à permanência dos (as) jovens no campo. Afirmam que é papel do Estado desenvolver ações no campo da educação, voltadas para a formação dos (as) jovens e para realidade socioeconômica e ambiental do espaço rural. A preservação da herança cultural no plano familiar e no comunitário fortalece o tecido social que mantém em atividade: a agricultura camponesa.

## **5.5 A Produção socioterritorial nos assentamentos: dimensão do Estado versus dimensão camponesa**

As condições de organização espacial dos assentamentos que vêm atender aos interesses dos camponeses está na dependência das condições de mobilização das famílias, para quem não interessa somente a aquisição da terra. A dimensão do Estado na sua política de reforma agrária de mercado implica na criação dos assentamentos e definição do tamanho dos lotes e disponibilidade de créditos para a instalação e condições de moradia. Num segundo momento, a definição de programas destinados à dinamização da produção que, na lógica do Estado, esteja voltada para a demanda do mercado.

O processo de luta e mobilização dos camponeses com objetivo de garantir condições de infraestrutura para a melhoria das condições de vida ascenderam reivindicações em outras comunidades e assentamentos que viviam em condições precárias. Tornaram-se, desta forma sujeitos de transformação e mudança no cenário local, fortalecendo ainda mais o processo de organização política interna.

A luta pela melhoria das condições de infraestrutura significa, também a autoafirmação do fortalecimento do território conquistado pelas famílias camponesas. Território este que constitui a base de reprodução socioeconômica das famílias camponesas. Essa base, que é o território camponês, está sempre em conflito, não somente do ponto de vista da conflitualidade interna, mas também externa, a partir da influência do capital e das políticas públicas voltadas para alterar a dinâmica das atividades produtivas e o modo de vida dos camponeses. Contudo, os camponeses se constituem como instrumentos de luta e resistência às relações capitalistas de produção.

A dimensão camponesa está no seu processo de organização política, social e cultural. Se, para a conquista da terra, o processo de mobilização das famílias foi intenso e que, de certa forma, contribuiu para a consolidação da identidade política, a luta pela conquista para garantir as condições de infraestrutura também envolveu diferentes formas de organização das famílias como formação de Associações Comunitárias representativas dos camponeses assentados, representantes da igreja Católica, STRs dos municípios de Altos e José de Freitas e da FETAG.

Desta maneira, conquistaram-se créditos administrados pelo INCRA, mediante três modalidades: fomento, alimentação e habitação. Esses créditos são

essenciais para proporcionar às famílias condições iniciais para melhorar o desempenho junto às atividades produtivas, econômicas e melhoria da renda. Outros aspectos fundamentais ligados à infraestrutura estão associados à disponibilidade de água, sistema de esgotos, energia elétrica, sistema de telefonia e melhoria nas estradas e transportes que interligam os próprios assentamentos e estes aos centros urbanos. Leite et. al. (2004, p.93), afirma que:

a existência de estradas e transporte coletivo é determinante na vida dos assentados, seja para aspectos cotidianos da vida como, por exemplo: a relação com a cidade (comprar, resolver problemas relacionados à saúde, acesso à educação), seja para aspectos mais produtivos como a compra de insumos e o escoamento da produção.

## **5.6 Dimensões da sustentabilidade do Quilombo e Mocambo a partir das dimensões Ecológicas, Social, Econômica, Cultural, Política e Ética**

No Brasil, principalmente a partir da década de 1980, a política de criação de assentamentos rurais, esboçados pelos governos constitui-se como a principal manifestação de reforma agrária, uma reforma agrária do Estado Capitalista que defende o latifúndio, o agronegócio e o mercado. Como é um projeto do estado capitalista que busca neutralizar os movimentos sociais no campo que lutam por uma reforma agrária que ponha fim ao latifúndio e à agricultura inserida na Revolução Verde, este projeto implementa uma prática de uma agricultura familiar a partir dos parâmetros de uma agricultura moderna, com usos de insumos agrícola da Revolução Verde e produção voltada para o mercado, contribuindo, desta forma, para a destruição do modo de vida camponês.

Pode-se afirmar que as formas de produção e organização do espaço no Quilombo e Mocambo, a partir do desenvolvimento de práticas da agricultura, pecuária, extração da amêndoa do babaçu são sustentáveis mantendo-se sociambientalmente produtivos há várias décadas.

Figura 14 - Extração da amêndoa do babaçu para fabricação do “azeite de coco”



Fonte: Pesquisa direta, 2014.

Nessa perspectiva, segundo Caporal e Costabeber (2002, p. 75-76):

A sustentabilidade pode ser definida simplesmente como a capacidade de um agrossistema manter-se socioambientalmente produtivo ao longo do tempo. Por esta razão, a construção do desenvolvimento rural sustentável, a partir da aplicação dos princípios da agroecologia, deve assentar-se na busca de contextos de sustentabilidade crescente, alicerçados em algumas dimensões básicas relacionados entre si: ecológica, econômica, social (primeiro nível), cultural, política (segundo nível) e ética (terceiro nível).

É fundamental compreender que historicamente a prática da agricultura e diversos tipos de criação de animais (pecuária) foi consequência de um conjunto de relações que envolvem a sociedade camponesa e o meio ambiente. Com isto, dimensões são parte intrínseca desse processo.

A terra, o solo suas condições químicas, físicas, as áreas de reservas, os mananciais hídricos, ou seja, a existência da biodiversidade de um modo geral constitui-se em condições fundamentais para a existência e reprodução do mundo camponês. A mercantilização dos bens naturais na ordem capitalista coloca desafios para a dimensão ecológica existente no meio ambiente camponês.

Figura 15 - Açude do assentamento Mocambo e área de reserva ambiental



Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Os bens naturais têm um valor ou significado diferente em relação à percepção da família camponesa e do proprietário de uma empresa capitalista, que atua na produção agropecuária ou extrativa. Para o camponês, é da mata que se extraem bens indispensáveis para a vida no assentamento. Essa importância é demonstrada na prática de produção, como afirma João Ozório, 58 anos, camponês do Quilombo.

As pessoas aí fora pensa que nois maltrata nossa terra, nosso chão. Mas quem vive aqui e vocês que estuda e vem conversar com a gente e vê que nois não danifica nossa mata como a gente vê na televisão as matas sendo derrubada para vender a madeira, as prantas, capim pro gado ou prantar aquele mundarêu de soja. Dá muita pena, pois uma árvore grande daquelas quantos anos passa pra ficar daquele tamanho. E os bichos correndo com medo. Alí não tem mais vida. A mata serve de abrigo e alimentação para os animais e fornece pau pra nois trabaia. Quando agente vai derrubar uma árvore a gente vê o tamanho dela e o tipo. A gente não trabaia à toa não.

O conjunto das atividades produtivas nos assentamentos Quilombo e Mocambo implica uma relação sustentável com o meio ambiente. A produção da roça, a criação de caprinos, do gado bovino, a produção da farinha de mandioca, do “azeite de coco” (óleo de babaçu) fazem parte de um mesmo ciclo, o ciclo da vida. Nesse processo as atividades estão em constante interação e interrelação. O que é produzido tem como objetivo principal o autossustento das famílias.

Tudo que nós produz é aproveitado. O arroz, o feijão, a fava, a farinha de mandioca, a goma, a puba, tudo que a gente faz na roça a gente já guarda para o consumo da família ou para ajudar na precisão de um compadre, parente ou mesmo amigo da roça. O que sobram da roça, a capoeira agora vira comida para o gado e as cabras. Na farinhada, as cascas da mandioca alimentam os leitão que a gente cria. Quando a gente faz o azeite de coco, a borra vira comida das galinhas e também dos porcos. As cascas da quebra do coco vira carvão. Como eu disse nada se perde aqui. A gente trabalha pensando no amanhã. (Antonio Candido, 52 anos, camponês do Mocambo).

O conhecimento, do modo como trabalhar a terra, no mundo camponês é passado de geração para geração. Assim, o camponês pratica a alternância da ocupação do solo no preparo da roça. O solo necessita “descansar”. Isto quer dizer o tempo necessário para o crescimento das árvores e a proliferação da fauna como, aves, insetos e pequenos roedores.

Tem coisa que eu luto com a terra do jeito que meu pai me ensinou. Meu pai me dizia. Meu pai me dizia que aprendeu a lutar com a terra com o pai dele, o meu avô. Então a gente só broca um mato para fazer uma roça se o mato tiver no ponto e a terra também. A gente olha para a terra, pega nela, ver a cor dela, aí a gente diz se presta ou não pra roçar. Até um aceiro que a gente faz, que é necessário para não pegar fogo na mata, a gente faz com cuidado. Fogo é bom, mas é muito perigoso, pois quando perdemos o controle dele destrói tudo e mata os animais. Se o mato cresce os bichos que vive no mato também cresce. Eu acho que assim nunca vai se acabar. Por que aqui é assim. A gente faz um pouco aqui, um pouco ali. É por isso que a gente vive aqui há muito tempo. (Seu Manoel Cardoso, 68 anos - Liderança Comunitária do Quilombo).

Figura 16 - Área de roça em descanso



Fonte: Pesquisa direta, 2014.

Desta forma, a dimensão ecológica dos camponeses constitui-se em um processo histórico, sempre buscando preservar a natureza. Assim, os camponeses garantem a manutenção e, ao mesmo tempo, a recuperação dos bens naturais existentes nos territórios. Para Caporal e Costabeber (2002, p. 76):

Esses bens naturais sustentam e estruturam a vida e a reprodução das comunidades humanas e demais seres vivos – constitui um aspecto central para atingir-se patamares crescentes de sustentabilidade em qualquer agroecossistema.

Nesta perspectiva, um território para constituir-se sustentável inclui em sua estrutura o conhecimento e práticas de preservação e conservação dos bens naturais. Esta é condição necessária para a continuidade dos processos de reprodução socioterritoriais, econômicos e culturais das comunidades, garantindo desta forma, a produção e reprodução das práticas agropecuárias e extrativas para as atuais e futuras gerações.

Na ordem capitalista, a dimensão ecológica tem um outro viés. Para a “ciência econômica”, a natureza repleta de bens naturais foi sempre considerada como um mundo de abundância. Uma economia que consolidou uma ideologia do progresso e que para Leff (2010, p. 23) este “promoveu o conhecimento objetivando o real, justificando a realidade, dominando e explorando a natureza, impulsionando o

avanço da ciência e da tecnologia abriu as comportas de um processo de crescimento econômico que se punha infinito”.

Em Caporal e Costabeber (2002), a dimensão social se constitui em um dos mais importantes pilares da sustentabilidade, pois estabelece atitudes fundamentais para a continuidade do mundo camponês e que está associado à dimensão ecológica. Nesta perspectiva, está na relação dos camponeses com os bens materiais que determinam o desenvolvimento e a continuidade das atividades produtivas (o trabalho com a roça, cercado, capoeira, coleta, e extração do babaçu a extração de madeira para a utilização do trabalho com a terra) da preservação ambiental e conservação desses bens naturais como o solo, a mata e a água.

Figura 17 - Conservação dos meios naturais e plantio de arroz e milho



Fonte: Pesquisa direta, 2014.

Desta forma, na produção do espaço, na relação camponeses e bens naturais procura-se manter o equilíbrio ambiental, causando, assim, menos impactos aos sistemas naturais, os quais proporcionam a sustentação da vida.

Nós vivemos da terra e se agente não cuidar bem dele vai faltar o ligume pra nós e alimento pros animais que a gente cria aqui que é os bodes, o boi, o cavalo, o jumento os porcos. Há muito tempo agente luta com a terra aqui e nós nunca deixamos de ter colheita boa ou ruim, até porque a gente também depende da chuva. Como

you see here there is a lot of forest and a lot of work because the community knows what to take from it, knows how to burn or cut. People know that here they have to stay for their children too. Everything that people know about how to deal with the land was taught by our parents and grandparents. But, today people also learn in community meetings how to take better care of the richness of our land. (Seu Manoel Soares, 53 years old, Camponês do mocambo).

Figura 18 - Derrubada da mata para a prática da roça



Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Nesta perspectiva, a dimensão social passa necessariamente pela necessidade de justiça social, ou seja, que todos os camponeses dos assentamentos pesquisados tenham as mesmas condições de acesso à terra, aos bens naturais tanto para a produção de alimentos, para o extrativismo vegetal, como para o desenvolvimento da pecuária.

O sentimento de solidariedade, liberdade, coletividade e de ajuda mútua faz parte do mundo social desses camponeses, mas estas práticas não se restringem somente à vida material, como o uso comum dos bens naturais e equipamentos de trabalho para o campo, mas sobretudo no plano simbólico, sentimental.

Os chamados “festejos” existentes nas comunidades camponesas possuem traços históricos e também influência da igreja católica, através da CPT, junto às comunidades rurais. O(a) Santo(a) Padroeiro(a), faz parte das práticas simbólicas, e

em determinados períodos do ano, os camponeses compartilham momentos de relações sociais herdadas historicamente; os cantos e canções religiosas, as missas, as danças locais, as atividades ligadas à vida dos vaqueiros. Constitui-se em um momento de encontro das famílias, amigos e compadres. Sabourin (2009, p.52), analisando as festas simbólicas das comunidades camponesas expressa:

“As rodas”, embora se formem mediante convite feito pelas pessoas que deseja pagar uma promessa, constitui uma ocasião de celebração coletiva, associando sagrado e profano. Às vezes reúne tantos participantes quanto uma vaquejada e, sobretudo, elas oferecem uma oportunidade para uma verdadeira fusão comunitária, por meio de canto, da música e da dança. A família mais próxima do “pagador de promessas” tem que cuidar da alimentação e das bebidas dos convidados; alguns trazem outros tipos de contribuição, até em dinheiro.

Os meses de setembro e outubro constituem-se os períodos de manifestações simbólicas dos camponeses do Quilombo e do Mocambo. Nossa senhora Aparecida e Nossa Senhora das Dores, respectivamente, são as padroeiras desses camponeses. No mês de julho, nos dois assentamentos, são realizadas festas em homenagem a São Gonçalo. É uma atividade religiosa, festiva de pequena proporção em relação às das padroeiras. Os festejos de São Gonçalo são realizados geralmente na residência de uma família, com objetivo de “pagar promessa” realizado com o Santo.

As nossas festas religiosas a gente chama de festejo. É o momento em que a comunidade aproveita para agradecer Nossa Senhora por tudo de bom que aconteceu no assentamento. A gente agradece pelo bom, inverno, pela boa colheita, pela cura de alguma doença da gente, de pessoas da família, até de um amigo. No São Gonçalo, aqui a gente tira todo ano. Também a gente paga promessa pela chuva e até pela realização de um casamento. Também agente faz pra não perder a tradição (Seu Joaquim dos Santos Ferreira, 57 anos, camponês do Quilombo).

Uma outra atividade que comporta a dimensão social e cultural e também econômica é a realização dos leilões. Ocorre durante as festividades religiosas e são organizados pelas próprias famílias, que fazem as doações das jóias (produtos) que serão leiloados: cacho de banana, galinhas, capotes, leitões, goma, farinha de mandioca, bolos, ovos de galinha caipira, melancia, pernil de porco assado, etc, todos produzidos na própria comunidade. Ritual que entra pela madrugada.

Aqui vem gente de todas comunidades daqui das proximidades e também gente da cidade de José de Freitas, Altos e Teresina participar desses festejos e principalmente dos leilões. O pessoal gosta de leiloar o leitão assado. É uma festa. (José Eudes, 32 anos, presidente do ACOMDEPERUQ)

A dimensão social também comporta outro viés. É em relação à qualidade de vida das comunidades dos camponeses. Está relacionada a produção e ao consumo de alimentos que não estejam associados à utilização de agrotóxicos ou insumos tóxicos existentes nos processos produtivos.

Isto ocorre porque a agricultura moderna disseminou uma prática agrícola vinculada a utilização de insumos, buscando o aumento da produtividade voltada para o consumo do mercado. É uma agricultura tipicamente industrial e que, de certa forma, proporciona divisas para os países exportadores desses produtos. Esse tipo de agricultura, procura neutralizar as práticas agrícolas agroecológicas que protegem os bens naturais e produzem alimentos de qualidade biológica superior aos produtos agrícolas convencionais. Em Altieri (2010, p.23):

Este tipos de agricultura industrial também traz uma variedade de problemas econômicos, ambientais e sociais, inclusive impactos negativos à saúde pública, a integridade ecossistêmica, à qualidade dos alimentos e, em muitos casos, transtornos dos sustentos rurais tradicionais, acelerando o endividamento de vários agricultores.

De maneira geral, em frente a esta realidade, os camponeses do Quilombo e do Mocambo têm resistido à implementação e desenvolvimento de uma agricultura que esteja vinculada ao “Pacote Tecnológico” da revolução Verde. Faz-se exceção somente a 64 famílias do Quilombo, que estão inseridas nos projetos de produção de melancia e feijão, irrigados e financiados pelo Pronaf.

Nós do Mocambo, não queremos saber desse negócio de campo de irrigação não. Mexer com esse negócio de dinheiro de banco num dá pra nós não. Aqui a gente se ajuda, um sempre ajudando o outro. As vezes a gente tem problemas, mas nós resolve aqui mesmo. (Dona Leonilde Ferreira, 45 anos, camponesa do Mocambo).

Nesse sentido a dimensão social pode ser compreendida como um processo de desenvolvimento social e cultural que busca promover a justiça social, a partir de uma maior equidade na distribuição da produção, no saber “cuidar” dos bens naturais, na socialização do uso comum destes e das atividades simbólicas.

A gente morava próximo ao açude. É aqui perto. Mas por causa da energia e da água tratada que chegou pra todas as famílias a gente fez a casa aqui. Nós tamos gostando daqui também. Aqui em casa eu cuido das galinhas, dos porcos e das cabras e os mínimos me ajudam. Meu marido agora está lá pra roça. Foi pegar milho pra dar pros animais e também ajeitar o cercado da roça. Aí ela vai com os vizinhos que também faz roças, trocando diárias de trabalho. (Dona Elza Maria de Oliveira, 46, camponesa do Mocambo).

Na medida em que se esboçam as atitudes da dimensão social, fica evidente a interrelação e interação, principalmente com a dimensão cultural. A história de vida das famílias camponesas é também a história dos seus traços e manifestações culturais, que se manifestam no próprio processo de produção e organização dos espaços, nos assentamentos. Com isso, o respeito à cultura dos camponeses proporciona a continuidade e permanência das tradições culturais. As inovações voltadas para o manejo dos agroecossistemas e para o consumo de um modo geral devem levar em consideração a esses saberes locais perpassados por várias gerações. Para Caporal e Cotabeber (2002, p. 78):

Os saberes, os conhecimentos e os valores locais das populações rurais precisam ser analisados, compreendidos e utilizados como ponto de partida nos processos de desenvolvimento rural que, por sua vez, devem espelhar a “identidade cultural” das pessoas que vivem e trabalham em um dado agrossistema.

Nesta perspectiva, as atividades ligadas à agricultura, pecuária e extrativismo realizadas no Quilombo e Mocambo estão envolvidas com traços culturais herdados dos parentes (pais, avós, bisavós), que viveram outras gerações. As inovações tecnológicas para o trabalho no campo, as formas de consumo veiculadas pela sociedade global não conseguiram neutralizar as dimensões do mundo camponês, estar vivo

Olhe, para falar a verdade quando eu era criança para cá muita coisa mudou aqui. Hoje tem energia, água perto de casa, a gente tem motocicleta, tem escola de ensino fundamental, os jovens que estão no ensino médio, o ônibus vem buscar e deixar os alunos. Mas assim, a gente percebe que todo mundo gosta de viver aqui no assentamento. Participam das atividades da associação, das festas da padroeira, das vaquejadas. A gente cria nossas cabras e porcos. (Teresinha de Jesus, 38 anos liderança do Mocambo).

Embora nos assentamentos exista um conjunto de atividades voltadas para a produção, tendo como prioridade, o consumo das famílias e o excedente para a comercialização, é a agricultura que se constitui como uma atividade econômica e

sociocultural, realizada pelas famílias camponesas que possuem, histórica e culturalmente uma forma particular de relacionamento com o meio ambiente. A agricultura é uma prática social que dá suporte ao desenvolvimento de outras atividades, sejam elas ligadas à natureza material ou simbólica. Essa dimensão constitui-se forma de resistência a agricultura moderna e, voltada essencialmente para o mercado de consumo.

A dimensão econômica constitui-se em um pilar fundamental para a sustentabilidade dos assentamentos rurais. Está associada à dimensão social, cultural e ecológica, na medida em que a utilização de tecnologias junto às práticas produtivas não proporcionem impactos negativos aos meios naturais e que também não comprometam o desempenho da dimensão econômica.

Esta dimensão refere-se à geração de trabalho e renda, permitindo que as famílias camponesas assentadas mantenham-se no campo em condições autônomas. Mas, os programas do governo federal voltados para “dinamizar” esta dimensão com o discurso ideológico de melhorar a renda das famílias assentadas, apresenta descaminhos para a sustentabilidade no meio rural.

Desta forma, as políticas de governo, implementadas principalmente a partir dos anos de 1980, objetivando a consolidação de uma reforma agrária de mercado também nos assentamentos rurais, via fortalecimento de uma agricultura familiar, tem objetivado três metas: a diversificação da produção, aumento da produtividade e melhoria da renda para as famílias. É uma política que está inserida nas práticas de uma agricultura moderna, essencialmente capitalista e direcionada para o mercado.

Se este caminho tem buscado alcançar essas metas com o discurso de promoção do desenvolvimento sustentável rural, no âmbito das relações do capitalismo, que sujeitos beneficiam-se, realmente com esta política? Os camponeses assentados ou as empresas nacionais e internacionais que controlam a produção e a venda dos insumos agrícolas? Caporal e Costabeber (2002, p. 77) questionam este caminho:

Não obstante, como também está demonstrado, não se trata somente de buscar aumento de produção a qualquer custo, pois eles podem ocasionar reduções de renda e dependências crescentes em relação a fatores externos, além de danos ambientais, que podem resultar em perdas econômicas no curto ou médio prazo.

Para Altieri (1996) a concepção de desenvolvimento rural sustentável deve levar em consideração os níveis de pobreza do meio rural e a degradação do meio ambiente. Nesta perspectiva, sustenta que as técnicas agroecológicas devem ser compatíveis com a cultura camponesa. Desta forma, as práticas da agricultura, pecuária e do extrativismo são sustentáveis, não modificam e nem transformam abruptamente os ecossistemas camponeses. Assim, a sustentabilidade nos territórios camponeses só se efetivará quando estes atingirem três níveis de conquistas: acesso à terra e aos meios naturais; desenvolvimento de tecnologias apropriadas e que não agridem o meio ambiente e a consolidação de um poder organizativo que assegure o controle dos recursos destinados pelo Estado e, por último, um acesso justo aos mercados de consumo.

Quando agente reúne a comunidade para discutir os problemas do assentamento os companheiros e companheiras que participam dos campos de produção de melancia e feijão irrigados e aquelas famílias que participam dos projetos de produção de galinha caipira e suínos reclamam dos elevados custos para manter o negócio e tem medo de não pagar o Banco. A gente não controla os juros do Banco e nem o preço dos insumos. A única coisa que deixa agente tranqüilo é a posse da terra. Essa ninguém pode nos tomar. (José Eudes, Presidente ACOMDEPERUQ - Quilombo).

Segundo Caporal e Costabeber (2004, p.6) analisando as práticas agroecológicas explica:

Institui estilos de agricultura menos agressivo ao meio ambiente, que promove o equilíbrio entre nutrientes, solo, plantas, água e animais; que tira alimentos da terra sem esgotar os recursos naturais. Uma nova agricultura capaz de fazer bem ao homem e ao meio ambiente.'

De maneira geral a agricultura desempenha o papel fundamental no processo de reprodução econômica, social e cultural das famílias rurais no Brasil, embora, para a maioria delas sua contribuição mais importante venha sendo a renda monetária obtida por essas famílias com a produção agrícola própria. Esta, no entanto, possui duas dimensões: o mercantil e o autoconsumo. (CARNEIRO; MALUF, 2003).

No Quilombo e no Mocambo, embora a dimensão mercantil esteja presente, o fundamental da produção agrícola, está relacionado com o auto consumo. No entanto, a criação de caprinos, suínos e a coleta da amêndoa do babaçu para a

fabricação do “azeite de coco” estão mais inseridas na dimensão mercantil que contribui para aquisição da renda para as famílias.

Meu marido faz roça todo ano. Planta arroz, feijão, mandioca, fava, melancia e milho. Aqui no cercado perto de casa, a gente planta milho, feijão, quiabo e batata doce. Nois também juntamos coco pra tirar o azeite e vender e para consumir também, principalmente para fazer bolo de goma. Aqui também agente cria umas cabeças de bode e e leitão. São criados soltos. Assim a gente junta um poquin daqui e um poquin dali e da pra levar. (Dona Elza Maria - Camponesa do Mocambo 40 anos).

Figura 19 - Criação de suínos e caprinos no Mocambo



Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Nesse sentido o acesso à terra, aos bens naturais, a um maior poder de organização política dos camponeses para garantir recursos disponíveis pelo Estado acessíveis e que venha proporcionar condições para manter o desenvolvimento do conjunto de atividades produtivas nos assentamentos, constitui elementos fundamentais para a consolidação da sustentabilidade. Desta forma, a função da agricultura nos assentamentos pesquisados assegura a reprodução socioeconômica e ecológica das famílias camponesas, na perspectiva da sustentabilidade, na medida em que não ocorre a degradação dos ecossistemas nos assentamentos. A agricultura é a base fundamental, porque ela proporciona o desenvolvimento da pecuária e do extrativismo.

A lógica existente no desenvolvimento da agropecuária e na prática do extrativismo realizados pelas famílias camponesas nem sempre se manifesta

através da obtenção do lucro a qualquer preço, mais principalmente ligada ao autossustento das famílias, como explica Caporal e Costabeber (2002, p.78):

Historicamente a agricultura foi produto de uma relação estruturalmente condicionada envolvendo o sistema social (Sociedade, os agricultores) e os sistemas ecológicos (o meio ambiente, os recursos biofísicos).

A dimensão política é também fundamental para a sustentabilidade da agricultura camponesa nos assentamentos. É bastante complexa pois, relaciona-se com os processos participativos e democráticos que estão inseridos no contexto da produção agrícola e desenvolvimento rural. Esta dimensão tem constituído em um desafio para os camponeses assentados, em frente ao poder ideológico do Estado Capitalista que historicamente procura “dominar” e neutralizar as ações políticas e organizados dos camponeses.

Buscando peridionizar esta questão, pode-se afirmar que ao final da primeira metade do século XX, o Estado esboçou ações com o objetivo de desenvolver políticas voltadas para ações locais. Foi o caso do associativismo. Bem difundido, tinha uma função meramente assistencialista e, também esboçava uma outra meta, a de enfraquecer as lutas camponesas mobilizadas em nível nacional (SANTOS, 2007).

Assim eram desprezados os valores, os hábitos e o conhecimento que os camponeses haviam acumulado ao longo da vida. Na concepção do Estado, estas populações deveriam ser organizadas a partir das orientações “de cima para baixo”. Deveriam assimilar novas técnicas de produção, a partir de novas tecnologias, nos hábitos e comportamentos para dar respostas às necessidades de uma nova ordem econômica, global, a partir de um novo padrão agrícola. Desta forma, a concepção centralista do Estado apresentava 3 objetivos: conter as lutas camponesas no campo; impor e assimilar de um novo padrão de produção no campo e, estimular novos padrões de consumo (SANTOS, 2007).

Nessa perspectiva, o Estado, no período da ditadura militar, dos anos de 1960 até início de 1980 foi decisivo na repressão dos movimentos sociais, particularmente no campo e que contribuiu para fomento junto às comunidades rurais, sentimento de subalternidade, de dependência em relação às ações do Estado. A retomada da mobilização nacional do campesinato pela reforma agrária contribuiu para aguçar o processo de politização dos camponeses, reforçando, politicamente, desta forma

suas entidades representativas, como as cooperativas, associações, os sindicatos, federações e confederações.

Assim, a dimensão política é fundamental, pois, garante o nível da organização social das famílias camponesas as quais passaram a valorizar a sua história de vida como camponeses, seus valores, sua cultura, suas práticas do cotidiano de trabalhar a terra, seja praticando a agricultura, a pecuária ou o extrativismo. Permite que os camponeses possam decidir o que produzir; como produzir e o que consumir. Fazendo referência especificamente à produção, Altieri (1996) explica que esta será estável somente no contexto uma organização social que proteja a integridade de recursos naturais e estimule a interação harmônica entre seres humanos, o agrossistema e o ambiente.

É o nível de organização social e política que vai garantir a valorização dos valores culturais e organização política próprios dos camponeses e suas relações de diálogo e integração com a sociedade civil, de um modo geral. Esse processo está associado ao sentimento de liberdade, de socialização, elevada autoestima e autonomia dos camponeses.

Anterior à formação dos assentamentos, as famílias camponesas, na condição de posseiras, permeavam uma organização social e política que constituía a base de sustentação da vida na propriedade, pois direcionavam as condições para a produção na agricultura, na pecuária e no extrativismo, além de proporcionar as condições para a continuidade da dimensão cultural, ou seja, valorizando as atividades no plano simbólico. Nesta perspectiva, o nível de organização social e política camponesa tem duas importantes dimensões: da garantia da vida no presente e das condições materiais e simbólicas com objetivo a existência das futuras gerações.

Antes de conseguir a terra pra nós e da criação do assentamento nós não tinha esse negócio de associação mais nós discutia nossos problemas quando a gente se reunia pra fazer um mutirão, na cobertura de uma casa, a arrumação de um cercado e na casa de farinha. As vezes a gente também se reunia na casa de um cumpadre ou parente pra conversar. (Seu Raimundo Brasilino, 77 anos, liderança do Quilombo).

Com a formação do Quilombo e do assentamento, a organização política ganha uma outra dimensão: a necessidade do estabelecimento de diálogo com o Estado, ou seja, com as instituições e/ou órgãos ligados à questão da reforma agrária, seja o INCRA e os Ministérios. Ou seja, se fosse da vigência dos

assentamentos, era necessário o diálogo ou enfrentamento através das mobilizações em frente à sociedade civil.

No início, quando foi pra gente criar a associação não foi fácil. Por que a gente ia discutir assuntos bem desconhecido da nossa realidade, como por exemplo a história dos financiamentos, juros do banco, os prazos para pagar, ninguém estava acostumado com isso. Tinha companheiro que não queria nem saber dessas reuniões e dizia que o governo nunca tinha ajudado nós aqui e que para conquistar a terra o que veio foi a polícia para tirar a gente daqui. A verdade é que no começo não acreditava no governo não, ficavam desconfiados. Aí era preciso a gente ter sempre uma pessoa aqui do INCRA, da Fetag, da Igreja, para explicar a gente como era essas coisas. (Dona Antonia Jesuíta, 63 anos, liderança Comunitária e religiosa do Quilombo).

A organização e a participação política dos camponeses do Quilombo e do Mocambo encontram-se em um outro patamar. Pode-se afirmar que conquistaram a autonomia política. Avaliam os problemas das comunidades, definem propostas de reivindicações sobre educação para jovens do campo, política de saúde pública com a presença de profissionais especializados para acompanhar o cotidiano das famílias; políticas de incentivo de novas atividades econômicas e que não descaracterizam o mundo socioeconômico, ambiental e cultural das famílias nos assentamentos; política de incentivo para compra de insumos agrícolas, a preços acessíveis para que as famílias possam aumentarem a produção, garantir o autossustento, a comercialização para o mercado e preservação dos meios naturais; uma política de formação para as famílias para melhorarem os manejos nos processos de produção visando à garantia e preservação dos meios naturais.

Quando a gente marca uma reunião na sede da Associação Comunitária, o pessoal participa mesmo. Todo mundo hoje quer falar, participar e não tem medo mais do prefeito e o prefeito vem aqui e a gente diz na frente dele o que nós tamos precisando: é ajeitar as estradas, é a manutenção do poço pra não faltar água e a melhoria dos ônibus escolares para transportar as crianças com mais segurança (Teresinha de Jesus, 38 anos, liderança comunitária e religiosa do Mocambo).

Por fim, nesse processo de sustentabilidade da agricultura camponesa, destaca-se a dimensão ética. Compreende-se que esta dimensão está relacionada com todas as outras dimensões. Isto se justifica porque o desenvolvimento das atividades ligadas à agricultura, pecuária e extrativismo existentes nos assentamentos, como também as atividades desenvolvidas no campo simbólico

firmam-se a partir das responsabilidades das famílias camponesas em relação à preservação do meio ambiente.

Trilhar por esta dimensão ética torna-se um desafio para as comunidades camponesas, isto ocorre porque se vive, atualmente em uma economia global controlada por grandes corporações econômicas de capital nacional e internacional. Com isso, a concepção de desenvolvimento foi consolidada somente a partir da dimensão econômica, do crescimento econômico, não se constituindo como prioridade a questão do emprego, da melhoria da renda, da distribuição da riqueza e, a desvalorização dos valores e da cultura local. Nesta trajetória, acelera-se o processo de degradação ambiental.

Nesta perspectiva, não existe apenas uma crise ambiental desvinculada da crise social, no desemprego estrutural, da existência da fome, da proliferação de doenças e epidemias junto às populações mais pobres, da violência urbana, dos conflitos no campo, etc. Existe de fato uma crise socioambiental em que não somente a natureza, os bens naturais estão em risco, mas também a vida em todo o planeta.

Por isto, é necessário consolidar valores que estejam associados à preservação da natureza e à capacidade das comunidades camponesas em gerir seus próprios meios naturais de forma sustentável e que não comprometa o desempenho das atividades econômicas e simbólicas desenvolvidas nos seus territórios. Que esses novos valores estejam em sintonia com a vida atual e constante preocupação com as vidas das futuras gerações. Valores que consolidem a solidariedade, o coletivo e o sagrado. Valores que compreendam a trajetória da natureza como ecológica e social.

Os camponeses do Quilombo e do Mocambo são resultado de várias gerações e, mesmo no contexto de uma sociedade globalizada, na qual os valores culturais, sociais e éticos tendem a passar por um processo de homogeneização, as práticas ligadas às atividades materiais e simbólicas estão associadas ao contexto histórico e social destas famílias.

Uma das grandes preocupação nossa aqui é com nossos filhos, nossos parentes e a comunidades de modo geral. A gente não quer que eles vive na cidade, a gente quer que eles fiquem aqui trabalhando a terra. Na época passada dos nossos avós, nossos

pais, a vida eram muito difícil, mas eles viveram e criaram nós. Por isto, nós também vamos lutar e trabalhando a terra para criar nossos filhos. (Francisco de Assis, 36 anos, camponês no Mocambo).

## 6 CONCLUSÃO

O caminho percorrido, do ponto de vista teórico e empírico, para a construção desta Tese constatou-se, pelo menos, três situações no espaço agrário brasileiro: a expansão e consolidação do agronegócio, principalmente na agricultura, financiado pelo capital imperial e com apoio do Estado; permanência e aumento de tensões e conflito no campo envolvendo proprietários do capital e camponeses e, a resistência desenvolvida pelos camponeses frente às tentativas de domínio total do capital no campo.

A emergência de uma agricultura moderna e voltada essencialmente para o mercado externo, sedimentada mais recentemente no agronegócio, provocou e tem provocado significativos impactos socioambientais no espaço agrário brasileiro: conflitos, tensões, expropriação de camponeses e indígenas dos seus territórios, devastação de florestas e matas. Ocorre uma complexificação desse espaço agrário, pois nele materializam-se as desigualdades sociais, a precarização das condições de trabalho e a expropriação das comunidades que têm a terra como um patrimônio essencial para sua existência. Nesse processo, o Estado se constitui como principal mediador, interlocutor para facilitar a consolidação do capital imperial nos territórios destas comunidades.

Histórica e especificamente nas últimas quatro décadas complexificou-se a luta por territórios entre as forças do capital/Estado e comunidades camponesas/indígenas. Assim, essas comunidades têm desenvolvido diversas formas de resistência para defender seus territórios. Mesmo com a reforma agrária de mercado instituída pelo Estado não conseguiu neutralizar as mobilizações camponesas na luta pela conquista da terra.

Esse modelo de reforma agrária possibilita a reprodução do capital à medida em que proporciona as condições políticas, estruturais e financeiras para o desenvolvimento das atividades agrícolas e de acordo com o mercado externo.

Nessa perspectiva, a reforma agrária de mercado objetiva neutralizar as práticas e as atividades econômicas das famílias camponesas, atividades essas herdadas historicamente e que têm como base a organização familiar.

Nessa trajetória não há sustentabilidade para o mundo camponês, pois este, inserido numa ordem capitalista, não tem possibilidade de controlar juros, tendência do mercado e preços dos insumos. Na verdade o que existe é um forte controle dos

grandes grupos econômicos em relação à venda de insumos e à comercialização dos produtos agropecuários.

Os camponeses assentados do Quilombo e do Mocambo, de um modo geral, permanecem com suas atividades ligadas à agricultura, à pecuária e ao extrativismo, tendo como base a estrutura familiar. O resultado da produção agrícola tem como destino básico o autossustento das famílias. A produção pecuária é uma atividade que faz parte também da cultura destes camponeses e é utilizada também para o consumo das famílias, mas parte é destinada aos mercados de José de Freitas e Altos, e tem função de melhorar a renda das famílias.

Em relação à extração da amêndoa do babaçu, também constitui-se em uma atividade cultivada há várias gerações. Da amêndoa faz-se o “azeite de coco”, que é consumido pelas famílias e também comercializado nas cidades.

Outro aspecto importante no mundo camponês do Quilombo e do Mocambo é a relação sociedade/natureza. Esses camponeses desenvolvem suas atividades sem comprometer as condições dos meios naturais. A qualidade e a quantidade da produção depende da racionalidade ambiental.

## REFERÊNCIAS

ALAMI, Sophie, et al. **Os métodos qualitativos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ALVES, A. J. A Revisão da Bibliografia em Teses e Dissertações: Meus Tipos Inesquecíveis. **Cad. Pesq. São Paulo**, 181, p. 53-60, maio 1992.

ALTIERI, Miguel. Una Perspectiva Agroecológica para Orientar los Programas de Educación de Postgrado en Economía Agrícola y Desarrollo Rural en la América Latina del siglo XXI. In: ROMANO, Jorge; WESSEL, Eykman (Org.) **La Postgraduación en Economía y Políticas Agrícolas y Desarrollo Rural**: currícula y perfil profesional. Río de Janeiro: REDCAPA: EDUR, 1996.

\_\_\_\_\_. Agroecologia, Agricultura Camponesa e Soberania Alimentar. **Revista Nera- Presidente Prudente**; Ano 13, nº 16; p.22-32, jan-jun/2010.

ANDRADE, M. C. de. **Ligas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1980.

\_\_\_\_\_. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

ANTUNES, R. (org.) **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo. Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovane. As mutações no mundo do trabalho na Era da Mundialização do Capital. **Educação e Sociedade**. Campinas; Volume 25, nº87, p. 335 – 351, maio/agosto. 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez,1995.

ARRUZO, R. C. O Moderno e o Arcaico no Trabalho na Agricultura Moderna nos Cerrados do Norte e Nordeste do Brasil. In: BERNADES, Júlia Adão; BRANDÃO, José Bertoldo.(Orgs) **A territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

BANDEIRA, W. J. A nova dinâmica do setor rural piauiense. In: **Carta CEPRO**. Teresina: Fundação CEPRO, Vol. 15 nº 1 jan / 1994. p.47-55.

BAPTISTA, J. G. **Etno-História Indígena Piauiense**. 2. ed. Terrios: APL: FUNDAC; DETRAN, 2009.

BERGAMASCO, S. M.P.P.; ESQUERDO, Vanilda F. de Souza. Balanço sobre a Reforma Agrária Brasileira nas duas Últimas Décadas. **Revista Interciência**. Vol.38 n.08 Ago. 2013. Disponível em: <[http://www.interciencia.org/v38\\_08/563.pdf](http://www.interciencia.org/v38_08/563.pdf) > Acessado em: 06.04.2014.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**. São Paulo. Boitempo, 2004.

BINSZTOK, J. Transformações Sócio-espaciais da Agricultura Familiar na Amazônia. **Revista Eletrônicas de Geografia e Ciências Sociais**. v. XII, n. 270, (78)- 1 de agost. de 2008.

BONFIM, W. L. de Sousa; SANTOS JÚNIOR, R. B. dos. Formação política. In: SANTANA, R. N. M. de (org). **Piauí: formação, desenvolvimento, perspectiva**. Teresina: Halley, 1995.

BRANDÃO FILHO, J. B. **A Territorialidade do Capital**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

BRASIL. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de vida no meio rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Estado do Piauí: **Plano Regional de Reforma Agrária**. Período 2003/2010 (Versão Preliminar): INCRA/PI: 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural**. Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraíba – CODEVASF. **Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba**, PLANAP: síntese executiva: Território Entre Rios/Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF. – Brasília, DF: TDA Desenhos & Arte Ltda, 2006. 82p.:il. – (Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba, PLANAP; v. 4).

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do Agronegócio: Brasil 2012/2013 a 2022/2023** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Assessoria de Gestão Estratégica.– Brasília : Mapa/ACS, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do Agronegócio: Brasil 2012/2013 a 2022/2023** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Assessoria de Gestão Estratégica.– Brasília : Mapa/ACS, 2013.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local Municipal Sustentável**. Recife. IICA, 1999.

CAMINHA, J. B. **Propriedade das Terras Devolutas: Função Social e uso capião**. Curitiba, Gênese, 2004.

CANUTO, A.; LUZ, C. R. da S.; WICHINIESKI, I. **Conflitos no Campo Brasil 2011**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto e Costabeber, José Antonio. **Análise Multidimensional da Sustentabilidade**: Uma Proposta Metodológica a partir da Agroecologia. Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável. Porto Alegre, v.3, n.3, jul/set/2002.

CARVALHO, H. M. de. **O campesinato no século XXI**: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza**: estudos para uma Sociedade Sustentável. 5. ed. São Paulo: Cortez, Recife, PE: Fundação Joaquim, Nambuco, 2009.

CENTRO PIAUIENSE DE AÇÃO CULTURAL. Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Quilombo. Altos: CEPAC-IN CRA, 2001.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2005.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.

CHAYANOV, A. V. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. **A Questão Agrária**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1981.

CONCEIÇÃO, A. L. A Insustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável. **Eisforia**, Florianópolis, V.2, N.2. P.79 – 154, Jul/dez, 2004.

DELGADO, G. C. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003, IN: **Questão Social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Luciana Jaccoud, organizadora; Frederico Barbosa da Silva (ET AL.). - Brasília: IPEA, 2005. Texto em pdf. Site: desafios. [ipea.gov.br/sites/000/2/livros/questaosocial/Cap\\_2.pdf](http://ipea.gov.br/sites/000/2/livros/questaosocial/Cap_2.pdf). Acesso em: Janeiro/2014.

DESLANDES, S. F. et al (orgs.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

ELIAS, D. Ensaio sobre o espaço agrícola de exclusão. **Revista Nera**. Presidente Presente. ano 9, n. 29-51- jan-jun. 2006.

ELIAS, D. Redes Agroindustriais e Urbanização Dispersas no Brasil- **X Colóquio Internacional e Geocrítica**: Diez años de Cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Universidad de Barcelona; Barcelona, 26-30 de mayo de 2008.

ENRIQUEZ, E. O Outro Semelhante ou Inimigo? In: NOVAES, Adauto. (org.) **Civilização e Barbárie**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Entrevista com Arioaldo Umbelino pelo “O Correio da Cidadania”. [HTTP://terralivre.org/2012/01entrevista-com-arioaldo-umbelino-pelo-o-correio-da-cidadania-cidadania/](http://terralivre.org/2012/01entrevista-com-arioaldo-umbelino-pelo-o-correio-da-cidadania-cidadania/)

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Territorialidades Camponesas nos Tipos de Assentamentos Rurais do Território**. Cantuquiriguaçu, Estado do Paraná, Brasil. 2013. Revista Digital. Disponível em: <http://web.ua.es/revista-geographos-giecryal>. Acesso em maio de 2014.

FACÓ, R. **Cangaceiros e Fanáticos: Gênese e Lutas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

FERREIRA, D. A. de O. **Mundo Rural e Geografia, Geografia Agraria no Brasil: 1930-1990**- São Paulo: Editora no Brasil.2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando no territórios dos territórios**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, José Edmilson. (orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia. 2008.

FONTES, V. Capítulo 5, Que Estado e que democracia? Entre outros. IN: **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e historia** Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010, p. 280 a 298.

FUNDAÇÃO CEPRO. **Piauí: evolução, realidade, desenvolvimento**. 2. ed. Teresina, 2002.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 2003.

GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (orgs.) **Diversidade do Campesinato: Expressões e Categorias**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GONÇALO, J E. **Reforma Agrária como política social redistributiva**. Brasília: Plano, 2001.

GONÇALVES, C. W. P. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. **Revista Geografia**: Belo Horizonte. Jul./dez., 2005.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A Nova Dinâmica da agricultura Brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

\_\_\_\_\_. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. **Modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. de. **Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato**. Brasília: Via Campesina do Brasil, 2005.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

IANNI, O. "Relações de produções e proletariado rural". In: SZMRECSÁNYI, T., QUEDA, O. **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Nacional, 1979, p. 148- 159.

KAUTSKY, K. A questão agrária. São Paulo. Proposta editorial Ltda, 1980.

KURZ, R. **Os Últimos Combates**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxado e voto**: O município e o regime representativo no Brasil. 4. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2012.

LEFEBVRE, H. As impossibilidades do urbano na metrópole contemporânea: In: **A Produção do Espaço**. Tradução do Grupo Núcleo de Geografia Urbana da UFMG. 1996

\_\_\_\_\_. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4. éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Política**. tradução de Margarida Maria de Andrade e Sergio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEFF, E. **Discursos Sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia Ambiental**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LEITE, S. et al. **Impactos dos Assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: UNESP, 2004

LÖWY, M. A natureza e o meio ambiente: Os limites do planeta. In: BEHRING, Eliane Rossetti; FONTES, Virgínia; MENEGAT, Marildo; promotores MST, UFRJ, FSS/UERJ. **Os Dilemas da Humanidade Diálogos entre Civilizações**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

LÜCHMANN, L. H. H. A democracia Deliberativa: Sociedade Civil, Esfera Publica e Institucionalidade. IN: **Cadernos de Pesquisa**, Nº 33 NOVEMBRO 2002.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da Agricultura na Realidade Rural Brasileira. IN: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. **Para Além da Produção**: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MARQUES, M. I. M. Agricultura e Campesinato no Mundo e no Brasil: um Renovado Desafio à Reflexão Teórica. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs). **Campesinato e Território em disputas**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

MARTINS, J. de S. **As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1995.

\_\_\_\_\_. **Expropriação e violência: a questão política no campo.** São Paulo: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. **Henry Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996.

MATTEI, Lauro. **Desenvolvimento Brasileiro no início do século XXI:** crescimento econômico, distribuição de renda e destruição ambiental. Disponível em: [http://br.boell.org/downloads/lauro\\_mattei.pdf](http://br.boell.org/downloads/lauro_mattei.pdf). Acesso em: janeiro de 2014.

MATHIAS, J. F. C. M. **Considerações Sobre o Modelo de Desenvolvimento Brasileiro no Século XX...**2013 Disponível em: <<http://www.http://www.exporbrasil.com/search/web/?cx=partner-pub-5444919325954669:5997312639&cof=FORID:10&ie=UTF>. Acesso em janeiro de 2014.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das Agriculturas no Mundo:** Do Neolítico à Crise Contemporânea. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MEDEIROS, L. S. de. Impactos históricos do uso e da propriedade da terra no Brasil. IN: STEDILE, J. P. (org.). **A reforma agrária e a luta do MST.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MEDEIROS, L. S. Movimentos Sociais, Conflitos Fundiários e Políticas Públicas: Algumas observações. In: **Anais da Conferência Internacional sobre Acesso à Terra.** Bonu: Alemanha, Marzo de 2001.

MEDEIROS, Leonilde et al. **Assentamentos Rurais:** Uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994.

MENDONÇA, M. R. **Complexidade do Espaço Agrário Brasileiro:** O Agrohidronegócio e as (re)existências dos Povos Cerradeiros. Terra Livre. São Paulo / SP. Ano 26, v.1, n. 34. p. 189 – 202. Jan- Jun/2010

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MÉSZÁROS, I. A desigualdade social crescente, as classes sociais e as formas de organização social. In: BEHRING, E. R.; FONTES, V.; MENEGAT, M.; promotores MST, UFRJ, FSS/UERJ. **Os Dilemas da Humanidade Diálogos ente Civilizações.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Poder da Ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Para além do Capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTENEGRO, J. Conflitos pela terra e pelo território: Ampliando o debate sobre a questão agrária na América Latina. In. SAQUET, Marco Aurélio; SANTOS, Roseli

Alves dos. **Geografia Agrária, Território e desenvolvimento**: São Paulo: Expressão Popular 2010.

MORAES, Maria Dione Carvalho de. Um povo do Cerrado entre baixões e Chapadas: Modo de vida e Crise ecológica de camponeses(as) nos Cerrados do Sudoeste Piauiense. In: GODOI, Emília Pietrafesa; MENESES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.). **Diversidade do Campesinato**: Expressões e Categorias; estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, v. 2.

MOREIRA, R. J. **Terra, Poder e Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MOREIRA, R. **A formação Social Brasileira**: uma contribuição crítica à Geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

\_\_\_\_\_. **Sociedade e espaço geográfico o Brasil**: Constituição e Problemas de Relação. São Paulo: Contexto, 2011.

MUNIZ, A. C. F. et AL. **Ligas Camponesas no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2003.

NUNES, O. **Estudos de História do Piauí- Teresina**. COMEPI, 3. ed., 1984.

NUNES, M. C. P. N.; ABREU, I. G. de. Vilas e Cidades do Piauí. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de (org.). **Piauí**: Formação, Desenvolvimento e Perspectivas. Teresina: Halley, 1995.

OLIVEIRA, A. U. de. Barbárie e Modernidade: O Agronegócio e as Transformações no Campo. **Cadernos do XII Encontro Nacional do MST**. São Paulo: MST, 2004.

\_\_\_\_\_. **Agricultura e Indústria no Brasil**, v.5, n.10, p.5-64, agost. 2010.

\_\_\_\_\_. **Modo Capitalista de Produção e Reforma Agrária**. São Paulo. FFLCH. 2007.

\_\_\_\_\_. Geografia Agrária. Perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (orgs.). **O campo no século XXI**: território de vida e da construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004, p. 29-70.

OLIVEIRA, F. M. Formação econômica. In: SANTANA, R.N. Monteiro de (org): **Piauí**: Formação, Desenvolvimento e Perspectivas. Teresina. Halley, 1995.

OLIVEIRA, F. de. **Eligia Para uma Re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; 2012.

OLIVEIRA, N. de. **Reforma agrária na transição democrática**: abertura dos caminhos à submissão institucional. São Paulo: Loyola, 2001.

PAULILO, Maria Ignez S. Movimento das Mulheres Agricultoras e os Muitos Sentidos da “Igualdade de Gênero”. IN: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs). **Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, Dilemas e Conquistas: A Diversidade das formas de lutas no campo**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília-DF; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PEDRON, Nelson Rodrigues. **Movimentos Socioterritoriais: uma contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica**. Presidente Prudente, 2009.

PIGNATI, Antônio et. al. **O Agronegócio, o uso de agrotóxicos e seus impactos na saúde e no ambiente nos municípios do “Interior” do Brasil: Conflitos no Campo Brasil 2011**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012. 182 p.

PAULA, Elder Andrade de; MORAIS, Maria de Jesus. **O conflito está no ar: Povos da Floresta e Espoliação sob o Capitalismo Verde**. 2013 Disponível em: [http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=7858&Itemid=217](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7858&Itemid=217). Acesso em maio/2014.

PEREIRA, J. M. M. Desenvolvimento com Seguranças, Assalto á Pobreza e Ajustamento Estrutural: O Banco Mundial durante os Anos MCNAMARA (1968-1981). **Revista de História**, São Paulo, n. 165, p. 225-460, jul/ dez. 2011.

PORTO – GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PORTO – GONÇALVES, C. W.; ALENTEJANO, R. R. A Contra-Reforma Agrária na Lei ou na Marra. IN: CANUTO, et.al.: **Conflitos no Campo Brasil**, 2010- Goiânia: CPT, 2010 p. 107-111.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. **Revista Geografia**: Belo Horizonte – julho – dezembro, 2005.

PRADO JÚNIOR, A. **Questão Agraria- Apresentação por José Eli da Veiga**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

QUEIROZ, M. I. P. **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alpha-Omega. 1976.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Movimentos Socioterritoriais, a Contrarreforma Agrária do Banco Mundial e o Combate à Pobreza Rural**. São Paulo; Editora Outras Expressões, 2013.

REBELO, E. M. de C. Gonçalves. Urbanização do Piauí. In: **Carta CEPRO**. V. 18. Nº 1. p. 99 -114 jan./jul., 2000. Teresina: Fundação Cepro, 2000.

ROCHA, J. A pequena Produção Rural no Estado do Piauí. In: **Carta CEPRO**. jan-jul – 1988. Teresina: Fundação CEPRO, 1988.

SÁ, A. J. de, FARIAS, P. C.; ABARO, G. P. (org.). **Milton Santos e o Universo(uno e diverso brasileiro**. Recife: Universitária UFPE, 2009.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil, entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Universitaria, Col. Terra Mater, 2009. 238p

SANTOS, E. E. dos. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Científica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.

SANTOS, J. R. dos. **A questão agrária no Piauí e as políticas de sustentabilidade para os assentamentos rurais**: a experiência do assentamento quilombo em Altos – José de Freitas – PI. 157. f. (Dissertação de Mestrado). Teresina, 2007.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: Território e Sociedade no Início do Século XXI. 7. ed, Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, M. **Técnicas, Espaço, Tempo, Globalização, Meio Técnico- Científico**. São Paulo: HECITEC, 1997.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo, 2005.

SHANIN, T. **A Definição de Camponês**: Conceituações e desconceituações. In: Estudos CEBRAP, São Paulo, N.26, p.41-80, 1980.

\_\_\_\_\_. Lições Camponesas. In: **Campepinato e territórios em disputa**. Paulino, Eliane Tomiasi; Fabrini, João Edmilson. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia 2008.

SILVA, J. G. da. **O que é Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

SINGER, P. “Capital e trabalho no campo”. In: PINSKI, J. (org.). **Capital e trabalho no campo**. São Paulo: Hucitec, 1979, p 1-6

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por uma Geografia do Trabalho**. Universidade de Barcelona. vol. 06 , n 119(5). Agosto 2006

\_\_\_\_\_. **Agronegócio Alcolizado e Culturas em Expansão no Portal do Paranapanema**: Legislação das Terras Devolutas Improdutivas e Neutralização dos Movimentos Sociais. IN: Arais CD ROM,2007.

\_\_\_\_\_. Se Camponês, Se Operário: Limites e Desafios para a Compreensão da Classe Trabalhadora No Brasil. **Revista Pegada-Geografia e Trabalho no Século XXI**. São Paulo. Ano 2006. VOL 2. pp 135-169.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável**: Desafio do Século XXI. Rio de Janeiro: Grammond, 2005.

\_\_\_\_\_. **O que é reforma agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

WANDERLEY, M. de N. B. A ruralidade do Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, N. **Um nueva ruralidade em America Latina.** CLACSO: Buenos Aires, 2001.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O Trabalho da Terra.** A Lógica Simbólica da Lavoura Camponesa. Brasília: Universitária de Brasília, 1997

## APÊNDICES

## APÊNDICE A - QUESTÕES NORTEADORAS QUE SERVIRAM DE BASE OS DIÁLOGOS/ENTREVISTAS COM OS CAMPONESES DO QUILOMBO MOCAMBO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL UFPE/UESPI

1. As lutas socioterritoriais e a definição dos territórios camponeses do Mocambo e do Quilombo.
  - Estratégias políticas dos camponeses para o enfrentamento do poder político e repressivo dos proprietários e do Estado.
2. As estratégias desenvolvidas pelos camponeses para organização política e social das famílias assentadas: atuação das entidades comunitárias.
3. Atuação e influência dos órgãos governamentais e não-governamentais no processo de organização dos assentamentos.
4. Atuação da CPT nos assentamentos (igreja católica).
5. O conteúdo sociocultural, socioambiental e socioeconômico nos assentamentos:
  - O modo de vida camponês: suas estratégias de sustentabilidade
  - O mundo simbólico e material dos camponeses
  - Os tipos e formas de produção no espaço dos assentamentos: agricultura, pecuária e extrativismo
  - A relação campo x cidade e mercado
  - A produção do espaço x meios naturais
6. O papel das mulheres nos assentamentos
7. A função dos jovens nos assentamentos
8. Os desafios das famílias para a sustentabilidade do mundo camponês no Mocambo e Quilombo

**APÊNDICE B - ASSENTAMENTOS RURAIS REALIZADOS PELO INCRA NOS  
TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO PIAUÍ  
- 1999-2008**

<b>Território</b>	<b>N° de Assentamentos</b>	<b>Área</b>	<b>N° de famílias assentadas</b>	<b>Tipos de Projeto</b>
<b>TD1- Planície Litorânea</b>				
Ilha Grande	01	27.021,3800	2.499	Reserva extrativista
Paranaíba	04	4.771,9384	244	Estadual e Federal
Buriti dos Lopes	11	37.653,9948	633	Estadual e Federal
Caraúbas do Piauí	01	1.920,9960	67	Federal
<b>TD2- Cocais</b>				
Barras	13	22.417,0347	968	Est. Fed. e Casulo
Batalha	12	26.952,7548	982	Estadual e Federal
Esperantina	06	4.186,7082	149	Estadual e Federal
Joaquim Pires	11	13.913,8709	327	Federal e Estadual
Joca Marques	03	3.828,1883	83	Estadual Federal
Luzilândia	06	5.507,2126	239	Estadual e Federal
Madeiro	02	4.165,7108	144	Estadual e Casulo
Matias Olimpio	01	992, 2176	30	Federal
Morro do Chapéu	01	5.575,0945	140	Estadual
Nª Senhora dos	03	7.908,5973	380	Estadual e

Remédios				Federal
Porto	02	2.646,5119	260	Estadual e Federal
Domingos Morão	04	6.822,3261	83	Federal
Milton Brandão	02	2.283,8550	52	Federal
Pedro II	02	5.147,7126	76	Federal
Piracuruca	05	5.855,4821	142	Est. Fed. e Casulo
Piripiri	04	4.954,4177	151	Estadual e Federal
<b>TD3- Carnaubais</b>				
Cabeceiras do Piauí	09	12.138,2258	351	Estadual e Federal
Sigefredo Pacheco	04	3.810,6151	102	Estadual e Federal
Castelo do Piauí	01	3.959,1866	91	Federal
Novo Santo Antonio	01	1.528,9672	28	Federal
São Miguel do Tapuio	04	17.853,0000	281	Estadual e Federal
<b>TD4- Entre Rios</b>				
Alto Longá	02	7.430,0250	256	Estadual e Federal
Altos	12	9.010,2227	447	Estadual e Federal
Coivaras	02	3.677,4599	134	Federal
José de Freitas	13	14.176,8851	355	Estadual e Federal
Lagoa Alegre	02	3.432,7784	115	Federal
Miguel Alves	10	18.084,4155	556	Fed. Est. E Casulo
Teresina	19	13.024,9199	1.048	Fed. Est. Casulo

União	06	9.212,8609	350	Estadual e Federal
Beneditinos	02	4.064,2018	91	Federal
Currálinhos	04	4.573,0556	144	Estadual e Federal
Demerval Lobão	02	683, 2342	61	Estadual e Federal
Monsenhor Gil	03	4.393,0318	114	Estadual e Casulo
Agricolândia	01	2.553,4113	12	Estadual
Água Branca	02	1.426,6658	21	Estadual
Amarante	09	11.922,7444	420	Est. Fed. e Quilombola
Angical	01	2.260,0000	64	Federal
Barro Duro	04	4.453,4978	49	Estadual
Hugo Napoleão	04	6.709,8279	62	Estadual
Jardim Mulato	02	7.749,9604	92	Estadual e Federal
Palmeirais	14	20.440,9866	395	Estadual e Federal
Passagem Franca do Piauí	01	2.935,4738	62	Federal
Regeneração	01	1.899,7000	23	Estadual
São Pedro do Piauí	03	4.007,4848	30	Estadual
<b>TD5- Vale do Sambito</b>				
Santa Cruz dos Milagres	01	1.075,6000	30	Federal
Inhuma	02	1.640,1845	93	Federal
Ipiranga do Piauí	01	9.932,7600	105	Estadual
Lagoa do Sítio	04	11.785,2800	291	Federal
Pimenteiras	01	3.646,0000	133	Federal

Valença do Piauí	02	1.809,5000	50	Federal
<b>TD6- Vale do Rio Guaribas</b>				
Jaicós	01	66, 0000	40	Casulo
Paulistana	02	4.505,9800	114	Federal
Francisco Santos	02	55, 2500	61	Casulo
Pio IX	03	30.209,6521	477	Federal
<b>TD7- Vale do Rio Canindé</b>				
Colônia do Piauí	02	493, 1911	78	Estadual e Casulo
Oeiras	02	4.151,0676	110	Estadual
São João da Varjota	02	2.699,2000	65	Federal
Tanque do Piauí	01	217.0000	10	Federal
Wall Ferraz	07	8.811,6304	302	Estadual
Floresta do Piauí	01	887, 7062	30	Estadual
Santo Inácio do Piauí	03	9.536,9120	91	Estadual
Simplicio Mendes	02	2.694,8143	45	Federal
<b>TD8- Serra da Capivara</b>				
Campo Alegre do Fidalgo	01	8.804,0000	151	Estadual
São João do Piauí	04	7.388,5685	131	Federal e Estadual
Jurema	02	100, 0000	50	Casulo
São Raimundo Nonato	02	71.602,6703	530	Estadual
<b>TD9- Vale dos Rios Piauí e Itaueira</b>				
Floriano	03	3.852,9140	134	Federal e

				Casulo
Nazaré do Piauí	01	1.402,9900	41	Federal
Paes Landin	06	5.071,8900	97	Estadual
São José do Peixe	01	10.160,0000	269	Estadual e Federal
Canto do Buriti	03	6.180,5176	87	Estadual e Federal
Itaueira	05	6.520,2193	140	Estadual e Federal
Pajeú do Piauí	01	1.606,0000	03	Federal
Pavussu	03	6.040,5960	70	Estadual
Rio Grande do Piauí	01	3.690,6724	97	Federal
<b>TD10- Tabuleiro do Alto Parnaíba</b>				
Canavieira	02	3.568,03000	70	Estadual e Federal
Jerumenha	01	4.650,0000	179	Federal
Landri Sales	01	3.670,65, 81	80	Federal
Porto Alegre do Piauí	01	3.532,2218	150	Federal
Antônio Almeida	01	1.108,0000	45	Federal
Sebastião Leal	01	16.582,3605	250	Estadual
Urucu	03	15.469,0000	356	Federal
<b>TD11- Chapada das Mangabeiras</b>				
Alvorada do Gurgueia	04	7.763,9131	235	Federal
Bom Jesus	03	4.527,3474	102	Estadual e Federal
Colônia do Gurgueia	02	493, 1911	78	Estadual e Casulo
Cristino Castro	03	5.887,1850	178	Federal

Currais	02	67.774,9700	114	Estadual
Eliseu Martins	01	2.236,5000	34	Federal
Manoel Emídio	01	74, 1201	35	Casulo
Riacho Frio	01	3.501,000	25	Estadual

Fonte: INCRA-PI, 2000. (Organizado pelo autor).